



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

JOSE FELICIO RIBEIRO DE CEZARE

HIBITURUCAIA,
O TERRITÓRIO E SUA PRESENÇA NA MULTICULTURALIDADE, NAS
COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS E NO RESGATE MEMORÍSTICO

CAMPINAS

2023

JOSE FELICIO RIBEIRO DE CEZARE

HIBITURUCAIA,
O TERRITÓRIO E SUA PRESENÇA NA MULTICULTURALIDADE, NAS
COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS E NO RESGATE MEMORÍSTICO

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO INSTITUTO DE
GEOCIÊNCIAS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
CAMPINAS PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE
EM ENSINO E HISTÓRIA DE CIÊNCIAS DA TERRA

ORIENTADOR: PROF. DR. ANDRÉ MUNHOZ DE ARGOLLO FERRÃO

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DO
TEXTO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DO ALUNO
JOSE FELICIO RIBEIRO DE CEZARE ORIENTADO PELO
PROF. DR. ANDRÉ MUNHOZ DE ARGOLLO FERRÃO.

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Geociências
Marta dos Santos - CRB 8/5892

C339h Cezare, Jose Felicio Ribeiro De, 1983-
Hibiturucaia, o território e sua presença na multiculturalidade, nas
composições identitárias e no resgate memorístico / José Felicio Ribeiro De
Cezare. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: André Munhoz de Argollo Ferrão.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Geociências.

1. Cultura. 2. Identidade. 3. Memória. 4. História. 5. Territórios. I. Argollo
Ferrão, André Munhoz de, 1965-. II. Universidade Estadual de Campinas.
Instituto de Geociências. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Hibiturucaia, the territory and its presence in multiculturality,
identity compositions and memoristic rescue

Palavras-chave em Inglês:

Culture
Identity
Memory
History
Territories

Área de concentração: Ensino e História de Ciências da Terra

Titulação: Mestre em Ensino e História de Ciências da Terra

Banca examinadora:

André Munhoz de Argollo Ferrão [Orientador]

Pedro Wagner Gonçalves

José Renato Polli

Data de defesa: 22-09-2023

Programa de Pós-Graduação: Ensino e História de Ciências da Terra

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0002-3934-2097>

- Currículo Lattes do autor: <https://lattes.cnpq.br/7634942823589723>



UNICAMP

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS**

AUTOR: Jose Felicio Ribeiro De Cezare

**HIBITURUCAIA, O TERRITÓRIO E SUA PRESENÇA NA
MULTICULTURALIDADE, NAS COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS E NO
RESGATE MEMORÍSTICO**

**HIBITURUCAIA, THE TERRITORY AND ITS PRESENCE IN
MULTICULTURALITY, IDENTITY COMPOSITIONS AND MEMORISTIC
RESCUE**

ORIENTADOR: PROF. DR. ANDRÉ MUNHOZ DE ARGOLLO FERRÃO

Aprovada em: 22/09/2023

EXAMINADORES:

Prof. Dr. André Munhoz de Argollo Ferrão - Presidente

Prof. Dr. José Renato Polli

Prof. Dr. Pedro Wagner Gonçalves

A Ata de Defesa assinada pelos membros da Comissão Examinadora consta no processo de vida acadêmica do aluno.

Campinas, 22 de setembro de 2023.

*“Dedico este trabalho aos que vieram antes de mim e me colocaram aqui, aos que estão
comigo e aos que virão.”*

Agradecimentos

Esta dissertação de Mestrado existe pela colaboração e pelo estímulo de diversas pessoas, acontecimentos, situações, frustrações e novas possibilidades.

Agradeço,

A Professora Arlete Ribeiro, minha mãe e meu exemplo de estudo e dedicação ao que é justo e na busca pelo correto;

O José Felício De Cezare (*in memoriam*), meu pai e trabalhador incansável, referência que tomo como ser homem, pai e marido;

A Juliana Borges De Cezare, minha esposa e esteio para seguir inteiro e capaz no trabalho, seja nas aulas ou nas pesquisas, mesmo quando o cansaço tentava me vencer e por estar sempre presente;

O Aaron, meu filho, pela paciência e presença constante nas aventuras;

O escritor e Prof. Ms. Márcio Martelli, amigo e sempre presente, colaborando com estímulos e possibilidades, tanto na parceria literária quanto na parceria acadêmica e nas trocas de ideias sobre nossos projetos;

A escritora Thaty Marcondes, pela amizade e pelas providenciais revisões ao longo do processo;

Os Professores Sérgio e Tiago, pela amizade e pelos diálogos profícuos;

O Professor Alexandre Pedroso do Prado, amigo e colaborador nas discussões, presença constante na percepção da produção acadêmica e nos processos de estudo;

O Prof. Dr. André Munhoz de Argollo Ferrão, grande orientador, pelas conversas nas quais aprendi – creio eu – a ponderar sobre o que escrever, como escrever e como ler e pela oportunidade de realizar o sonho de concretizar o Mestrado;

Os Professores do Instituto de Geociências da Unicamp, as aulas foram importantíssimas;

A Cris Gonçalves Mello, pela amizade e aconselhamento durante o processo;

Os moradores do bairro Igoturucaia, pela bela história e pela contribuição inestimável nesse processo de pesquisa;

O Professor Erick, pela amizade e pela disposição em auxiliar com a cartografia;

Os alunos da Escola Estadual Monsenhor Venerando Nalini, por me apresentarem a possibilidade de compreender o que era lecionar sob a perspectiva do espaço em que estava e não da posição de colonizador de ideias;

As alunas Giovana e Juliana Ezquerro, por apresentarem as possibilidades de pesquisa sobre uma história esquecida;

O amigo Adrian Ezquerro pela disposição e acolhimento nas visitas;

Os Professores Fábio Dias e Rodrigo Vianna, pela amizade, pela troca de ideias e parceria na labuta diária, pelas revisões e pela paciência;

Os Professores Eli, Adriana, Cláudia, Jorge e Mazé, pela contribuição com informações sobre o bairro;

Os historiadores Jean Camoleze e Alexandre Oliveira, pelas perspectivas históricas acerca de como seguir com o trabalho e pelos diálogos “históricos”;

O Diretor do Arquivo Histórico de Jundiáí, Paulo Vicentini, pela troca de ideias, pela condução nos acessos aos documentos e nos bate-papos sobre a cidade;

O aluno Pedro Crivelari (*in memoriam*), pela amizade e pela contribuição imensurável na pesquisa;

O Sr. Walter Gossner (*in memoriam*), pela produção memorística sobre o bairro;

Famílias Ricci, Bianchini, Oliveira, Veiga, Capitão e Ezquerro, pelo acesso às memórias de suas famílias;

O Prof. Ms. Donizeti Pinto e Felipe Andrade, pela visão crítica e histórica sobre pesquisar e produzir textos;

O Sr. Edson, Dona Rute, Pedro Vitorino, Professora Jacinta, Dona Maria, Dona Bárbara, Rogério e o Sr. Nelson Giarola, pelos bate-papos e pelos cafés;

O primo Claudinei Maria, pela amizade, orientação e diálogo constante sobre Jundiáí;

O bisavô José Cassiano da Silva, o primeiro professor da família;

Os Professores Marco Aurélio e Oaigas Campos, pelas primeiras discussões e ideias sobre pesquisa e continuação dos estudos;

A Providência divina, por aquilo que não consigo explicar.

Um sistema social está profundamente doente quando um camponês trabalha a terra pensando que, se ele é camponês, é porque não era inteligente o bastante para tornar-se professor.

Simone Weil

O cotidiano supõe o passado como herança. O cotidiano supõe o futuro como projeto. O presente é esta estreita nesga entre o passado e o futuro e cuja definição depende das definições de passado e de futuro: desta existência do passado, da qual não nos podemos libertar porque já se deu; e desse futuro, que oferece margem para todas as nossas esperanças, exatamente porque ainda não existe. É que a base do fato é que cada um de nós são dois, oscilando entre a necessidade e a liberdade, entre o que somos e o que queremos ser, entre a dificuldade de afirmação diante das situações e a crença de que podemos ser outra coisa e de que podemos construir outra coisa. Esse duplo homem e esse duplo cotidiano nos remetem de volta às relações de corporeidade, individualidade, socialidade e espacialidade.

Milton Santos

RESUMO

Este trabalho analisou junto aos moradores do bairro Igoturucaia, Jundiaí/SP, Brasil, as relações de interdependência das identidades, das culturas e das memórias com o território por eles ocupado e sua interseccionalidade demonstrada como um novo espaço amostral, por meio de: a) Identificação nas entrevistas colhidas os conceitos de cultura, memória e identidade nos níveis nacional, regional e local; b) Descrição das relações de interdependência dos conceitos de cultura, memória e identidade no nível local; c) Explicação por meio da discussão do referencial teórico e das entrevistas colhidas o papel do território como novo espaço amostral historiográfico e geográfico. Partindo da hipótese de que, primeiro: quando discutido e apresentado as relações entre os conceitos de identidade, cultura e memória e relacioná-los com as entrevistas colhidas será possível construir um arcabouço teórico capaz de sustentar uma nova compreensão sobre os termos e suas singularidades; segundo: demonstrar a partir das relações de interdependência, a necessidade de se conhecer a própria história e assim ter as bases adequadas para um aprendizado (formal e não formal) viabilizador de mudanças estruturais, emancipador e passível de replicabilidade em outras localidades. Este é um trabalho decorrente de um processo coletivo na construção de saberes representativos de grupos distintos formadores de uma comunidade, sendo a ferramenta principal na educação e conhecimento de si mesmo, para tal ocorreu: i) entrevistas com os moradores do bairro (História oral); ii) coleta de documentos em seus variados aspectos, diários, fotos, mapas, certidões, cartas, objetos entre outros; iii) pesquisa em jornais, periódicos e revistas; iv) análise do discurso (semântica, ideologia e contexto) e v) discussão com o referencial teórico: Marc Augé, Simone Weil, Eduard Tylor, Jürgen Habermas, Ecléa Bosi, Milton Santos, Johann Gottfried von Herder, Walter Benjamin, Ulpiano Meneses, Laurajane Smith, André Argollo, Lucien Febvre, Marc Bloch, José Carlos Meihy, Werner Heisenberg, John Venn, entre outros. Espera-se com esta pesquisa, o aprofundamento da compreensão – da população local – de como o território afeta e é afetado por meio das manifestações identitárias, processos multiculturais, memórias criadas e reconstruídas, suas interdependências e a interseccionalidade ocasionadora da nova realidade gerada pelos agentes do processo.

Palavras-chave: Cultura; Identidade; Memória; História; Territórios.

ABSTRACT

This work analyzed together with residents of the Igoturucaia neighborhood, Jundiaí/SP, Brazil, the interdependence relationships of identities, cultures and memories with the territory they occupy and its intersectionality demonstrated as a new sample space, through: a) Identification in the collected interviews of the concepts of culture, memory and identity at the national, regional and local levels; b) Description of the interdependence of the concepts of culture, memory and identity at the local level; c) Explanation, through discussion of the theoretical framework and interviews collected, of the role of the territory as a new historiographical and geographic sampling space. Starting from the hypothesis that, first: when discussing and presenting the relationships between the concepts of identity, culture and memory and relating them to the collected interviews, it will be possible to build a theoretical framework capable of sustaining a new understanding of the terms and their singularities; second: to demonstrate, based on interdependence relationships, the need to know one's own history and thus have the appropriate bases for learning (formal and not formal) that enables structural changes, is emancipatory and capable of being replicated in other locations. This is a work resulting from a collective process in the construction of representative knowledge of different groups that form a community, being the main tool in education and knowledge of oneself, for this purpose, the following occurred: i) interviews with residents of the neighborhood (Oral history) ; ii) collection of documents in their various aspects, diaries, photos, maps, certificates, letters, objects, among others; iii) research in newspapers, periodicals and magazines; iv) discourse analysis (semantics, ideology and context) and v) discussion with the theoretical framework: Marc Augé, Simone Weil, Eduard Tylor, Jürgen Habermas, Ecléa Bosi, Milton Santos, Johann Gottfried von Herder, Walter Benjamin, Ulpiano Meneses, Laurajane Smith, André Argollo, Lucien Febvre, Marc Bloch, José Carlos Meihy, Werner Heisenberg, John Venn, among others. This research is expected to deepen the understanding – of the local population – of how the territory affects and is affected through identity manifestations, multicultural processes, memories created and reconstructed, their interdependencies and the intersectionality that causes the new reality generated by agents of the process.

Keywords: Culture; Identity; Memory; History; Territories.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Traslado do Auto de Criação de Jundiá, folha 272. Fonte: Arquivo Histórico de Jundiá.....	39
Figura 2 –Auto de Criação de Jundiá, folha 272. Fonte: Arquivo Histórico de Jundiá.....	39
Figura 3- Museu Histórico e Cultural de Jundiá. Fonte: Unidade de Gestão de Cultura de Jundiá - Museu Solar Barão.	42
Figura 4 - Valor Cultural. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.....	43
Figura 5 - Casa Rosa (Casa da Família Malpaga). Fonte: Unidade de Gestão de Cultura de Jundiá.....	44
Figura 6 - Museu ferroviário da Cia. Paulista ou Museu Barão de Mauá, localizado no Complexo FEPASA. Fonte: Arquivos do Museu da Cia. Paulista.....	45
Figura 7 - Casa da Rua Senador Fonseca. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.....	46
Figura 8 – Espaço Expressa. Fonte: Unidade de Gestão de Cultura.....	47
Figura 9 - Ocupa colaborativa (Rua XV de novembro). Fonte: Portal Jundiá notícias.....	48
Figura 10 - Relação Valor Cultural x Herança Cultural de Jundiá. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.	49
Figura 11 - Representação de como seria o território de Jundiahy em finais do século XVII produzido por Geraldo Tomanik. Fonte: GATTOLINI, G. G. A História de Jundiá: a formação econômica e social – Perspectiva e realidade. 3ª ed. Jundiá: Calfope, 1998.....	57
Figura 12 - Mapa de Jundiá antes de 1768. Fonte: IZAIAS, Katia Cristina da Silva. População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiá – 1615/1890. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - IFCH, Unicamp, 2012.....	58
Figura 13 - Representação sobre a localização de Jundiá, relacionando com pontos de identificação atuais, produzido por Joaquim Pires de Moraes e Mario Mazzuia. Fonte: Museu de Jundiá.....	59
Figura 14 - Mapa concebido de acordo com as informações apresentadas por Stafuzza (1974), Moraes (1974), Gossner (1974) e Bueno (2010). Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare. Ferramenta utilizada: Google Maps.	61
Figura 15 - Território de Ioturucaia (atual). Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare. Ferramenta utilizada: Google Maps.	62
Figura 16 - Território de Ioturucaia (atual) em relação ao espaço físico ocupado em séculos anteriores. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare. Ferramenta utilizada: Google Maps.	63
Figura 17 - Primeira página do material Conheça seu Bairro - Região Leste, Ioturucaia. Fonte: Prefeitura de Jundiá.	65
Figura 18 - Segunda página do material Conheça seu Bairro - Região Leste, Ioturucaia. Fonte: Prefeitura de Jundiá.	66
Figura 19 - Terceira e última página do material Conheça seu Bairro - Região Leste, Ioturucaia. Fonte: Prefeitura de Jundiá.	66
Figura 20 - Zonas de Conservação. Ioturucaia integra a Zona de Conservação Hídrica. Fonte: https://geo.jundiai.sp.gov.br/geojundiai/	67
Figura 21 - Uso do território de Ioturucaia. Fonte: https://geo.jundiai.sp.gov.br/geojundiai/	68
Figura 22 - Situação dos loteamentos no bairro. Fonte: https://geo.jundiai.sp.gov.br/geojundiai/	69
Figura 23 - Imagem área da região atual de Ioturucaia em 1983. Fonte: https://geo.jundiai.sp.gov.br/geojundiai/	70
Figura 24 - Ortofoto da região atual de Ioturucaia, 2019. Fonte: https://geo.jundiai.sp.gov.br/geojundiai/	71
Figura 25 - Famílias do bairro ao final de algum dos eventos semanais da comunidade na primeira capela construída. Fonte: Arquivo pessoal da família Bianchini.	74
Figura 26 - Primeira capela construída no atual bairro de Ioturucaia, início do século XX. Fonte: Arquivo pessoal da família Bianchini.	74
Figura 27 - Prédio escolar e ao fundo a paineira. Fonte: Arquivo pessoal da família Bianchini.	75
Figura 28 - Ônibus que atendia a região com a saída pela manhã e retorno ao final da tarde. Fonte: Arquivo da família Bianchini.....	75
Figura 29 - Turma multisseriada do grupo escolar. A professora Valderéz Augusta Campos de Castro Lopes responsável pela classe, a quarta menina à direita é a Sr. Rute Maria Bianchini de Souza. Sr. Lotário (direita) foi o responsável pela formação do grupo escolar.	76
Figura 30 - Construção que integra a primeira linha de força a atender o bairro. Fonte: Arquivo da família Bianchini.	76
Figura 31 - Nova realidade amostral concebida pela intersecção dos círculos Cultura, Identidade e Memória. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.....	77
Figura 32 - Culturas, Identidades e Memórias e a influência decrescente do aspecto federal (nação) até o local (comunidade). Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.	78
Figura 33 - Conjuntos Brasil, São Paulo, Jundiá, Ioturucaia e Moradores, contemplando cada um em si os campos Culturas, Identidades e Memórias de cada esfera. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.....	79
Figura 34 - Nova realidade amostral sob a influência do território. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare	83

Figura 35 - Moradores pertencem a Ivoturucaia, sendo influenciados e influenciadores das culturas, identidades e memórias do território. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.....	84
Figura 36 - Intersecção Culturas, Identidades e Memórias contendo a interação dos grupos dentro da esfera Moradores. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.	85
Figura 37 - Sr. Edson Alves de Souza e Sra. Maria Rute Bianchini de Souza. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.	86
Figura 38 - Homenagem recebida pela Sra. Maria de Lourdes de Oliveira. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.	88
Figura 39 - Sra. Maria de Lourdes de Oliveira. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.	88
Figura 40 - Família Ezquerro pronta para participar de um dos eventos no pátio da igreja. Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Bárbara.	90
Figura 41 - Cartão do navio Provence. Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Ezquerro.	90
Figura 42 - Imagem aérea de Ivoturucaia mostrando onde estavam localizados os galpões da família Ezquerro. Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Bárbara.	90
Figura 43 – Páginas do livro que utilizou quando criança na Espanha. Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Bárbara.	90
Figura 44 - Sra. Bárbara Ezquerro Verano. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.	91
Figura 45 - Casamento dos pais de Dani Ricci. Fonte: Arquivo pessoal da família Ricci.	92
Figura 46 - Sr. Sérgio no parreiral de uva da família. Fonte: Arquivo pessoal da família Ricci.	92
Figura 47 - Formatura de Dani Ricci no antigo prédio escolar. Ao lado, o primo Mário e a Sra. Luzia Francisca de Souza Martins, presença relevante na educação local. Fonte: Arquivo pessoal da família Ricci.	92
Figura 48 - Sra. Jacinta Freitas de Veiga. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.	93
Figura 49 - Claudinei Maria, descendente de Francisco de Barros (Freire) e parente colateral de Antonio Pedroso de Freitas e de Sebastião Corrêa. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.	94

Sumário

INTRODUÇÃO.....	15
O TERRITÓRIO E SUA PRESENÇA NA MULTICULTURALIDADE, NAS (RE)COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS E NO RESGATE MEMORÍSTICO	24
DE JUNDIAHY A JUNDIAÍ – DESTERRITORIALIDADE À TERRA QUERIDA. QUAIS AS CULTURAS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS PRESENTES NO PATRIMÔNIO JUNDIAIENSE?	36
Gentrificação cultural, identitária e memorística em Jundiaí	49
HIBITURUCAIA: ANÁLISE DA SUA PRESENÇA NA MULTICULTURALIDADE, NAS (RE)COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS E NO RESGATE MEMORÍSTICO	55
Hibiturucaia.....	55
Ivoturucaia	63
Análise da presença territorial de Hibiturucaia e Ivoturucaia na multiculturalidade, nas (re)composições identitárias e no resgate memorístico por meio das entrevistas	72
Entrevistas e complexidade.....	80
CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
Referências.....	101
ANEXO A	109
ANEXO B.....	113

INTRODUÇÃO

Este trabalho teve início devido à dificuldade de encontrar dados históricos sobre uma região específica em Jundiaí, tal como sobre a cidade. Repositórios como o Arquivo Histórico, arquivos da Câmara de vereadores, prefeitura, biblioteca e dos museus, propõem elementos constitutivos de uma identidade, memória e cultura jundiaense voltados à perspectiva de uma cidade ferroviária e italiana – perspectiva essa que integra a composição, mas não a define em sua totalidade. A história de Jundiaí produz sua narrativa desde início do século XVII e, a presença dos imigrantes e os impactos da linha férrea são contemporâneos, finais do século XIX.

Há um porém, esta pesquisa não busca elucubrar a história da fundação de Jundiaí, propor revisionismos ou definir uma nova nobiliarquia, mas sim pesquisa junto aos moradores e identifica aqueles que de certa forma estabeleceram um enraizamento e a possibilidade de sensação de pertencimento, criando e recriando memórias, compondo e recompondo identidades, interpenetrando culturas e estabelecendo novas relações de interdependência junto ao território para assim terem domínio sobre sua história, segundo Wolff (2001):

E assim como um povo sem memória histórica não tem verdadeiramente história, uma vez que não pode agir sobre ela, da mesma forma um povo sem a consciência de um domínio próprio das coisas da cidade não pode agir politicamente, uma vez que não sabe que a política é aquilo que lhe pertence (WOLFF, 2001, p. 8).

A falta de pertencimento, de identificação, o impedimento de construção e resgate das memórias e do processo de manifestação das multiculturalidades com o território causam uma relação desumana entre os entes, espaços e desdobramentos oriundos das relações que poderiam ser conscientes e mobilizadoras. Essa realidade se apresenta nas escalas que teorizou Heisenberg (2016), e nos conjuntos teorizados por Venn (2009): uma nova realidade amostral que responde aos grupos ali presentes, não constitutiva subserviente de uma dimensão desconhecadora de sua existência.

Esse desconhecimento, muitas vezes, estende-se *da e para* a família, escola e outras possibilidades de socialização no espaço. Todavia, tais características se mostram diferentes quando as faltas são supridas, e a mudança só ocorre quando há informação transformada em conhecimento e esse, disponibilizado. Ter uma consciência integrativa que possa trazer a importância dessa história, dessa geografia humana, do espaço, dessa herança memorística, oral e visual poderá, quiçá, evoluir a forma como os alunos e moradores do bairro compreendem a preservação do local onde habitam, estudam e vivem, por exemplo. Valorizando assim, os mais

velhos e suas memórias, suas culturas e conseqüentemente a si mesmos e os outros. Humanizando relações e as (re)composições de suas próprias identidades e memórias.

Habermas (1988), corrobora essa afirmativa da seguinte maneira: “[...] a autoidentificação predicativa que efetua uma pessoa é, em certa medida, condição para que essa pessoa possa ser identificada genericamente e numericamente pelas demais” (HABERMAS, 1988, p. 147).

A área de Jundiaí, foco da pesquisa, foi conhecida como Híbiturucaia, e a sua presença na relação da população local com suas memórias, identidades e culturas encaminhará este trabalho. A princípio, os termos Cultura, Identidade e Memória são discutidos além de seus significados corriqueiros e como são construídos e reconstruídos nas escalas nacional, estadual, municipal e local. Seguindo essa discussão, Jundiaí é contextualizada historicamente, do mesmo modo o bairro e sua região que vêm se alterando ao longo dos anos e posteriormente, um ciclo de entrevistas e coleta de documentos variados junto aos grupos de moradores que, voluntariamente, compartilharam suas experiências e lembranças para essa pesquisa.

Esse processo ensejou a criação, recriação ou resgate de uma identidade micro-históricográfica, reconstruindo uma complexa memória identitária cultural, social, familiar, regional e educacional, pois a existência da escola no bairro – bem como outras ações de melhorias, advindas ou não do poder público, foram resultados da luta dos moradores ao longo do século XX. A região de Híbiturucaia foi por muito tempo e ainda é, de certa forma, alienada de pertencimento ao município carecendo de políticas públicas e sociais, tal qual tantas regiões periféricas, sendo a escola estadual um reduto cultural, de formação cidadã e alicerce para a preservação das memórias, culturas e identidades. O bairro tem como características: ser um grande mantenedor de mão de obra ao município e ser uma enorme área de manancial e proteção ambiental.

A pesquisa se iniciou a partir das entrevistas com moradores do bairro, visitas a locais que segundo eles, abrigaram ou ainda abrigam espaços de relevância ao estudo proposto. Documentos oriundos de diversas fontes que estejam em posse dos moradores como acervo pessoal e ou Arquivo Histórico de Jundiaí, Museu Histórico e Cultural de Jundiaí – Solar do Barão, Cúria Metropolitana, arquivo da Câmara Municipal, entre outros. Bibliografia referente à história oral, micro-história e história regional, geografia, geologia, sociologia, filosofia e antropologia.

Só a compreensão não é suficiente. A utilidade desse conhecimento está no seu valor para julgamento e ação. Portanto, em resposta ao meu aforismo, “os que podem fazer; os que compreendem ensinam” (SHULMAN, 1987, p. 14).

Atuar como educador requer ao menos que se conheça o público com o qual haverá a troca de saberes e assim, compreender como os alunos viam o espaço que habitavam e como agiríamos em conjunto para o seu aprender e para minha compreensão do seu modo de ver o mundo – o seu mundo. Para tal, Freire (2019) corrobora da seguinte maneira:

A maneira correta que tem o educador de, com o educando e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de entender o mundo. Respeitar a leitura de mundo do educando significa tomá-la como ponto de partida para a compreensão do papel da curiosidade, de modo geral, e da humana, de modo especial, como um dos impulsos fundantes da produção do conhecimento (FREIRE, 2019, p. 120).

E para conhecer, foi necessário buscar de maneiras variadas as informações relevantes para construir um arcabouço que viabilizaria melhor conexão e aprendizado, contextualizando saber teórico e saber prático. Porém, Jundiá carece de estudos mais densos e concretos sobre sua historicidade, mas não houve surpresa ao buscar dados sobre a região de interesse, a situação se repetiu. Estudos ou trabalhos de pesquisa sobre Ivoiturucaia são inexistentes, não permitindo a princípio, compreender adequadamente ou ao menos, teoricamente, o território e sua existência. Foi necessário tentar criar o material – esta pesquisa – para compreender as percepções e as relações ali existentes entre as culturas, as memórias e as identidades e como o espaço físico influenciara esses elementos.

Ser professor de História é atuar como historiador nas realidades presentes na comunidade – turma ou unidade escolar – e evidenciar as micro-histórias, analisar a relação entre os grupos e compreender como interagem para interpretar e construir o cenário a partir das experiências ali apresentadas.

Desconhecer a si próprio e o grupo ao qual pertence gera prejuízos tamanhos gerando a impossibilidade de apreender aquilo que está distante da sua realidade, seria como erigir um telhado sem a estrutura para suportá-lo. Weil (2010), afirma que não ter raízes ou não conhecer onde e como se vive gera um desenraizamento, ou seja, a falta de identificação com aquilo que constitui o ser humano, sua identidade, sua cultura e sua memória e isso leva à desintegração da estrutura social pelas mãos de seus membros, de forma violenta ou inerte. Augé (2010) afirma que a falta de identificação ou compreensão do espaço em que se vive, independente ser inércia ou força alheia, leva à estruturação de um não-lugar, ou seja um território vazio de singularidades. Para evitar tal alienação e embasado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos, presentes na resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, discutido pelo Conselho Nacional de

Educação na Câmara de Educação Básica, o presente trabalho se assenta no Parágrafo único, do Art. 26, que traz o seguinte:

Como protagonistas das ações pedagógicas, caberá aos docentes equilibrar a ênfase no reconhecimento e valorização da experiência do aluno e da cultura local que contribui para construir identidades afirmativas, e a necessidade de lhes fornecer instrumentos mais complexos de análise da realidade que possibilitem o acesso a níveis universais de explicação dos fenômenos, propiciando-lhes os meios para transitar entre a sua e outras realidades e culturas e participar de diferentes esferas da vida social, econômica e política (CORDÃO, 2010, p. 7).

Objetivando evitar que a escola fosse um local propagador do apagamento de singularidades, foi urgente a busca pela compreensão das percepções para ver na sala de aula as oportunidades de contextualizar o aprendizado distante com o que está próximo evitando que uma identidade/cultura/memória única ocupasse o território apagando as identidades, culturas e memórias locais e individuais.

A ideia deste projeto de pesquisa atende a tentativa de compreender adequadamente o público com quem trabalharia lecionando História e Filosofia na Escola Estadual Monsenhor Venerando Nalini. Ao dialogar com os estudantes foi possível identificar com as entrevistas a relação dos sobrenomes de parte dos estudantes com alguns logradouros do bairro, porém não conseguiam estabelecer objetivamente, grau de parentesco ou informações adicionais que contemplassem um histórico satisfatório para a construção ou reconstrução dessas memórias que designassem identidades e culturas locais. Devido à dificuldade de compartilharem suas histórias e dados sobre o território que ocupam – pois o resgate memorístico, a composição/recomposição identitária e a multiculturalidade se desenvolve no território, ou seja, é necessário um espaço físico para existir.

O proposto pelo Currículo Paulista, na área de Ciências Humanas Sociais e Aplicadas, foi deliberado em acordo com os estudantes um processo de investigação, análise e sistematização de dados possibilitadas pelas Habilidades:

(EM13CHS101)

Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais;

(EM13CHS103)

Elaborar hipóteses, selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, textos filosóficos e sociológicos, documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros);

(EM13CHS203)

Comparar os significados de território, fronteiras e vazio (espacial, temporal e cultural) em diferentes sociedades, contextualizando e relativizando visões dualistas (civilização/barbárie, nomadismo/sedentarismo, esclarecimento/obscurantismo, cidade/campo, entre outras);

(EM13CHS205)

Analisar a produção de diferentes territorialidades em suas dimensões culturais, econômicas, ambientais, políticas e sociais, no Brasil e no mundo contemporâneo, com destaque para as culturas juvenis (SEDUC, 2020, pp. 179, 180).

Os dados por eles trazidos abarcavam o contexto familiar, com documentos relacionados ao nascimento de avós, chegada ao Brasil, fotos, livros e objetos como câmeras fotográficas, malas de viagem etc. Todavia, a relação com o espaço não se fez presente, já que estava condicionada ao imaginário de uma Jundiá italiana, viticulturalista e ferroviária mesmo sendo a região de Hibirucaia anterior a todos os processos construtores de uma identidade jundiáense e quando questionados sobre se tais processos dialogavam com suas culturas, identidades e memórias, respondiam num uníssono “não”. Apesar de algumas plantações de uva se estenderem recentemente pelo bairro, não são, segundo eles, característica definidora; da mesma forma, a forte presença italiana não aportou ali, tão pouco os benefícios da ferrovia, mas esse perfil condicionado à identidade jundiáense permanece como baliza para a cultura, identidade e memória local.

O trabalho, na busca pela compreensão do território como espaço amostral de uma nova realidade, apresenta e discute os conceitos de identidades, culturas e memórias e sua intersecção numa pesquisa exploratória e de acordo com Gil (2007), explicativa e descritiva, pois há a identificação de fatores sobre um fenômeno descrito e detalhado. A pesquisa seguiu pelos seguintes objetivos: Analisar junto aos moradores as relações de interdependência das culturas, das memórias e das identidades com o território por eles ocupado e sua interseccionalidade demonstrada como um novo espaço amostral historiográfico e geográfico. Por meio dos objetivos específicos: a) Identificar os conceitos de cultura, identidade e memória segundo a percepção dos moradores; b) Descrever as relações de interdependência dos conceitos de cultura, identidade e memória; c) Explicar as interrelações do território de Hibirucaia com os conceitos de cultura, identidade e memória como novo espaço amostral historiográfico e geográfico.

Metodologicamente, a pesquisa tem abordagem qualitativa; de natureza aplicada; de objetivos exploratórios, descritivos e explicativos e procedimentalmente etnometodológica, sendo interdisciplinar¹, analisou os fenômenos sociais, a conduta humana e a interação social pela prática cotidiana. Segundo Coulon (1995):

¹ No início da década de 1970, a interdisciplinaridade surgiu como uma possibilidade de romper os limites inerentes à divisão em disciplinas, propondo diversos níveis de integração do conhecimento. A cada dia, mais educadores têm sido confrontados com a necessidade de ampliar sua prática educativa experimentando novas formas de organizar os conteúdos e os currículos,

A análise etnometodológica esclarece de que maneira as coisas vêm a ser como são nos grupos sociais, de que maneira cada grupo e cada membro apreende e dá sentido à realidade e por quais processos intersubjetivos a mediação da linguagem entre os grupos e seus lugares constrói a realidade social que afirmam (COULON, 1995, p. 90).

E na definição de Herder (1769) e explicado resumidamente por Gómez (2011) – sendo a ferramenta principal na educação conhecer o povo, ele afirma:

[...] tendo em vista a conformação de uma comunidade e sua educação, o autor considerava que era necessário, antes de qualquer coisa, o conhecimento do seu povo. Dessa forma, no intuito de conhecer os homens e suas virtudes humanas procurou recolher informações de todas as épocas para que assim pudesse correlacioná-las com a atualidade e finalmente cumprir sua missão: ensinar e formar (bilden). A informação recolhida lhe permitiria construir uma imagem da moral, dos costumes, das virtudes, dos vícios e da felicidade da humanidade, que pela primeira vez serviriam como ferramentas para cumprir sua missão (GÓMEZ, 2011, p. 3).

Cabe lembrar que, “não existe antagonismo entre abordagens centradas nos recortes do local e do nacional, mas, sim, complementariedades” (GONÇALVES, 2007, 180). E, dessa forma perceber e compreender as rupturas e permanências nas realidades presentes, ocorrendo por meio de: i) Entrevistas com os moradores do bairro utilizando metodologia de História de expressão oral de vida; ii) Coleta de documentos em seus variados aspectos, diários, fotos, mapas, certidões, cartas, objetos etc.; iii) Pesquisa de campo com visitas aos espaços/locais considerados relevantes para a população local; iv) Análise do discurso e suas micronarrativas; v) Pesquisa bibliográfica.

O trabalho de pesquisa começou com a leitura de textos produzidos pelo Dr. Walter Gossner – suíço radicado no Brasil e que adquiriu terras na região de Ioturucaia –, apesar de serem dois ou três textos apenas, balizaram a pesquisa para menos bibliografias e mais fontes primárias, documentos particulares e relatos orais, pois a produção bibliográfica sobre Jundiá restringiu-se até agora a descrever o centro da cidade, independente do século e regiões com maior ocupação de migrantes internacionais durante o final do século XIX e início do século XX.

Ao perceber o obstáculo, foi necessário construir o processo por meio do trabalho de José Carlos Meihy sobre História oral para encaminhar a discussão à produção de algo concreto. Nas entrevistas ficou perceptível os processos de desterritorialidade e desenraizamento teorizados por Weil (2010), e era necessário trabalhar melhor as informações

integrando diferentes áreas do saber. Qual professor, em algum momento, não se deparou com a precariedade de conteúdos curriculares e planos de curso preestabelecidos em sua vida cotidiana? (MOUSINHO, 2018, p. 1).

que era apresentadas pelos entrevistados, assim o trabalho de Ecléa Bosi em *Memória e Sociedade* – lembranças de velhos, contribuiu para um tratamento adequado dos relatos.

Nos ciclos de entrevistas foi pertinente observar como cada grupo se identificava com o espaço que ocupavam e para subsidiar as discussões dessa relação das memórias com o território foi necessário a utilização dos trabalhos de Milton Santos, Marc Augé, Y. Tuan, André Argollo, Johann Gottfried von Herder, Walter Benjamin e Ulpiano Meneses.

Na identificação dos relatos com elementos multiculturais e identitários, alguns termos se repetiam, dialogando com mais de um dos elementos (culturas, identidades e memórias), mas traziam novos referenciais necessários como Jürgen Habermas, Manuel Oliván, Laurajane Smith, Marc Bloch, Lucien Febvre, R. Willians, Francis Wolff, Pierre Nora, Jacques Le Goff, entre outros.

O interessante foi perceber que para ilustrar a relação dos elementos na construção da análise seria útil o trabalho de John Venn e de Werner Heisenberg, trabalhos da Matemática e da Física que contribuíram para a compreensão da interseccionalidade e da composição dos termos e dos grupos. Harari (2017) afirma: A História é o que algumas poucas pessoas fizeram enquanto todas as outras estavam arando campos e carregando baldes de água (HARARI, 2017, p. 111).

A necessidade de compreender o fenômeno historiográfico e geográfico existente na região de Híbituruaia, sem material bibliográfico, dependeria do que fosse possível levantar por ilação junto aos escassos documentos sobre Jundiá e região e o que as entrevistas trouxessem em suas linhas e entrelinhas.

A busca pelos dados presentes na pesquisa foi feita de modo orgânico, seguindo os caminhos de memórias de expressão oral dos moradores e seus desvios e retornos, como apregoam Meihy & Seawright (2020),

Uma coisa é memória física, biológica, individual, e outra, bem diferente, é memória artificial regida por mecanismos que merecem distinções analíticas. No entanto, cabe considerar a memória não mais como em linha de produção, produto disponível nos segmentos industriais – como artigo acabado, que desce pela esteira para que, depois de ganhar embalagem, seja apresentada como coisa. Fruto de motivações sempre subjetivas, cabe propor a memória libertada de fórmulas únicas, comportada em receitas que tolhem a reflexão sobre sua gênese e ambientes de expressão.

A organização da memória contemporânea em "lugares" específicos se torna fragilizada porque se duvida de postos de competência. A democracia da palavra expressa pela memória a faz pública, de todos e em todos os planos. Não se remete, pois, às questões de lugares físicos ou de autoridade estabelecidas para falar no lugar do outro. Assim, ressalta-se a noção virtual de "lugar" como ambiente explicativo das condições de enunciados. De outra maneira, a memória de expressão oral funciona, por exemplo, em novos suportes capazes de criar formas seletivas das informações indexadas em mecanismos de busca. Mais ainda, a indexação de conteúdo fora do organismo propõe reorganizações orgânicas da memória conhecidas no disparo da

fala. Em memória de expressão oral, o pesquisador não trabalha como armazenador de conteúdos lembrados, mas como mediador de linguagens conhecidas, de impressões e de novos parâmetros comunicativos (MEIHY & SEAWRIGHT, 2020, p. 25).

Dessa maneira, as entrevistas se iniciaram por intermédio de uma pergunta: quais lembranças você tem sobre morar aqui? Foi o suficiente para momentos de descontração, nostalgia e emoção se alternassem durante as horas de conversa. Tudo ocorreu como um bate-papo, uma apresentação de tudo o que eles queriam e o que não queriam compartilhar. Fotos, cartas e objetos diversos foram trazidos e utilizados como ilustrações da multiculturalidade, das identidades e suas (re)composições e de seus resgates memorísticos. As perguntas para orientarem o caminho, foram: a) qual a relação de interdependência estabelecida (moradia, trabalho etc.) entre a família e o território, seja a ocupação pela geração atual ou por antepassados? b) Quais as motivações para a ocupação do território e qual a identificação com o espaço? c) Comentar brevemente sobre o histórico da família, elencando genealogia e as memórias individuais e coletivas relacionadas ao local².

Foram seis grupos dispostos a compartilharem informações sobre suas presenças no território e como ele influenciara as suas existências. Não houve escolha direta, porém a intenção foi encontrar a maior variedade de grupos culturais distintos presentes no território e que haviam de alguma maneira estabelecido conexões com ele. Tais conexões, a princípio, deveriam ser as mais antigas possíveis para que possibilitassem um levantamento historiográfico preenchedor das lacunas entre os primeiros registros no século XVII e aquilo presente a partir do século XX. Não foi possível compreender o período de maneira adequada pela falta de registros, mas foi possível construir conexões entre as memórias dos indivíduos mais velhos com alguns registros historiográficos, mas que não tratam exatamente da região estudada – que variou ao longo do tempo – em sua territorialidade atual, mas de Jundiáí.

Não sendo possível o preenchimento dessas lacunas, foi percebido algo maior: o impacto do território nas culturas ali presentes, nas (re)composições das identidades e nas memórias construídas. A maneira como o território foi ocupado e como os grupos articulavam a sua sobrevivência naquele espaço destoava de uma ideia, na qual havia uma cultura, uma

2 Para as entrevistas foi necessário a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sendo apresentado e aceito: a) o Projeto de pesquisa; b) o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo A), este último aprovado pelo CEP e CHS/Unicamp sob o Parecer consubstanciado nº 5.623.529 e CAAE 59399622.8.0000.8142 (Anexo B). As exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção Termo de Consentimento Livre e Esclarecido foram seguidas. Também foi explicado e fornecido uma via do TCLE ao participante da pesquisa. O material e os dados obtidos nesta pesquisa foram utilizados, exclusivamente para as finalidades previstas no projeto ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

identidade e uma memória jundiaíense. Muito pelo contrário, a ocupação daquele espaço apresentou novas maneiras de existir, novas formas de culturas, novas composições identitárias e, obviamente, novas construções memorísticas e não dialogavam com a Jundiaí colônia italiana, mas apresentava grupos que estavam isolados ou apagados da ideia de cidade de Jundiaí.

Para ter acesso aos grupos, a associação de moradores do bairro informou aos residentes sobre o interesse da pesquisa, sendo professor da escola e tendo iniciado a pesquisa com os alunos nas aulas de História, grande parte das famílias já haviam tido conhecimento, mas não se dispuseram a conversar, algumas por desinteresse, outras por morarem em áreas invadidas estavam com medo de compartilhar informações que pudessem prejudicá-las, algumas famílias estavam lá por terem se mudado recentemente e não haviam construído – segundo eles – conexões relevantes para participar da pesquisa. Enquanto outros se manifestaram com celeridade para participar. Todos foram informados das condições e como teriam suas informações armazenadas e utilizadas, tendo o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido como instrumento de segurança.

Todas as entrevistas, em torno de três com cada grupo, ocorreram sempre com a dita hospitalidade interiorana conhecida pelas pessoas, com um bolo fresquinho e algumas xícaras de café oferecendo uma sensação acolhedora de pertencimento ao grupo local.

Quando discutidas e apresentadas as relações entre os conceitos de identidade, cultura e memória e relacioná-los com as entrevistas colhidas foi possível construir um arcabouço teórico capaz de sustentar uma nova compreensão sobre os termos e suas singularidades. Demonstrando a partir das relações de interdependência, a necessidade de se conhecer a própria história e assim ter as bases adequadas para um aprendizado (formal e não formal) viabilizador de mudanças estruturais, emancipador e passível de replicabilidade em outras localidades, possivelmente por meio de um material didático e paradidático.

Com a continuidade do trabalho, espera-se que se aprofunde a compreensão – da população local – de como o território afeta e é afetado por meio das manifestações identitárias, processos multiculturais, memórias criadas e reconstruídas, suas interdependências e a interseccionalidade ocasionadora da nova realidade gerada pelos agentes do processo. Ocorrendo por meio de: a) um processo coletivo na construção de saberes representativos de grupos distintos formadores de uma comunidade; b) desenvolvimento de um processo abordando sistemicamente as relações interdependentes dos conceitos cultura, memória e identidade com o território, que corrobore na compreensão das regiões compositoras de um

município; c) compreensão da significação e ressignificação dos conceitos de cultura, identidade e memória no território analisado e a influência exercida e recebida por ambos. E, assim, ofertar à população por intermédio das escolas, esta dissertação como material pedagógico orientador e disparador de ações similares por outras regiões e bairros de Jundiá. Para que as discussões sobre a relação dos territórios com os conceitos de Culturas, Identidades e Memórias possam ser discutidos em realidades locais e, dialeticamente, apresentar aos locais os subsídios para (re)conhecimento do pertencimento local, ao municipal ou reestruturação e resgate do que foi negligenciado ou esquecido.

O TERRITÓRIO E SUA PRESENÇA NA MULTICULTURALIDADE, NAS (RE)COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS E NO RESGATE MEMORÍSTICO

Foi, afinal, um dos fundadores da moderna sociologia, Max Weber, que, em sua sociologia interpretativa, definiu o sujeito da investigação social — a “ação social” — como uma “ação que é relevante para o significado”. Na França, Durkheim e sua escola, outra das formações fundadoras na história das ciências sociais, consideravam que o ponto central da sociologia era o estudo das relações entre “o social” e “o simbólico”; e boa parte de seu trabalho referia-se ao estudo dos significados sociais corporificados na religião, bem como nos sistemas de classificação das chamadas “sociedades primitivas”.

Até mesmo Marx, cuja ênfase predominante era, naturalmente, a primazia do econômico e material sobre o cultural e o simbólico, foi um dos primeiros cientistas sociais clássicos a reconhecer que o que distinguia a ação social humana da ação animal era que a ação e o comportamento humanos eram guiados e informados pelos modelos culturais. (Como observou, o pior dos arquitetos era mais inteligente do que a melhor das abelhas, visto que o primeiro teve de construir conceitualmente o modelo em sua mente, antes que pudesse construí-lo, enquanto as abelhas diligentes, guiadas pelo instinto, conseguiriam apenas construir de forma limitada.) (HALL, 1997, p. 19).

É passível compreender o termo cultura como um processo que caracteriza o ser humano como ser de mutação e de projeto, que se faz à medida que transcende, ultrapassando a própria experiência. Parafraseando Bornheim (1971), o ser não é relação a si, ele é ele mesmo. É uma imanência que não se pode realizar, uma afirmação que não se afirma, uma atividade que não pode agir, porque é empastado de si mesmo.

Sociologicamente, cultura é tudo aquilo que resulta da criação humana todas as ideias, leis, crenças morais, artefatos, conhecimento e costumes advindos da existência em sociedade. Contrapondo-se ao imaginário presente no século XIX – reverberado hodiernamente e embasado no período das navegações –, não há cultura superior, apenas culturas diferentes.

Uma resistência diária a massificação e ao nivelamento, eis o sentido das formas da cultura popular. (...) Empobrecedora para a nossa cultura é a cisão com a cultura do

povo: não enxergamos que ela nos dá agora lições de resistência como nos mais duros momentos da luta de classes (BOSI, 1986, p. 23).

De acordo com Geuss (1996), definir o termo cultura pode trazer incongruências na utilização do termo nas representações possíveis, mas traz as possibilidades segundo a percepção da língua alemã e a construção dos conceitos relacionados ao termo:

Em alemão, existem três palavras que são usadas no lugar de nossa "cultura": Kultur, Bildung e Geist. Os dois primeiros desses termos têm "sombras", isto é, termos que estão semanticamente relacionados aos originais, mas que gradualmente se tornam cada vez mais nitidamente distintos do termo original até que finalmente surge um par contrastante. No caso da Kultur, a sombra é Zivilisation. Kultur e Zivilisation começam não muito distantes um do outro e até têm uma gama de usos mais ou menos sobrepostos, mas no início do século XX os dois termos começaram a ser usados como membros de um par contrastante: Zivilisation tem uma conotação pejorativa e foi usado para se referir às armadilhas externas, artefatos e comodidades de uma sociedade industrialmente e altamente avançada e também aos hábitos e atitudes excessivamente formalistas e calculistas que se pensava serem característicos de tais sociedades. Kultur foi então usado para se referir a hábitos, atitudes e propriedades valorizados positivamente. Durante o período imediatamente anterior e durante a Primeira Guerra Mundial, o contraste tornou-se um elemento básico do jornalismo alemão: os franceses e os britânicos têm Zivilisation, os alemães têm Kultur. Nas versões mais fortes dessa visão, Kultur e Zivilisation são considerados opostos (GEUSS, 1996, p. 153).

[...]

Bildung tem como sombra Erziehung. Tanto Bildung quanto Erziehung (e suas formas linguísticas associadas) referem-se a processos de treinamento, educação ou formação. Uma diferença linguística entre os dois termos é que enquanto Erziehung é usado apenas para se referir ao processo de educação ou treinamento, Bildung pode ser usado para se referir a um processo de formação ou à forma transmitida em tal processo. Uma outra diferença é que Erziehung é geralmente usado para um processo que uma pessoa ou grupo inflige a outro; assim, um pai diria que treina uma criança para se conformar a certas expectativas sociais e os observadores fariam do Erziehung da criança. Bilden, o verbo do qual deriva Bildung, também pode ser usado nos casos em que uma pessoa impõe uma forma a outra, mas cada vez mais Bildung como substantivo passa a ser usado para processos de autocultivo (e seus resultados).⁸ Em o que se segue, gostaria primeiro de dizer algo sobre as opiniões de Kant sobre o fenômeno geral da "cultura". (GEUSS, 1996, pp. 153, 154).

[...]

O hegelianismo reconhece a pluralidade superficial de costumes historicamente específicos, formas de arte, sociabilidade, religião e assim por diante, mas os vê todos como tendo uma unidade subjacente, como meras formas de uma estrutura em desenvolvimento histórico, o Geist, cuja estrutura interna a filosofia de Hegel articula. Em tal esquema não há lugar para um conceito separado de Kultur (GEUSS, 1996, p. 157).

Para a discussão em questão, a multiculturalidade compreende as representações elucubradas por Geuss (1996) como relação na interlocução com o território e suas construções, principalmente ao se pensar culturas dentro da noção de cidadania, como propõe Santos (1996), e civilização.

A relação entre território e culturas é multifacetada, envolvendo a influência mútua entre as características físicas do território, sua organização política e econômica e as expressões culturais das comunidades que nele habitam ou habitaram. Segundo Santos (1996):

O lugar deve ser considerado como um conjunto de objetos e, ao mesmo tempo, o receptáculo de um feixe de determinações, não apenas de algumas, como na economia (determinações econômicas); ou na sociologia (determinações sociais); ou na antropologia (determinações culturais); ou nas ciências políticas (determinações políticas); mas de todas as determinações. Então, a geografia do cidadão começa por recusar o economicismo triunfante, que faz do economista não um especialista da sociedade, mas um servo da técnica, um trabalhador em benefício da administração dos negócios aos quais as técnicas se aplicam, como se fossem absolutas, sem necessidade de relativizá-las (SANTOS, 1996, p. 8).

A geografia de um território é de grande participação na formação das culturas que ali se desenvolvem. A disponibilidade de recursos naturais, a topografia, o clima e a proximidade com outras regiões influenciam as atividades humanas e moldam as tradições e hábitos culturais das comunidades. Por exemplo, as populações que habitam áreas costeiras tendem a desenvolver uma relação estreita com o mar, com práticas de pesca, navegação e comércio marítimo, sendo as características principais de suas identidades culturais, de acordo com Diamond (1997). Nas áreas montanhosas as culturas se caracterizaram por práticas agrícolas em terraços e uma relação particular com a natureza (Mann, 2005). Recursos como água, solo fértil, minerais e vegetação determinam as atividades econômicas predominantes influenciando os sistemas de crenças, as tradições e os estilos de vida das comunidades como afirma Cronon (1992). Santos (1996) traz a seguinte reflexão:

É o espaço geográfico que transforma em existência a sociedade global, este ser que é um todo, mas um todo em potência. O existir, ser em ato, oferece esta idéia de epistemologia da existência, porque existindo estão todos. Existem todas as empresas, existem todas as instituições, e todos os homens juntos existem, não importam as suas diferenças. E os geógrafos não devem escolher entre empresas, e instituições e muito menos entre pessoas. Todos constituem este espaço banal que é o centro de nosso trabalho e por intermédio do qual nós mostramos nosso interesse pelo Mundo e pelo Homem (SANTOS, 1996, p. 14).

Por exemplo, em regiões com abundância de terras férteis, é comum o desenvolvimento da agricultura, tornando-se a base da subsistência e a expressão cultural, estando intrinsecamente ligada às práticas agrícolas. Tal recorte é possível ser feito analisando a cultura dos povos do Vale do Nilo, cultura fluvial, cuja agricultura ao longo do rio Nilo permitiu o nascimento e crescimento da antiga civilização egípcia, segundo Cronon (1992).

De acordo com Harris (2002), o clima e as condições ambientais do território também têm um impacto significativo na multiculturalidade. O clima afeta a disponibilidade de recursos, a forma como as atividades econômicas são realizadas e até mesmo o modo de vida dos grupos sociais; por exemplo, nas regiões com climas áridos, onde a escassez de água é constante, as comunidades desenvolvem técnicas específicas de conservação e uso eficiente dos recursos hídricos, diferentemente de áreas com alto índice pluvial. Tais técnicas são transmitidas por gerações, tornando-se parte integrante da multiculturalidade dessas

comunidades, como é o caso da agricultura no interior do nordeste do Brasil, em áreas da Cisjordânia e dos povos nômades do deserto do Saara, que desenvolveram estratégias para suprir as necessidades hídricas objetivando sobreviver em um ambiente hostil.

De acordo com Lowenthal (1998), o território desempenha papel relevante na construção da multiculturalidade dos grupos sociais. Como exemplo, Machu Picchu, no Peru, que representa a herança cultural dos povos incas. A paisagem é considerada patrimônio mundial e serve como um ponto de referência cultural e identitário para os peruanos e para aqueles que visitam o local.

O arcabouço histórico de um território possui grande impacto na multiculturalidade de suas comunidades. Por meio de migrações, colonizações, conflitos e ocupações, diferentes grupos étnicos e culturais interagem, embatem e resistem, assimilam-se ou se diferenciam uns dos outros, constituindo a multiculturalidade local, parafraseando Bachelard (1958). A colonização europeia nas Ásia, na África e nas Américas exemplifica tal interação, resultando na fusão de elementos nativos e influências europeias que moldaram – ainda que sob imposição – a diversidade cultural do continente, segundo Mann (2011). Para Santos (1996):

Há uma relação entre corporeidade, individualidade e socialidade. Essa relação vai também definir a cidadania. Neste país, por exemplo, a cidadania dos negros é afetada pela corporeidade. O fato de ser visto como negro já é suficiente para infernizar o portador desse corpo. Por conseguinte, a diferenciação entre "cidadanias", dentro de uma mesma sociedade, é relacionada com a corporeidade. É evidente que há individualidades fortes, permitindo uma tomada de consciência mais ampla. É, desse modo, que há uma produção, dentro do homem, do princípio de liberdade. Isto não tem nada que ver com a cidadania, nem com o corpo do homem (SANTOS, 1996, p. 10).

Como afirma Rubenstein (2014), a relação entre território e culturas não é estática, mas sim dinâmica e em constante evolução. Mudanças sociais, avanços tecnológicos e processos de globalização podem levar a transformações culturais e territoriais significativas. De acordo com Castells (2010), a disseminação da internet e das redes sociais, por exemplo, tem desempenhado um papel fundamental na interconexão de culturas ao redor do mundo, levando a uma maior conscientização e troca cultural entre diferentes comunidades. Sendo corroborado por Santos (1996),

A rede é global, mas também é local. Ela é global, porque no mundo onde a produção se internacionalizou de forma extrema, no mundo onde a própria técnica se unicizou, no mundo onde a informação é mundializada, tudo isto sendo possível a partir das redes. Mas a rede também é local, porque em cada lugar há troços destas redes globais. O trabalho de cada um de nós se realiza sobre os pedaços localizados das redes globais, que são a condição e o limite do trabalho e do capital no mundo de hoje. Só que cada lugar exerce, ao mesmo tempo, um trabalho local e um trabalho global. Cada lugar exerce, ao mesmo tempo, estas duas formas de trabalho. Localmente, é aquilo a que Marx chamou de trabalho direto, quer dizer, a forma técnica do trabalho: a pequena agricultura, a pequena produção do pequeno industrial, a produção de

serviços urbanos, que são formas diretas de produzir condicionadas pelos traços locais das redes globais, enquanto as redes globais presidem a cooperação e a divisão do trabalho, presidem a definição do valor universal dos capitais e dos trabalhos. Isto é, no lugar, através da rede e de sua utilização cotidiana o homem descobre outra vez que são dois: aquele que exerce o trabalho local, material, direto, que ele localmente sente e sofre todos os dias, e aquele outro homem que é objeto de uma divisão do trabalho, vítima de uma cooperação que afinal descobrira um dia, ainda que não a entenda completamente. É este o cotidiano dos homens neste fim de século, neste período de globalização, frente às redes que são globais e são locais (SANTOS, 1996, p. 13).

Para Rubenstein (2014), locais sagrados, monumentos, arquitetura e artefatos culturais são expressões tangíveis das crenças, valores e tradições de um povo. O território também se torna um espaço simbólico, no qual as culturas constroem e afirmam suas identidades.

Existirão poucas afirmações políticas que testemunhem com tanta eloquência as complexidades inerentes ao processo de tentar representar um povo heterogêneo com uma história heterogênea através de uma única "identidade" hegemônica (HALL, 1990, p. 33).

[...] possivelmente por ser tão fundamental, a identidade é um fenômeno que escapa a uma definição simples, embora algumas de suas principais características sejam aparentes (RELPH, 1976, p. 45).

A identidade humana é uma composição contínua e dinâmica, influenciada por diversos fatores, incluindo o território em que as pessoas vivem. As mudanças nos territórios, sejam elas físicas, simbólicas e/ou sociais impactam a composição e a recomposição das identidades individuais e coletivas, assim como as (re)composições identitárias modificam o território.

As mudanças físicas do território têm um impacto profundo nas (re)composições das identidades das comunidades que ali habitam. Segundo Paasi (2013), a identidade nacional mostra como o ambiente geográfico e a paisagem podem contribuir para a formação de um sentimento de pertencimento e conexão com a nação. Essa conexão pode ser reforçada por símbolos nacionais, marcos históricos e espaços culturais, que criam uma identidade coletiva compartilhada, inclusive quando as regiões agregadoras de tal percepção são afetadas por desastres naturais, como terremotos, escorregamentos ou inundações. Segundo Oliver-Smith (2016), essas ocorrências desestruturam o ambiente local e afetam a forma como as pessoas se percebem e são percebidas pelo mundo. De acordo com Buttimer (1985):

Habitar implica mais do que morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é o símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa (BUTTIMER, 1985, p. 166).

O termo habitar, como Buttimer (1985) coloca, tem o sentido de pertencimento, criação de conexões com o território, suas paisagens e recursos.

O território também influencia as (re)composições identitárias por intermédio de mudanças sociais, como migrações, conflitos armados ou políticas de desenvolvimento. De acordo com Wilson (2014), o êxodo rural, por exemplo, pode causar uma ruptura na identidade cultural das comunidades, levando-as a reavaliar suas tradições e práticas sociais. Nesse contexto, as identidades individuais e coletivas são submetidas a um processo de composição e recomposição à medida que as pessoas se adaptam às novas realidades do território. Segundo Ward (1998), a proximidade física pode levar ao desenvolvimento de identidades híbridas e à negociação de fronteiras culturais, promovendo assim, diversidade identitária na cidade ou nas comunidades reestruturadas. Segundo Buttimer (1993), identidade engloba o interesse perene que os humanos expressam em desenvolver modos simbólicos e cognitivos de autoidentificação e uma imagem de seu lugar no mundo. Para Seamon (2014),

A identidade do lugar refere-se fenomenologicamente ao processo pelo qual as pessoas que vivem ou estão associadas a um lugar assumem esse lugar como uma parte significativa de seu mundo. Alguém aceita e reconhece inconscientemente o lugar como parte integrante de sua identidade pessoal e comunitária e autoestima (SEAMON, 2014, p. 17).

De acordo com Castles & Miller (2009), a mudança de território pode levar a uma reavaliação das identidades pessoais e culturais. Migrantes internacionais, por vezes enfrentam desafios na preservação de sua identidade étnica – da mesma forma, de suas memórias – em um novo ambiente, mas também têm a oportunidade de se reconstruir e desenvolver identidades transculturais, tendo nesse caso, de ao longo das gerações, buscar por um resgate memorístico para reconstruir suas identidades e reaprender os elementos presentes na sua multiculturalidade. De acordo com Berdoulay & Entrikin (2014),

O desejo de pertencimento do indivíduo ao grupo e do grupo ao meio pode ser compreendido como um processo essencialmente subjetivo, que está ligado à questão da identidade: quem sou eu? Essa subjetividade não chega, entretanto, a retirar de uma problemática social a questão da identidade, no sentido de que sua resposta implica o sentimento de pertencer a uma comunidade de memória (BERDOULAY & ENTRIKIN, 2014, p. 107).

Simbolicamente, o território atua invariavelmente nas (re)composições das identidades, seja psicologicamente, seja filosoficamente, segundo Adorno (2009),

A identidade designa muito mais o ponto de indiferença entre o momento psicológico e o lógico no idealismo. A universalidade lógica enquanto a universalidade do pensamento é ligada à identidade individual, sem a qual ela não chegaria a termo porque, de outro modo, nenhum passado seria fixado em algo atual, e, com isso, não seria fixado absolutamente nada enquanto igual. O recurso a isso pressupõe uma vez mais a universalidade lógica; ele é um recurso do pensamento. O “eu penso” kantiano, o momento individual da unidade, sempre exige também o universal supraindividual.

O eu particular só é um em virtude da universalidade do princípio numérico da unidade; a unidade da própria consciência é uma forma de reflexão da identidade lógica. O fato de uma consciência individual ser uma só vale sob a pressuposição lógica do terceiro excluído: o fato de ela não dever poder ser uma outra. Nessa medida, sua singularidade, para ser apenas possível, precisa ser supraindividual. Nenhum dos dois momentos tem prioridade em relação ao outro. Se não houvesse nenhuma consciência idêntica, nenhuma identidade de particularização, então não haveria nem algo universal nem o inverso. Assim, legitima-se em termos de teoria de conhecimento a concepção dialética do particular e do universal (ADORNO, 2009, p. 124-125).

De acordo com Smith (2015), a apropriação e ressignificação de símbolos culturais podem ser observadas em contextos de resistência e empoderamento de grupos minoritários. Para exemplificar, há os movimentos sociais que usam locais históricos como espaços de manifestação de suas identidades políticas e culturais, fazendo com que haja mobilização para o fortalecimento do resgate memorístico, sejam as memórias coletivas ou individuais.

Halbwachs (1990) traz, “Não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 1990, p. 143). A relação entre as memórias individuais e coletivas e o território é um tema presente como objeto de estudo e reflexão nos campos histórico, antropológico, sociológico, geológico, filosófico, neurocientífico e psicológico. As memórias são construídas e influenciadas pelo ambiente físico e social, bem como o território pode ser transformado pelas narrativas e lembranças que lhe são atribuídas.

A forma como indivíduos e comunidades interagem com o espaço ao seu redor é influenciada pelas lembranças do passado, transmitidas e moldadas pelas gerações. Tal interação cria um diálogo contínuo entre as memórias e o território, desempenhando um papel significativo na composição das identidades multiculturais e da consciência histórica de uma sociedade ou nação como apresenta Geuss (1996).

A memória desempenha um papel fundamental na composição das identidades individuais, coletivas e das identidades territoriais de uma comunidade ou sociedade, sendo o território um componente essencial dessa identidade, pois é no espaço físico que as experiências e interações ocorrem. As memórias vinculadas ao território são expressas por meio de narrativas, tradições, rituais e práticas culturais que moldam a forma como as pessoas se relacionam com o espaço ao seu redor. A memória individual é essencialmente construída por experiências pessoais vivenciadas em espaços específicos. Estudos de neurociência cognitiva, como os conduzidos por Mullally & Maguire (2014), mostram que a atividade cerebral durante a evocação de memórias está ligada a regiões espaciais do cérebro, como o córtex entorrinal e o hipocampo, evidenciando a importância da dimensão espacial para a codificação e recuperação de memórias individuais.

Bosi (1994), quando questionada sobre o que seria a memória e relação com o pensamento de Benjamin (1994) representado na frase: “a memória como uma faculdade épica por excelência”, apresenta a relevância das memórias para a compreensão da relação do ser com sua existência e com o local que habita:

De fato, como sugere sua pergunta, a memória atende ao chamado do presente. Mas teremos que transpor, muitas vezes, a enorme distância temporal entre o fato narrado pela testemunha e o acontecido. Experiência sempre muito difícil, devido às transformações ocorridas, sobretudo nas mentalidades. O passado, a rigor, é uma alteridade absoluta que só se torna cognoscível mediante a voz do nosso depoente, nosso narrador. Eu insisto sempre, com meus alunos, na formação do pesquisador que vai entrevistar o seu memorialista: quando a narrativa deste é hesitante, cheia de silêncio, ele não deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que está escutando ou de preencher as pausas. É importante destacar que a fala emotiva e fragmentada do nosso memorialista é portadora de significações que nos aproximam da verdade.

Nós temos que aprender a amar esse discurso tateante, as suas pausas, as suas franjas, com fios perdidos quase irreparáveis. Bem mais que um documento unilinear, a narrativa da testemunha mostra a complexidade do real. Oferece uma via privilegiada para compreender a articulação dos movimentos da história com a quotidianidade. É muito belo escutar esse rememorar meditativo da testemunha. Nós, então, compreendemos que se pode fazer da memória um apoio sólido para a construção do presente, e ela se torna, para nós, uma verdadeira matriz de projetos (BRUCK, 2012, p. 197).

O território em si pode influenciar a formação da memória individual e coletiva. A paisagem física e os elementos geográficos podem ser testemunhas de eventos históricos significativos, servindo como marcadores de memória afetando a percepção do passado e moldando narrativas históricas. A familiaridade com um determinado território também pode desempenhar um papel importante na formação das memórias pessoais e na conexão emocional com um lugar específico. Como afirma Bosi (1994), na entrevista para Bruck (2012):

Eu aprecio muitíssimo esse conceito criado por Simone Weil para entendimento da cultura: o enraizamento. Os deslocamentos constantes a que nos obriga a vida moderna não nos permitem um enraizamento num dado espaço ou numa comunidade, mas este continua sendo um direito humano fundamental. Como dizia Simone Weil, o ser humano tem uma raiz por sua participação real numa coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (Weil, 1996 [1943]). O desenraizamento a que nos obriga a vida moderna é uma condição desagregadora da memória. Um dos mais cruéis exercícios da opressão na sociedade moderna (opressão de natureza econômica) é a espoliação das lembranças.

Eu penso que os urbanistas, quando fazem projetos sobre as cidades, deveriam escutar os velhos moradores e estar abertos à sua memória, que é a memória de cada rua, de cada bairro. Eles estariam recuperando a dimensão humana do espaço, que é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência de um grupo se liga estreitamente à morfologia da cidade, e essa ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento. Há, nos habitantes do bairro, o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ver, que anima a vida das ruas, das praças, dos mercados e das esquinas. E tudo isso se reflete bem nos depoimentos dos nossos memorialistas. Então, os pesquisadores devem ter a consciência de que uma história de vida que nós escutamos não é feita para ser arquivada ou guardada em uma gaveta como coisa: ela existe para transformar a cidade onde ela floresceu (BRUCK, 2012, pp. 198, 199).

As memórias são elementos fundamentais da experiência humana, moldando identidades, percepções do mundo e compreensões do passado. Ao mesmo tempo, o território – físico, cultural ou simbólico – desempenha um papel crucial na formação e na preservação dessas memórias. O conceito “lugares significativos”, proposto por Tuan (1977), demonstra que certos locais adquirem relevância emocional para indivíduos e, assim, tornam-se âncoras para suas memórias. A relação afetiva com o território é, portanto, um elemento fundamental na construção e preservação das memórias individuais.

Para Cassirer (2012),

No homem não podemos descrever a lembrança como o simples retorno de um evento, como uma vaga imagem ou cópia de impressões anteriores. Não é simplesmente uma repetição, mas um renascimento do passado; implica um processo criativo e construtivo. Não basta colher dados isolados da nossa experiência passada; devemos recolhê-las (...) A memória é o processo pelo qual o homem não só repete sua experiência passada, mas também reconstrói essa experiência. A imaginação torna-se um elemento necessário da verdadeira lembrança (CASSIRER, 2012, p. 88).

Assim como as memórias individuais, as memórias coletivas também estão fortemente ligadas ao território. Pesquisas sociológicas, como as de Halbwachs (1992), destacam que a memória é um processo social e é construída em contextos coletivos. A história de uma comunidade ou grupo é perpetuada por meio de narrativas e símbolos presentes no território, como monumentos, memoriais e marcos históricos.

Estudos de geografia cultural, como os realizados por Ley (1988), revelam que o território atua como uma pátria afetiva e está intrinsecamente conectada às identidades culturais e sociais. A preservação das memórias coletivas depende da manutenção dos lugares que a representam. O estudo destaca ainda a territorialidade como componente primordial na construção das memórias coletivas por meio da identificação com o espaço. Os grupos sociais ali presentes ou que passam a ocupar o local constroem narrativas compartilhadas sobre suas histórias e identidades culturais. O conceito definidor para compreensão da noção de relação com o território foi desenvolvido por Tuan (1974), nomeado de topofilia, descrevendo a ligação afetiva entre as pessoas e seu ambiente, influenciando a forma como as memórias coletivas são preservadas e resgatadas.

É importante considerar as transformações do território ao longo do tempo e suas implicações nas memórias. Da mesma forma, as memórias individuais e coletivas podem desempenhar um papel na transformação do território ao longo do tempo. A reconstrução de locais históricos, por exemplo, pode ser impulsionada pela necessidade de preservar memórias ou de reafirmar identidades culturais. Em certos casos, o território pode se tornar um palco de

eventos traumáticos e conflitos históricos, deixando marcas duradouras nas memórias individuais e coletivas. A destruição ou a alteração de lugares significativos pode gerar o que Low (2003) chama de "memória traumática". Por exemplo, campos de concentração, zonas de guerra e locais de genocídio carregam memórias dolorosas, por vezes, transmitidas de geração em geração. Esses lugares frequentemente se tornam locais de memória e rememoração, segundo Nora (1984), buscando promover o processo de cura e reconciliação, onde a perda de locais com significado emocional causa impactos psicológicos significativos:

De início, a noção de “lugar de memória” era uma forma de distância crítica em relação a uma história nacional unitária, teleológica, espontaneamente habitada por uma intenção autocelebrativa e comemorativa dela mesma: [o lugar de memória era a intenção de] decomposição dos elementos constitutivos, dimensão historiográfica, valorização do simbólico. Ou, para elevar o tom, “desconstrução” derridiana, “arqueologia” foucaultiana, ou ainda, se se preferir, “genealogia” nietzschiana. Mas tal era já o império do memorial que a ferramenta forjada para dissolver o comemorativo acabou por ser empunhada para se tornar o instrumento por excelência da comemoração em todas as direções. (NORA, 2011, p. 403).

Por outro lado, a revitalização de espaços negligenciados pode levar à "memória pós-traumática", onde memórias anteriormente obscurecidas ressurgem com a renovação do território, como observado por De Silvey & Edensor (2013). As transformações territoriais apresentam desafios significativos para o resgate memorístico. Um exemplo é a destruição de locais considerados relevantes do ponto de vista histórico e culturais devido ao desenvolvimento urbano desenfreado. Huyssen (2003) argumenta que a rápida urbanização pode levar à perda de espaços que possuem valor histórico e emocional, resultando no esquecimento ou na fragmentação das memórias associadas a esses lugares, principalmente das classes sociais menos favorecidas e grupos minoritários no que se refere aos direitos sociais. No entanto, também existem exemplos positivos de como as transformações territoriais podem contribuir para o resgate memorístico.

De Silvey & Edensor (2013) destacam a revitalização de espaços abandonados como uma oportunidade de resgatar memórias que estavam anteriormente obscurecidas, exemplificado pela renovação de das oficinas e escritórios da Companhia Paulista em Jundiaí, a qual vem sendo transformada em espaços de educação, serviço social e cultura, permitindo que sejam preservadas e compartilhadas as memórias daqueles que ali trabalharam, inclusive dos grupos escravizados (mesmo numa perspectiva carente de informações).

A memória coletiva de um grupo de pessoas muitas vezes se manifesta por meio de lugares específicos. Esses locais se tornam símbolos tangíveis de eventos passados, experiências compartilhadas ou identidades culturais, como os considerados monumentos históricos ou memoriais e locais de importância cultural, como museus e sítios arqueológicos.

Na pesquisa aqui definida, os locais de importância memorísticas, multiculturais e identitárias são apresentadas pelos moradores da região de Hiburrucaia, em Jundiá/SP, Brasil. Diferindo dos aspectos municipal, estadual e nacional.

Mas os ancestrais das tribos tupis não eram apenas estômago. Eram extremamente sensíveis ao mundo cultural: esculturas de pedra e osso representando pássaros, mamíferos e homens constituem um catálogo apaixonante de suas criações artísticas. Nas grutas, a representação de animais – cada grupo tinha seu favorito, tamanduá, peixes ou tucanos –, de formas geométricas ou de figuras humanas envolvidas em cenas familiares e sexuais indica o misto de fruição estética e investimento ritual em torno das imagens. Na execução dessas obras, não faltavam extremos cuidados: em Roraima, no interior das cavernas, usavam-se até andaimes para o acabamento das pinturas. No belíssimo conjunto rupestre do de Soledade, no Rio Grande do Norte, imagens associadas a propiciatórios para chuvas comprovam a maestria na preparação das tintas, evitando o escorrimento das cores (DEL PRIORE & VENANCIO, 2010, p. 21).

Quando se pensa numa identidade nacional, intrinsecamente se imbuí a ideia de uma cultura nacional, de uma memória nacional e, obviamente, desempenham um papel fundamental na construção da sociedade brasileira. Esses elementos influenciam e são influenciados por fatores históricos, geográficos, sociais, políticos, econômicos e antropológicos, moldando a identidade coletiva do povo brasileiro, nesse aspecto, ponderando sobre o senso comum, o Brasil é, culturalmente, o país do carnaval e do futebol.

A cultura brasileira é plural, oriunda da miscigenação de diferentes povos e tradições ao longo dos séculos, e suas expressões artísticas, musicais, culinárias, religiosas e linguísticas são marcadas pela influência indígena, africana e europeia, entre outras. De acordo com DaMatta (1986), a cultura brasileira se caracteriza pela informalidade, pela valorização das relações sociais e pelo sincretismo cultural constituidor da identidade nacional.

A composição identitária brasileira e sua (re)composição acontece a partir das múltiplas influências culturais presentes no país. É uma identidade em recomposição constante, refletindo as relações entre etnias, classe social, gênero, costumes e território. Hall (1990), afirma que a identidade é um processo fluido e construído socialmente. No caso do Brasil, a composição identitária contém as culturas e memórias de diversos povos, porém nem sempre transparece a todos os membros da sociedade a diversa composição que possui, o que explica o mito do “homem cordial” trazido por Holanda (1995), no qual a tentativa de aproximação entre os entes para se fazer pertencente à memória coletiva,

Ela pode iludir na aparência – e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no ‘homem cordial’: é a forma natural e viva que se converteu em fórmula. Além disso, a polidez é, de algum modo, organização da defesa ante a sociedade. Detém-se na parte exterior, epidérmica, do indivíduo, podendo mesmo servir, quando necessário, de peça de resistência. Equivale a um disfarce que permitirá a cada qual preservar inatas suas sensibilidades e suas emoções (HOLANDA, 1995, p. 147).

A memória coletiva tem papel central na construção da história brasileira, sendo influenciada pela cultura e pela identidade, moldando a forma como os eventos históricos são lembrados e interpretados. Nora (1984) argumenta que a memória é seletiva e está em constante transformação, refletindo os interesses e narrativas do presente. No Brasil, a memória coletiva é marcada por eventos como a colonização e apagamento das culturas nativas; a escravidão e por vezes, a sua negação; a ditadura militar e a luta por direitos civis, eventos que conectam a esfera federal à esfera estadual e à esfera municipal, mas ainda ignoram aspectos presentes na comunidade, na microrregião como os bairros, por exemplo. Não sendo isso uma crítica, mas a afirmação de que não é possível perceber a composição mínima da sociedade – o indivíduo, o cidadão – tomando o todo como definidor uníssono das partes. Por isso a necessidade de que para a compreensão do da esfera maior é preciso que a discussão comece do menor, da parte, criando assim as bases necessárias para a compreensão do maior, do mais complexo como afirma Bloom (1956) (Fig.32 e 33).

Ernesto Gattai, meu pai, alugara a casa por volta de 1910, casa espaçosa, porém desprovida de conforto. Teve muita sorte de encontrá-la, era exatamente o que procurava: residência ampla para a família em crescimento e, o mais importante, o fundamental, o que sobretudo lhe convinha era o enorme barracão ao lado, uma velha cocheira, ligada à casa, com entrada para duas ruas: Alameda Santos e Rua da Consolação. Ali instalaria sua primeira oficina mecânica. Impossível melhor localização!

Para quem vem do centro da cidade, a Alameda Santos é a primeira rua paralela à Avenida Paulista, onde residiam, na época, os ricos, os graúdos, na maioria novos-ricos.

Da Praça Olavo Bilac até o Largo do Paraíso, era aquele desparrame de ostentação! Palacetes rodeados de parques e jardins, construídos, em geral, de acordo com a nacionalidade do proprietário: os de estilo mourisco, em sua maioria, pertenciam a árabes, claro! Os de varandas de altas colunas, que imitavam os “palázzos” romanos antigos, denunciavam – logicamente – moradores italianos. Não era, pois, difícil, pela fachada da casa, identificar a nacionalidade do dono (GATTAI, 1998, p. 9).

A cultura paulista é resultante da confluência de diversos grupos étnicos e tradições presentes no estado. Segundo Cunha (1997), a cultura paulista é caracterizada por sua dinamicidade, cosmopolitismo e influência do contexto urbano. Representando ao longo, mudanças significativas sociais oriundas das mudanças econômicas, como por exemplo, o café que transformou o estado de leste a oeste, como afirma Argollo Ferrão (2015),

A chegada do café em Campinas deu-se no início do século XIX e, segundo consta, trazido pelas mãos do tenente Antônio Francisco de Andrade, no ano de 1807 ou 1809; mas o cultivo com fins econômicos somente ganharia proporções mais sérias por meio da liderança empresarial de Francisco Egidio de Sousa Aranha, apoiado por seu sogro e tio, o coronel Joaquim de Camargo Aranha. Os senhores de engenho, já instalados na região a esse tempo, desprezaram de início a nova atividade, considerando-a apenas pertencente ao “ramo de quitanda”, apesar das notícias sobre o seu intenso desenvolvimento na província do Rio de Janeiro.

Mas, ao querer fixar a porta de entrada do café em São Paulo, deve-se enfocar o Vale do Paraíba, especificamente a região do baixo Vale, onde se localizam as cidades de Areias, Bananal e São José do Barreiro, em terras contíguas às da grande lavoura fluminense. De acordo com Pêrsio Pacheco e Silva, erudito conhecedor da história do café em São Paulo, foram plantados nessa região, entre 1790 e 1797, os primeiros cafeeiros paulistas. É partir daí que o café começa a ganhar status de cultura economicamente atrativa em São Paulo, iniciando um processo que lhe modificaria definitivamente o ambiente construído e a própria geografia econômica do país (ARGOLLO FERRÃO, 2010, p. 51).

A identidade paulista tem em sua composição uma combinação de fatores históricos, sociais e geográficos. A presença indígena, o bandeirismo, imigração de diferentes grupos étnicos, como italianos, japoneses e portugueses, tiveram papel fundamental na formação da identidade paulista. Além disso, a força da agricultura para a consolidação do contexto urbano e industrial de São Paulo contribuiu para a composição identitária paulista. Como afirma Silva (2000), a identidade é marcada pela diversidade, em que múltiplas identidades coexistem em um espaço, porém não catalizador de todos os grupos, assim como no Brasil.

A memória e seu resgate desempenham papel essencial na composição identitária paulista. A preservação da memória é fundamental para a compreensão das raízes e do desenvolvimento das sociedades, por exemplo, a paulista ao longo do tempo. Monumentos, museus e arquivos têm sido os responsáveis, majoritariamente, na preservação da memória como caso do Museu da Imigração, localizado no bairro da Mooca, e a retomada da história afrodiaspórica no bairro da Liberdade, atualmente, local voltado aos costumes e de grande ocupação de povos asiáticos. Ainda assim, o resgate memorístico compreende os povos dentro da esfera paulista, que contém em si, populações distintas alocadas em quilombos, terras indígenas, distritos, municípios etc.

DE JUNDIAHY A JUNDIAÍ – DESTERRITORIALIDADE À TERRA QUERIDA. QUAIS AS CULTURAS, IDENTIDADES E MEMÓRIAS PRESENTES NO PATRIMÔNIO JUNDIAIENSE?

Nesta perspectiva, identidade cultural não é, de modo algum, uma essência fixa, que existe inalterada aquém da história e da cultura. Não é um qualquer espírito universal e transcendental que nos habita e no qual a história não deixou nenhum traço fundamental. Não é um de-uma-vez-por-todas. Não é uma origem fixa à qual possa haver um Regresso final e absoluto. É claro que também não é uma mera fantasmagoria. É alguma coisa – e não um mero truque da imaginação. Tem as suas histórias – e as histórias têm os seus efeitos reais, materiais e simbólicos. O passado

continua a falar conosco, mas já não nos interpela como um "passado" factual, simples, uma vez que a nossa relação com ele, tal como a relação da criança com a mãe, é um sempre-já "depois do corte". A relação é sempre construída por intermédio da memória, da fantasia, da narrativa e do mito. As identidades culturais são os pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, que se concretizam adentro dos discursos da história e da cultura (HALL, 1990, p. 25).

A relação entre culturas, identidades e memórias e o impacto gerado pelo território nos três elementos é objeto de estudo deste trabalho. Sendo neste capítulo o desenvolvimento da análise sobre a complexidade dessa influência mútua entre identidades individuais e coletivas, suas (re)composições; a construção social da memória, os processos de produção e o resgate memorístico; transmissão e transformação cultural e a multiculturalidade presente na conformação da comunidade.

A cultura desempenha um papel central na relação entre identidades e memórias por meio das práticas culturais, como rituais, tradições, símbolos e expressões artísticas, as identidades individuais e coletivas são moldadas e perpetuadas. De acordo com Hall (2004):

Acho que a identidade cultural não é fixa, é sempre híbrida. Mas é justamente por resultar de formações históricas específicas, de histórias e repertórios culturais de enunciação muito específicos, que ela pode constituir um "posicionamento", ao qual podemos chamar provisoriamente de identidade (HALL, 2004, pp. 432, 433).

Segundo Geertz (1973), a cultura é um sistema de significados compartilhados que orienta o comportamento e a compreensão do mundo, fornecendo o arcabouço simbólico que molda as memórias coletivas e individuais, influenciando a forma como as identidades são construídas e percebidas.

As identidades são elementos influenciados por fatores individuais e sociais. Segundo Hall (1990), a identidade não é algo fixo e essencialista, mas sim um processo contínuo de construção social, moldado por categorias como gênero, raça, etnia, classe social e pertencimento a grupos, sendo um processo dinâmico e relacional.

As memórias desempenham um papel crucial na composição e recomposição das identidades individuais e coletivas. De acordo com Halbwachs (1992) as memórias são socialmente constituídas e resgatadas, sendo impactada socialmente e culturalmente no território em que acontece. A memória individual é moldada por lembranças seletivas e reconstruções subjetivas, diferentemente da memória coletiva, pois esta é formada por narrativas compartilhadas e com significados atribuídos a eventos passados, algumas vezes passando por resgates e reconstruções objetivando a manutenção das identidades.

A memória coletiva e a memória individual são entrelaçadas e mutuamente agem na formação das identidades. Nas sociedades, as memórias compartilhadas são essenciais para

a composição e recomposição das identidades coletivas e a legitimação de uma narrativa histórica específica, seja ela imposta ou não. As memórias coletivas são transmitidas por intermédio de instituições sociais: famílias, grupos religiosos, escolas, mídias de massa e redes sociais. Concomitantemente, as memórias individuais convergem na diversidade de perspectivas e experiências dentro de um grupo, comunidade ou sociedade, moldando as identidades individuais e trocando influências com a identidade coletiva.

A transmissão cultural desempenha um papel fundamental na preservação e no resgate das memórias e na formação das identidades. Instituições como escolas, museus, meios de comunicação e comunidades atuam como manutenção e ferramenta de transmissão de valores culturais, narrativas históricas e memórias coletivas. Essas instituições são responsáveis por selecionar, interpretar e apresentar os aspectos necessários da multiculturalidade ou de uma cultura específica, das memórias individuais e coletiva, influenciando a manutenção, composição e recomposição das identidades individuais e coletiva.

A cultura desempenha um papel central na relação entre identidades e memórias, sendo por intermédio das práticas culturais, como rituais, tradições, símbolos e expressões artísticas – lembrando que há a necessidade de um território, de um espaço físico para que ocorram –, as identidades individuais e coletivas são moldadas e perpetuadas. A cultura estrutura e molda as memórias coletiva e individuais, influenciando a forma como as identidades são construídas, reconstruídas e percebidas.

A relação entre identidades, memórias e culturas é interdependente e atende às demandas impostas por um território, paisagens, clima e o acesso a recursos. Essa compreensão mais abrangente das dinâmicas sociais permite reconhecer a diversidade e a fluidez das identidades, como as memórias se constituem e são resgatadas e como a multiculturalidade atua como amálgama do processo de interconexão tendo o território como alicerce.

Os processos ideais (de representação e reelaboração simbólica) remetem a estruturas mentais, a operações de reprodução ou transformação social, a práticas e instituições que, por mais que se ocupem da cultura, implicam uma certa materialidade. E não só isso: não existe produção de sentido que não esteja inserida em estruturas materiais (GARCÍA CANCLINI, 1983, p. 29).

querimentos por todos eles feitos Resposta dos
officiais da camara da vila de São Paulo da vila
que lhe mandey dar E não porem duvida al
guã e que lhe for me vistas e se adeministre Justiça
nesta dita Povoação pellas causas aponta
das em Sua petição e Requerimentos, e Ser tu
do o Referido por serviço de Magestade bem e com
servação a este povo e aumento das Terras do
Marques do Rosario Perpetuo desta capita
nia de São viçente o que tudo nisto comfor
mando me com o fonal e doação do dito Senhor fei
to o donatario desta Capitania pellois pode
res que lhe concede e o Seus Capitaens mores
e governadores para poderem Levantar Pelou
[rinhos] e formar villas, e criar Justissa como

Como lhes He Conçecido, mando a todos os povo
adores, E moradores desta Freguesia Se juntem a por
ta da Igreja para que todos juntos em com para delle
dito Capitam mor e ouvidor se acha me a El Rey
Nosso Senhor e Se Levante Pelourinho Em seu Real
nome e se funde e forme esta nova vila de
Nossa Senhora do desTerro de Jundiahly Com toda a
solenidade que Se Requer Hoie 14 de dezembro
de 1656 annos = o Capitam mor ouvidor Miguel
de Cabedo de vasconcellos. Termo de torna dos
autos Foi me tornado este Requerimento e peti
ção dos Povoadores E moradores da povoação nova
de Jundiahly Com o despacho atras e assim do ou
vidor e Capitam mior destas Capitania E mandou se

Memorabilia Paleografia - CNPJ: 41.307.280/0001-62

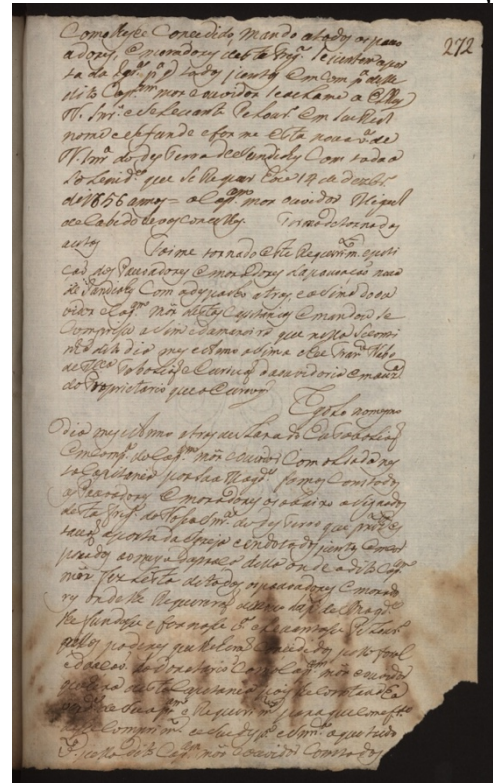


Figura 1 – Traslado do Auto de Criação de Jundiáí, folha 272.
Fonte: Arquivo Histórico de Jundiáí.

Figura 2 – Auto de Criação de Jundiáí, folha 272. Fonte:
Arquivo Histórico de Jundiáí.

A identidade atribuída à herança cultural é permeada por variados valores e usos, sejam eles por composição coletiva – usos e costumes geradores de memória e pertencimento – ou por imposição, como por exemplo, a fabricação de uma “identidade nacional” que viabiliza a ocultação de micro-histórias e regionalismos caracterizadores, por exemplo, de sociedades de descendência unilinear, pequenas nações no que Herder (2006) apresenta como conceito de civilização – oposto diametralmente à proposição etnocêntrica de colonização e neocolonização – e corroboradas por Clastres (2003) e Evans-Pritchard (2000).

O povoamento dessa região acontece devido às poucas possibilidades e diversas disputas nos campos de Piratininga; um domínio maior da Coroa portuguesa sobre a colônia do Novo Mundo. A Jundiáí do século XVII, um povoado em expansão socioeconômica, um “porto seco”, entra em declínio ao ceder territórios (desmembramentos) como Mogi Mirim e Campinas, além da migração (Minas Gerais, ciclo das pedras preciosas). Tal situação modificava-se com a imigração italiana em terras, nas quais o cultivo da cana-de-açúcar predominou, cedendo espaço para o café, indústria têxtil e à ferrovia, por fins do século XIX. Restabelecendo na primeira metade do século XX, sua economia por meio de uma forte inclinação industrial e mantendo força agrônômica.

A formação da Villa Ferosa de Nossa Senhora do Destêrro do Matto Grosso de Jundiahly da Capitania de Sam Vicente e seu povoamento ou fundação, abrigou-se sob discussões intermináveis entre pesquisadores sobre ser 1615 ou 1655. Tendo como nomes de

destaque nesse movimento Rafael de Oliveira e Petronilha Antunes, a última, de acordo com o atual documento não está presente no momento, porém não há nomes de personas femininas mesmo sabendo que a ocupação daquele período não era feita apenas por homens. Todavia o Auto de Criação³ (Fig. 1) apresenta Jundiaí sendo fundada em 1656, na folha 272 é possível verificar o aceite da formação da *villa*. A presença do documento tem como objetivo esclarecer a discussão sobre o tema e não é ponto central do trabalho, apesar de corroborar com a formação da cultura, identidade e memória jundiaíense, no singular por caracterizar a imagem de um único corpo e não incluir os diferentes grupos na formação da ideia de *villa*. Para facilitar a leitura, está presente na Figura 2 a transcrição da folha 272.

A primeira referência ao nome Híbiturucaia, segundo Gossner (1974) aparece nas Sesmarias e por não conhecer o documento citado anteriormente, acaba por fixar a data de 1639 como fundação de Jundiaí, mas o interessante é verificar os nomes presentes em sua pesquisa também se encontram no Auto de Criação, porém o nome do território não consta, apesar de ser citado como região,

[...] nos primeiros anos do século XVII vários povoadores portugueses moravam na região. Os primeiros documentos datam de 1642 (portanto somente 3 anos após a fundação de Jundiaí) e dizem que, Amador Bueno (o “Rei aclamados” dos paulistas), Cunha Gago, Garcia Rodrigues Velho e outros tinham adquirido “sesmarias” na região de Híbiturucaia (GOSSNER, 1974, p. 69).

Mesmo Jundiaí, uma das cidades mais antigas do Estado de São Paulo, faz seu passado diáfano devido às contraditórias informações nas tentativas de compreensão sobre seu passado. Segundo os viajantes Spix e Martius, Jundiaí em 1656 era considerada importante como rota do comércio do sertão. Reconhecida, atualmente, como símbolo da colonização italiana, abrigou antes da ocupação branca, segundo Morales (2000), povos autóctones: Tupi, Carijó, Pareci e Kaiapó e após os processos de colonização europeia, africanos da Guiné, Congo e Benguela, afrodescendentes e caboclos.

Hodiernamente, Jundiaí é reconhecida como grande centro urbano, transformada em Região Metropolitana de Jundiaí (RMJ), em 2021, a partir da Lei Complementar 1.362/2021. Tal mudança reconhece o papel de liderança da cidade junto aos sete municípios por ela influenciados (Cabreúva, Campo Limpo Paulista, Itupeva, Jarinu, Louveira e Várzea Paulista), Piracicaba e São José do Rio Preto também integram esse novo modelo de regionalização no

³ Documento presente no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Coleção Papéis do Brasil, Códice 4, folha 269 a 273. Código de referência: PT/TT/PBR/0004/026. Documento virtualmente disponível, com sua transcrição paleográfica em: <https://cultura.jundiai.sp.gov.br/traslado-do-auto-de-criacao-da-vila-de-jundiahy-no-ano-de-1656-documento-e-traducao-paleografica/>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Estado de São Paulo. O município conhecido como “terra querida” e “terra da uva”, goza de um conjunto de áreas protegidas, uma densa rede hídrica e importantes rios regionais como o Jundiaí, Jundiaí-Mirim e Capivari.

Os processos de urbanização, da mesma forma, a manutenção da herança cultural e a relação com as identidades e memórias interferem diretamente na maneira como a população vivência a cidade e sua conformação, fruindo a partir daquilo que apresenta significado próprio ou construído pelo conhecimento difundido por meio da educação, órgãos de cultura, grupos de especialistas e a fruição cotidiana e comum.

É uma pena que, em geral, quando se pensa em “preservar” uma área urbana qualquer, tudo o que se invente logo implique tirar aquela gente pobre que está lá, encardindo, incomodando. Ninguém pensa que seções inteiras de nossas cidades não estariam aí, em pé, se não fossem usadas por hoteizinhos, oficinas, lojinhas, prostitutas, bares, depósitos, manufaturas, clubes e associações, cabeças de porco... Pardieiros sim, mas vivos, funcionando. Se alguém quiser saber a diferença, deixe uma casa nova em folha vazia, sem uso nenhum por uns cinco anos. Virará uma ruína. Temos que agradecer, portanto, às camadas mais pobres. Há quase duzentos anos são os maiores guardiães do nosso patrimônio. Já é tempo de tentar retribuir-lhes o favor, dignificando os espaços em que vivem e trabalham, sem espoliá-los (SANTOS, 1986, p. 16).

No debate sobre a herança cultural e o patrimônio histórico escolhido como identidade jundiaense, qual grupo ou quais grupos têm voz? Os imigrantes europeus, os homens, as mulheres, os escravizados, os migrantes, os caboclos, os indígenas, os africanos, os afrodescendentes, a elite cafeeira, os ferroviários, os trabalhadores têxteis?

Como análise desse processo cultural, seja ele imposto, seja ele construído coletivamente, em Jundiaí há símbolos altamente representativos da concepção identitária de grupo, ou grupos, que prevalecem na disseminação de uma herança local. Para exemplificar: sobre o Museu Histórico e Cultural de Jundiaí (Fig. 3), popularmente conhecido como Solar do Barão, o que é possível extrair desse signo?

Segundo os arquivos do museu, a edificação é uma construção urbana típica do século XIX (1860), construída em taipa de pilão, com jardim em estilo neorrocó, tendo identificação de suas plantas com nomes científicos e origem. Pertenceu à família Queiroz Telles, nome de grande repercussão na sociedade paulista e brasileira com liderança dentro da aristocracia cafeeira.

O tombamento na década de 1970, pelo CONDEPHAAT, levou em consideração (como consta) apenas sua arquitetura:

A cidade de Jundiaí originou-se por volta de 1615 e, em 1865, foi elevada à categoria de cidade, por lei provincial. Proprietário de inúmeras fazendas de cana-de-açúcar e café, Antônio de Queiroz Teles, futuro barão de Jundiaí, construiu o solar em 1862. Posteriormente, foi doado por sua família à Associação das Irmãs de São Vicente de Paula que o alugou à Prefeitura Municipal para nele ser instalado o museu local. Construção tipicamente urbana de meados do século passado, térrea, em taipa de pilão e implantada em lote voltado para uma praça, apresenta em sua fachada principal dez janelas e uma única porta, localizada em seu eixo de simetria. Ainda encontram-se preservados elementos originais como esquadrias, vidros decorados e muros divisórios em taipa de pilão (CONDEPHAAT, 1970, online).



Figura 3- Museu Histórico e Cultural de Jundiaí. Fonte: Unidade de Gestão de Cultura de Jundiaí - Museu Solar Barão.

Apresenta-se evidente a relevância do edifício ao município, mas só passou a ser um fato social, um processo cultural de identidade, memória e formação social ao se estabelecer ali, em 1982, o museu, permitindo, como traz Neto (2015), ao discutir Stiegler (1998):

Stiegler aproxima-se de Heidegger para pensar a questão da tradição como herança constituída epifilogeneticamente, isto é, a partir de um suporte protético, e não ctônico. A origem é epimetéica, ou seja, faltosa e ao mesmo tempo já-dada, no sentido de contingente, construída tecnicamente (NETO, 2014, p. 114).

Assim, a percepção cultural tem um corpo: a constituição e uma alma: suas funções social, político e cultural. Corpo e alma, constituição de uma identidade mobilizada por ideias, crenças, afetos, influências gerais e valores – da população. Não são valores engessados, mas

sim, passíveis de revisão, reestruturações cognitivas, atualização constante de visão do passado para concepção de um futuro, ressignificação.

Para que isso ocorra é urgente o usuário, o fruidor, o perceptor ser o agente principal de criação da ideia e essa é permeada segundo alguns componentes apresentados por Meneses (2009), eles não se isolam e agrupam-se das formas mais variadas.

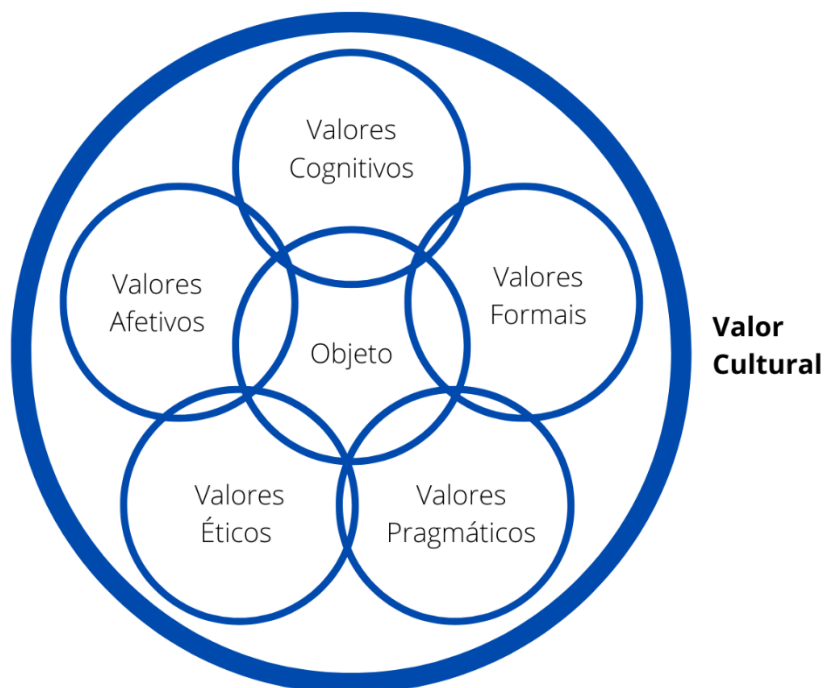


Figura 4 - Valor Cultural. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.

Antes, deve ficar evidente a não polaridade materialidade *versus* imaterialidade e nem deverá ocorrer disputas entre Valor Arquitetônico e Valor Histórico, entre Valor Técnico e Valor Social e entre Especialista e Fruidor. Mas sim, a aglutinação desses valores no **Valor Cultural** e sua estruturação por meio dos componentes apresentados por Meneses (2009): “Penso nos seguintes principais componentes do valor cultural: valores cognitivos, formais, afetivos, pragmáticos e éticos. Preliminarmente, porém, vale acentuar que tais componentes não existem isolados, agrupam-se de forma variada, produzindo combinações, recombinações, superposições, hierarquias diversas, transformações, conflitos” (MENESES, 2009, p. 35).

Não se atribui existência isolada aos valores, apenas como referência majoritária e para fácil compreensão, será explicitado um valor para cada estudo, sendo a todos o pertencimento de complexidades possível. Resumindo, os valores compositores do Valor Cultural: Valores Cognitivos, Valores Formais, Valores Afetivos, Valores Pragmáticos e Valores Éticos representados na Figura 4.

Como exemplo em Jundiaí, do que se pode atribuir **Valores Cognitivos** temos a casa da família Malpaga ou Casa Rosa (Fig. 5), motivo de tantos encontros e desencontros.



Figura 5 - Casa Rosa (Casa da Família Malpaga). Fonte: Unidade de Gestão de Cultura de Jundiaí.

Pode-se entendê-la como um documento, pois oferece informação de natureza múltipla: como identificar os efeitos dos interesses no seu projeto, contexto histórico, conceito de espaço, agentes sociais envolvidos, padrão estilístico e mais recente o ocaso de seu "tombamento" - "destombamento" - "tombamento" e o risco de desaparecimento sob as forças interessadas no processo. Além de seu imaginário social, destaca-se a identidade e o pertencimento para o resgate memorístico, a representação de um período considerado relevante à cidade, o que gerou até um movimento liderado por jovens pela preservação do bem e dessa herança cultural, características essas que revelam a presença também do Valor Afetivo.

A Casa Rosa integra o Inventário de Proteção do Patrimônio Artístico e Cultural (IPPAC), uma ferramenta empregada pelo Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural (COMPAC) para a proteção de bens com interesse histórico, mas em processo de tombamento ou em pesquisa para início do processo. O poder público tem buscado fortalecer a percepção desses valores ao proporcionar à população a possibilidade de visita – a propriedade é privada – e maior conscientização sobre esse patrimônio histórico:

Em obras, a Casa Rosa já recebeu as primeiras intervenções emergenciais, que visaram à estabilização do imóvel, que ficou fechado por muitos anos. O diretor do Departamento de Patrimônio Histórico da Unidade de Gestão de Cultura, Elizeu Marcos Franco, falou sobre a importância da visita técnica. ‘Quando as pessoas conhecem, elas preservam. Ao abrir as portas da Casa Rosa, os visitantes puderam conhecer mais sobre o local e agora também fazem parte dessa história’, comentou (PMJ, 2021, online).

A respeito dos **Valores Formais**, podemos citar o Museu da Companhia Paulista (Fig. 6). Sua estruturação como fato social não se atribui diretamente à percepção documental, mas como espaço de contato com aspectos subjetivos, com a memória e seus resgates, segundo Meneses (2009), como oportunidade qualificada para gratificar sensorialmente e tornar mais profundo o contato de meu “eu” com o “mundo externo” ou “transcendente”, então o valor predominante é o formal ou estético.



Figura 6 - Museu ferroviário da Cia. Paulista ou Museu Barão de Mauá, localizado no Complexo FEPASA. Fonte: Arquivos do Museu da Cia. Paulista

O Valor Formal, segundo Meneses (2009), deve “transcender através do belo”, gerando conexões ao sair de si mesmo, intercambiando com objetos e presenças. Levando a uma compreensão, indução, produção e transmissão de sentidos abastecidos pela memória e outras experiências. Não coincidindo com o estilo arquitetônico diretamente, como no caso do Museu Histórico e Cultural de Jundiaí (Fig. 1), mas também compreendido como ferramenta, documento e fonte. Porém, a estimulação dos sentidos pelos fatos mencionados, sejam ali, o combustível que mantém a chama acesa da gratificação do contato do interno com o externo.

Quando se analisa o aspecto afetivo, confunde-se com o que seria histórico (autorizado/controlado), mas na verdade trata-se de memória, pertencimento, autoimagem,

originada em conexões subjetivas do indivíduo com o bem/rito/prática, no qual ele percebe a extensão de si mesmo,

Aqui é bom lembrar: memória e História nem coincidem, nem são duas faces da mesma moeda [...] Se se tratar de carga simbólica e de vínculos subjetivos, como o sentimento de pertença ou identidade, o domínio é dos valores afetivos. Não ignoro que memória e História partilham de vários atributos comuns, inclusive de caráter subjetivo e cognitivo, sem, todavia, afetar a distinção acima proposta” (MENESES, 2012, p. 36).



Figura 7 - Casa da Rua Senador Fonseca. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare

Para haver a identificação de **Valores Afetivos**, não há controle especializado, mas sim por meio da compreensão de representações e imaginários sociais. Essa relação subjetiva pode surgir pelo contato do bem/rito/prática com eventos, personalidades e cotidiano. Tais elementos podem também servir como documento, pois possuem características de Valores Cognitivos, levando o fruidor a se relacionar emocionalmente com um período histórico, por exemplo.

Esse valor é explicitado pela casa situada à Rua Senador Fonseca (Fig. 7), quando questionada a sua culturalidade sob “requisitos arquitetônicos” nada agregaria, mas a afetividade, a relação dos cidadãos com a construção constitui a representatividade de seu lugar, identidade e seu pertencimento ao local, trazendo a inclusão pelo Conselho Municipal do Patrimônio Artístico e Cultural (COMPAC) no Inventário de Proteção do Patrimônio Artístico

e Cultural (IPPAC) para – ainda frágil – resistir às mudanças sempre presentes em centros urbanos.



Figura 8 – Espaço Expressa. Fonte: Unidade de Gestão de Cultura

Sobre os **Valores Pragmáticos**, uso do bem percebido como qualidade, segundo Meneses (2009), são diariamente e academicamente ignorados. Nesse caso se percebe, parcialmente, considerar a utilização de áreas do Espaço Expressa (Fig. 6), em favor da população, de maneira dificultosa e por vezes, perigosa caso sua locomoção exija atenção especial.

Ao conhecer a FATEC, Poupatempo ou o museu (Fig. 8), o acesso atende quase todos, inclusive aos que necessitam de atenção especial. No caso da estrutura do museu e outras dependências como Sala dos relógios e o Arquivo Histórico, não ocorre um acesso livre e tranquilo. Debater a preservação do patrimônio histórico cultural e a importância da herança cultural e as identidades e memórias ali presentes deve ser embasado na garantia de cidadania plena, segundo Meneses (2009):

[...] pois vivemos numa sociedade que ainda não superou a herança escravista, em que o trabalho e o trabalhador não gozam de cidadania plena, em que "criada" quer dizer "empregada" e em que "elevador de serviço" quer dizer "elevador de serviçal". E em que o desperdício chega a 15% do PIB, em que o reuso não é tema relevante nas escolas de arquitetura e assim por diante" (MENESES, 2009, p 37).

A preservação do patrimônio, da herança cultural, das identidades e das memórias deve garantir a dignidade humana e não marginalizar o fruidor, o percebido de sua existência

pelo do elemento considerado patrimônio e herança cultural presente na mentalidade dos indivíduos e da sociedade.

Os **Valores Éticos** estão sempre associados às interações sociais propostas a ocorrerem nos bens. É o que favorece o multiculturalismo, o diálogo, as transformações, a diversidade cultural existente por si mesma e de forma democrática. Em Jundiaí, ocorreu um processo conhecido como Ocupa Colaborativa (Fig. 9), que exemplifica tais valores e o uso real do direito às diferenças.

O imóvel foi incluído no IPPAC, por ser legítima a sua ocupação e uso do espaço como centro cultural comum e social aceito positivamente em favor da cultura. Sem dimensão econômica em seu estabelecimento como processo cultural, apenas focado em produzir, transformar; dialogar arte com política, educação, culturas e memórias. Levando o “eu” do fruidor a conectar-se com outros “eus”, contemplativamente, ludicamente e intelectualmente. Sem contenção da diferença cultural, seria um “museu imaginário”, nas palavras de Meneses (2009).

O espaço que estava abandonado por anos, sem propósito e foi revitalizado pelo OC, teve a reintegração de posse expedida pela justiça. Qual História pode ser contada sobre isso?



Figura 9 - Ocupa colaborativa (Rua XV de novembro). Fonte: Portal Jundiaí notícias

Tais valores, como mencionado anteriormente, podem ser trabalhados de maneiras diversas e até conflitantes, abrindo espaços para a discussão, para uma cultura democrática, não a democracia de Sólon, mas sim o poder nas mãos do povo e pelo povo. Não há o domínio das verdades universais ou um colonialismo intelectual, mas um processo humano, no qual

fruidores decidem aquilo que os identifica – seus signos, os valores, a consciência, as aspirações e desejos que permeiam a humanidade.

Numa analogia ao proposto por Meneses (2009), pode-se identificar em Jundiaí o Valor Cultural como a existência de uma Cultura, de uma Identidade e uma Memória jundiaíense a partir dos símbolos, seus significados e ressignificados relacionados e fruídos pela população e ofertado ou imposto pelo poder público (Fig. 10).

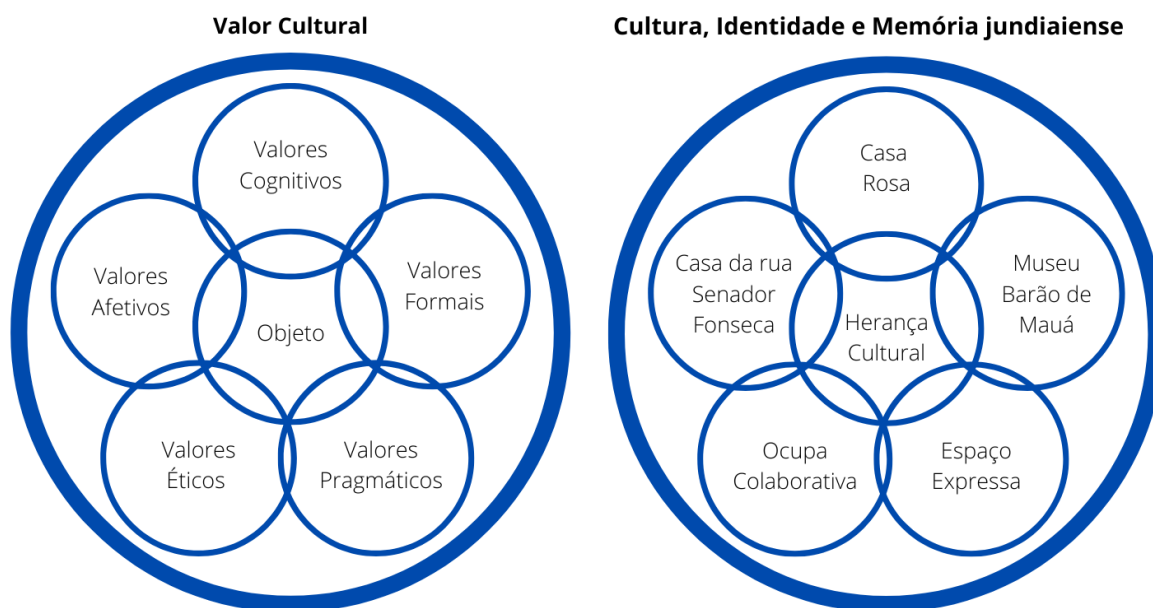


Figura 10 - Relação Valor Cultural x Herança Cultural de Jundiaí. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.

Gentrificação cultural, identitária e memorística em Jundiaí

Um movimento em torno dos processos culturais é a gentrificação, termo que surgiu em 1964, e é definido por Glass (1964), assim:

[...] muitos dos quarteirões de classe trabalhadora de Londres foram invadidos pelas classes médias, alta e baixa. Casinhas e pardieiros rotos e simples – dois cômodos embaixo, dois em cima – foram tomados, quando seus aluguéis expiraram, e se tornaram residências caras e elegantes. Grandes casas vitorianas, degradadas há muito tempo ou recentemente – usadas como pensões ou outro tipo de ocupação múltipla – foram valorizadas de novo. Hoje em dia, muitas dessas casas foram subdivididas em flats dispendiosos ou *houselets*. O *status* social e o valor de tais moradias é frequentemente inverso ao seu tamanho, e de qualquer modo muito inflacionado em comparação com os níveis anteriores do bairro. Uma vez que esse processo de “gentrification” começa, ele vai rapidamente se espalhando até que a maioria dos ocupantes trabalhadores originais são deslocados, e todo o caráter social do bairro é alterado (GLASS, 1964, pp. xviii-xix).

A denominação *Gentrification* (Gentrificação e enobrecimento urbano, termos que não necessariamente se concordam) tem sua origem na palavra *Gentry* – Nobre, e denota um

processo de ressignificação cultural e desmemorização, não física, mas social, Lessing (1998).

De acordo com Rubino (2009):

Não é um processo de re-significação (sic) baseado num “bota abaixo”, nos moldes da reforma de Paris da segunda metade do XIX ou da proposta que Le Corbusier fez para a mesma cidade nos anos 1920. Trata-se, ao contrário, de um processo destrutivo de relações sociais que paradoxalmente mantém e preserva grande parte das características espaciais. Em segundo lugar, chamaria a atenção para o caráter assumidamente antimodernista desses processos de ocupação do espaço urbano nos anos 1960, ligados então à reabilitação de áreas tidas como obsoletas [...] (RUBINO, 2009, p. 26).

De acordo com o Smith (2000), isso ocorre devido o retorno do capital ao centro, não a volta das pessoas para áreas obsoletas, prédios vagos ou pouco lucrativos. O que impulsiona esse processo são a especulação e a indústria cultural. Não são as pessoas que transformam o bairro quando chegam, nesse contexto, os transformadores são construtores, agentes imobiliários e latifundiários urbanos, essa possível “revitalização” é oriunda do elemento capital e não cultural, identitária ou memorística. Segundo Santos & Silveira (2010),

As empresas mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para a sua existência produtiva. É uma modalidade de exercício do seu poder. O resto do território torna-se, então, o espaço deixado às empresas menos poderosas. Os primeiros seriam, do ponto de vista da produtividade, da competitividade, “espaços luminosos”, enquanto o resto do território chamar-se-ia “espaços opacos”. Na verdade, as coisas não se dão de maneira tão simples. Em primeiro lugar, os pontos luminosos abrigam também atividades menos luminosas, que tanto podem ser complementares às atividades mais dinâmicas como resultar da permanência, em cada lugar, de uma sociedade desigualitária. Em segundo lugar, o que existe é toda uma gama de lugares luminosos e de lugares opacos, disputados por empresas com diferentes graus de modernidade capitalista ou organizacional (SANTOS & SILVEIRA, 2010, p. 294).

Os agentes urbanos passam a ser como marionetes do capital, constroem uma sobrecultura, pois tudo se torna mais nobre, (mais caro) assim, delimitam e excluem aqueles que ali viviam. Modificam os valores de preservação cultural, identitária e memorística para sua intenção liberal, economia de poucos para poucos. A economia e o capital definem o que é herança cultural e não há relação harmoniosa entre população marginal e acesso a serviços e consumo, além da não (ou parcial) preservação de heranças culturais ou áreas de proteção ambiental. Santos & Silveira (2010), afirmam,

O poder de uso do território é, pois, diferente conforme a importância das empresas. Tal poder tanto se exerce frente ao processo direto da produção - isto é, à sua fração técnica, segundo a qual as empresas utilizam seções do território - quanto no que se refere aos processos políticos ou à fração política da produção, constituída pela circulação, distribuição e consumo e mediante a qual o território é utilizado como um todo.

[...]

A partir desses dados, as maiores empresas passam a desempenhar um papel central na produção e no funcionamento do território e da economia. Mediante a colaboração ou a omissão do Estado, acabam por se tornar parte e juízes em conflitos de interesse

com empresas menos poderosas, não mais necessitando buscar acordo com os outros níveis empresariais, pois sua hegemonia impõe uma acomodação forçada (SANTOS & SILVEIRA, 2010, p. 295).

Agora, será que Jundiaí, seja pela ressignificação social ou física, possui essas características de marginalização e não preservação destacadas em suas transformações? Como analogia, apresenta-se a afirmação de Rubino (2009):

[...] a marginalização é composta de famílias de classe média que decidem trocar a cidade por um meio ambiente mais atrativo, muitas vezes impulsionadas pelo preço proibitivo da terra em áreas centrais. Oposta, nesse sentido ao enobrecimento, a periurbanização também se diferencia da marginalização – esta diz respeito ao espaço físico e social dos conjuntos habitacionais. Pensados para uma sociedade industrial, sonho dos arquitetos e engenheiros modernos, tais empreendimentos tiveram seus usos e significados alterados quando da redução do trabalho industrial menos qualificado, assim como de uma ocupação de imigrantes que “espantaram” moradores de classe média. Mudou o enquadramento: de uma ilustração da modernidade, tais conjuntos passaram a simbolizar a marginalização, desterro e ostracismo” (RUBINO, 2009, p. 32).

A terra da uva apresenta suas formas particulares de apropriação de espaço, como sua gentrificação, se perceber o êxodo dos grandes centros para a “cidade da uva”. Há uma grande parte dos moradores que buscaram um ambiente mais confortável. Há ainda o “empurrar” daqueles que foram excluídos das áreas enobrecidas e não podem escolher quando e onde habitar. Tais formas de exclusão se baseiam, além da gentrificação, em marginalização e periurbanização:

[...] os espaços marginalizados fazem valer seu nome: relações marcadas por sérios constrangimentos, imobilidade, insegurança no espaço comum. Se tais espaços foram deteriorados por uma crise de emprego, é notável que novos arranjos econômicos não os incluam, que pareça recair sobre tais áreas um destino social. Eles estão longe, espacial e socialmente, de empregos viáveis, o transporte é moroso e caro, um caso de desencontro espacial [...] (RUBINO, 2009, p. 32).

O crescimento urbano e a alta procura dos novos cidadãos transformam a cidade numa proposta clara da globalização e das separações, um *apartheid* embrionário concebido pela mão do capital. Jundiaí não foge à regra e torna-se um microcosmo dos macrocentros:

José Pedro Menten, diretor da entidade, conta que o aumento na busca por casas de dois, três e até quatro dormitórios para compra cresceu cerca de 40% na região de abril a setembro, em relação ao período pré-pandemia. As imobiliárias da associação atendem segmentos de alto, médio e baixo padrão.

Inclusive, o estudo mostra a evolução positiva dos preços desde o primeiro trimestre deste ano em Jundiaí. “Teve uma procura expressiva desde abril e, no caso de compra, dois fatores principais estimularam o movimento: a pandemia, com as pessoas querendo fugir da cidade grande e os juros baixos”, diz.

Ele disse também que houve um problema de oferta. ‘Muita gente veio procurando casa, mas faltaram opções disponíveis, então teve cliente fechando compra de apartamento mesmo. Imóveis de R\$ 400 a R\$ 600 mil foram os mais vendidos. E os preços subiram cerca de 15% a 20% em uma média geral’, diz (INFOMONEY, 2020, online).

Afirma Rubino (2009):

[...] Assim, não espanta que aqueles que elegem o espaço periurbano procurem se distinguir do primeiro caso, da imobilidade em todos os sentidos. Os habitantes das áreas marginalizadas seriam um elemento disruptivo nesse sentido de vida calmo e em tese próximo da natureza, e essa incompatibilidade não é irrelevante ou temporária. São áreas e habitantes impelidos a uma hipermobilidade, à onipresença do automóvel e a relações interpessoais que visam a proteção do sonho bucólico e comunitário – a imagem de uma aldeia. Trata-se de um espaço de escolhas (escolas, amigos), de viagens diárias e circulação. Os habitantes dos conjuntos habitacionais aparecem como "outros", assim como os Bobos que habitam o espaço enobrecido, sendo que estes não precisam enfrentar as mesmas dificuldades – os longos trajetos, tampouco a sensação de imobilidade.

[...] Ao contrário dos periurbanistas que perdem tempo se deslocando, os habitantes de bairros enobrecidos não estão presos à mobilidade ou imobilidade, pois seu lema é a ubiquidade, [sic] por conta da proximidade entre casa e trabalho e da eficiente rede real ou virtual que os autoriza a estarem em qualquer lugar do globo (RUBINO, 2009, pp. 32-33).

A gentrificação impele à segregação de acordo com a sua necessidade, pois segundo Rubino (2009), trata-se de um usufruir das qualidades da cidade sem suas desvantagens, um processo que gera um produto que atrai os que podem por ele pagar, ao mesmo tempo em que garante que os que não podem desapareçam.

Por conseguir reestruturar e reordenar hábitos culturais, a gentrificação faz existir uma classe reflexiva, autoconsciente e quer tornar pública sua estética e maximização de sua posse de bens e cultura. Levando o enobrecimento a eventos, lugares e situações, tudo passa a ser menos acessível. O carnaval e o futebol que são eventos do povo foram colonizados (gentrificados) e passaram a ser populares, eliminando o simbolismo anterior, essa classe liberal apropria-se desses eventos, ressignificam-nos e os oferecem agora “com qualidade”, ou seja, mais caros, exclusivos, *gourmet*. Estes são exemplos não físicos para facilitar a compreensão do que ocorre fisicamente quando, os valores culturais são esquecidos e a revitalização, torna-se, segundo o IPHAN (1995):

[...] termo que vulgarizou-se de tal forma que perdeu o sentido original. No uso corriqueiro, traz embutida a visão de um lugar antes sem vida, "desvitalizado". O conceito, empregado pela UNESCO em suas Normas de Quito de 1962 referia-se a ações de cidadania que pudessem paralisar ações destrutivas. Mas foi na Conferência de Nairobi de 1976 que o termo ganhou contornos mais nítidos, como parte de uma ação de salvaguarda que deveria abranger identificação, proteção, conservação, restauração, reabilitação e manutenção de conjuntos históricos. Revitalização seria manter as funções apropriadas existentes e em particular o comércio e o artesanato e criar outras novas que, para serem viáveis a longo prazo, deveriam ser compatíveis com o contexto econômico e social, urbano e regional ou nacional em que se inserem. [...] uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em pólos (sic) de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das sociedades circundantes (IPHAN/MINC, 1995, p. 263).

Ou seja, torna-se propriedade da especulação imobiliária e de uma nova política de higienismo, exclusão, desqualificação e segregação. De acordo com Rubino (2009):

O enobrecimento urbano não deixa de ser uma modalidade contemporânea de higienismo, encoberta por um discurso de vida e apreço à cidade. Dialoga com diversas outras formas de ocupação e segregação urbana ao conferir um valor simbólico ao luar, e a partir daí auferir outros valores. Assim fica claro o empenho em revitalizar por meio de equipamentos culturais: é preciso um certo capital para se apropriar deles. Afinal, a cidade é feita de fronteiras, que tanto impedem que os atores sociais considerados impróprios entrem, como que os legítimos saiam e assim se desclassifiquem. [...] O enobrecimento urbano não é apenas uma política de exclusão, mas uma faceta delicada das dinâmicas urbanas, uma vez que quanto mais afirma o valor e o papel da cidade, lembra que o ar da cidade liberta apenas aqueles que sabem e podem nela viver (RUBINO, 2009, p. 37).

Faz-se necessário pensar novas ferramentas que mobilizem uma interdisciplinaridade, um estudo aplicado de valores culturais mantenedores de significados sem inviabilizar a construção das memórias, das culturas e das identidades. Ou construirá uma sociedade sem relato, com a história erigida num não lugar, uma não existência. Ainda compartilhada, porém de forma a negligenciar aqueles que, de certa forma, são os responsáveis e os guardiões da herança, como definiu Santos (1986).

Para compreender a importância do que é herança cultural primeiro delineou-se, de forma superficial, os valores e o que ocorrem com ou sem a utilização destes. Assim, discute-se um pouco mais sobre a herança em si. Mais do que um discurso autorizado (historiadores, arquitetos, engenheiros...), tal herança é uma construção de discursos alternativos e diversificados. Assim, por exemplo, o edifício *per se* não é um patrimônio nem a memória solitária, mas o que são e como se relacionam as memórias, as identidades, a prática e o local, construindo a herança cultural.

Heranças culturais, (re)composições identitárias e memórias não são elementos estáticos, valores estabelecidos e significados se reinventam e devem ser protegidos de um controle. Não pode ceder a ideia de cultura estabelecida pela ideologia de nacionalismo, já que uma identidade nacional privilegia valores não perceptíveis nas comunidades onde a pluralidade é presente. A imposição do federal sobre o municipal destrói as culturas, identidades e as memórias e seu resgate, pois a identidade nacional é uma rede complexa de identidades regionais, de bairros, comunitárias etc. Não é possível definir de cima para baixo, mas sim de baixo para cima. O todo não poderá ser estabelecido sem suas partes.

O estudo do patrimônio, por vezes, tende a fortalecer um discurso de legitimação e manutenção do *status quo*. Sendo ferramentas de poder favorecendo a eliminação de memórias, heranças culturais, povos, aprendizados, entre outros. Como exemplo há a desterritorialidade de povos indígenas e sua caça por interessados em lhe apresentar (impor) “a palavra de Deus”, busca por minérios e terra para pasto, negando sua multiculturalidade, suas (re)composições

identitárias e suas memórias. Quem controla o passado? Quem controla o sentido? Qual mentalidade o define?

Segundo Canclini (2012):

Os bens reunidos na história por cada sociedade não pertencem *realmente* a todos, embora *formalmente* pareçam ser e estar disponíveis para todos. Ao analisar como se transmite o saber de cada sociedade nas escolas e nos museus, vemos que os grupos se apropriam da herança cultural de modos diferentes e desiguais. As pesquisas sobre públicos de museus mostram que, à medida que descemos na escala econômica e educacional, diminui a capacidade de apropriação do capital cultural transmitido por essas instituições.

Embora ocasionalmente o patrimônio sirva para unificar uma nação, as desigualdades em sua formação e apropriação exigem estudá-lo também como espaço de disputa material e simbólica entre os setores que a compõem. Consagram-se como superiores bairros, objetos e saberes gerados pelos grupos hegemônicos, porque eles contam com a informação e a formação necessárias para compreendê-los e apreciá-los e, portanto, para controlá-los melhor. Historiadores, arqueólogos e políticos da cultura definem quais são os bens superiores que merecem ser conservados. Reproduzem, assim, os privilégios daqueles que em cada época dispuseram de meios econômicos e intelectuais, tempo de trabalho e de ócio, para imprimir a esses bens um valor mais elevado.

Nas classes populares, encontramos, às vezes, certos usos refinados de suas destrezas manuais para dar soluções técnicas apropriadas a seu estilo de vida e também para jogar imaginativamente com seus recursos. Mas é difícil que esse resultado possa competir com o daqueles que dispõem de um saber acumulado historicamente, que empregam arquitetos e engenheiros, que contam com poder econômico e com a possibilidade de confrontar seus desenhos com avanços internacionais (CANCLINI, 2012, p. 72).

Compreende-se o processo cultural como memória e identidade em seu benefício, sua fruição, aprisionando-o ou libertando-o? O patrimônio deve sustentar-se por uma base subversiva, libertadora, transcendendo apenas o patrimônio como no caso dos chamados “imateriais” – não foram fortemente utilizados como ferramentas de segregação porque ainda não foram totalmente controlados por um interesse econômico, mas não estão livres do *lobby* para definir qual herança cultural levar ao povo. Não existe um passado, ele é recriado e é necessário entendê-lo e, da mesma forma, sua ressignificação.

O não-lugar, sob a perspectiva de Augé (1994), tomado por muros que abrigam estacionamento atrás de cenários não garante a ideia de pertencimento, mas sim a versão difundida pelo crescimento desordenado e desmemoriado, que nada lembra ou preserva. Apenas cresce inexistente, e dessa forma, as culturas, identidades e memórias se vão, abrindo espaço para mais um “lugar nenhum”, sem conexão com aqueles que com ele deveriam fruir. Apagando culturas, identidades e memórias, talvez até concebendo novas, mas não necessariamente advindas das experiências daqueles que ali vivem, mas impostas como única alternativa de existência.

De acordo com Le Goff (2003):

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (LE GOFF, 2003, p. 471).

HIBITURUCAIA: ANÁLISE DA SUA PRESENÇA NA MULTICULTURALIDADE, NAS (RE)COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS E NO RESGATE MEMORÍSTICO

Hibiturucaia

A não ser apenas nas últimas décadas umas poucas palavras de um viajante suíço, por que tão pouco se registrou sobre uma região tão presente na história regional? Dentro deste capítulo será trabalhado com a perspectiva de enraizamento, assim como define Weil (2010), no qual lutar pela multiculturalidade, (re)composições identitárias e memórias é um ativismo político, histórico e social: “O ser humano tem uma raiz ativa por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro” (WEIL, 2010, p. 404). E complementa:

Tudo o que, no interior da alma e nas relações humanas, foge ao império da força, é amado, mas amado dolorosamente, por causa do perigo de destruição continuamente pendente. Esse é o espírito da única epopeia [sic] verdadeira que o Ocidente possui. (...) O pensamento da justiça a ilumina sem intervir nunca; a força aparece em sua fria dureza, sempre acompanhada pelos funestos efeitos aos quais não foge nem o que a usa nem o que a sofre; a humilhação da alma sob a coação não está nela nem disfarçada, nem envolta por piedade fácil, nem exposta ao desprezo; mais de um ser ferido pela degradação da desgraça, é, na tragédia, oferecido à admiração (WEIL, 2010, p. 404).

A Jundiá do século XVII existe e sobrevive da agricultura necessária para a subsistência, uma agricultura de manutenção do povoado e no abastecimento das expedições sertanistas, dos recém-chegados. Muito antes da segunda metade do século XIX, com o ciclo do café, as estradas de ferro e a imigração italiana, que tem seu fluxo em direção das terras de Hibiturucaia.

Constando nas Sesmarias, volume 1 de 04 de julho de 1642, uma das primeiras e escassas referências documentais sobre doação de terras em Jundiá, na petição de Sebastião Fernandes Corrêa, que recebe em 1642 uma sesmaria:

João Luiz Mafra cavaleiro fidalgo da casa de Sua Magestade capitão-mor e ouvidor nesta capitania de São Vicente e nella alcaide-mor e sesmeiro loco-tenente e procurador bastante do senhor conde de Monsanto donatário desta dita capitania por Sua Magestade etc. Aos que a presente minha carta de data de terras de sesmaria virem e o conhecimento dela com direito pertencer faço saber que por parte de Sebastião

Fernandes Corrêa e seu genro dom Simão de Toledo Piza e seu cunhado Antonio Pedroso de Freitas e seu cunhado Francisco de Barros todos moradores na villa de São Paulo me fizeram petição atrás dizendo nella entre outras cousas que eles eram genros filhos e netos de povoadores e tinha mulheres e filhos que sustentar e não tinham terras para lavrar para sustento deles que estavam nas cabeceiras de Petronilha Antunes cortando a ponta de terra de Hibiturucaia partindo de uma banda com terras de Amador Bueno e da outra banda com umas terras de Pedro Madeira e confronta da banda de Amador Bueno com umas taperas que foram de um índio chamado Marafana (Maracanã) rio arriba chamado Jundiahi que seriam duas leguas pouco mais ou menos em quadra pedindo-me em nome do dito senhor conde donatario desta dita Capitania lhes dêsse as ditas terras duas léguas de terras em quadra para eles suplicantes pelas confrontações que pediam e sendo dadas corresse a uma das bandas ou por diante onde por dar tivesse no que receberiam mercê como da dita petição atrás melhor se mostra a qual petição sendo-me apresentada e vista por mim e as razões que alega tomando informação da causa [...] (SESMARIAS VOL. I (1602 – 1642), 1921, p. 464).

A personagem Petronilha Antunes não tem nome presente no Auto de Criação, assim como em fontes documentais sobre Jundiaí, seja na sua formação atual, seja na Jundiahy de séculos atrás que se estendia por grande parte de São Paulo até Minas Gerais (Fig. 11e 12⁴),

Concluimos com documentos à mão que praticamente foi no ano de 1610 que teve início a invasão do imenso "sertão de Jundiaí", que abrangia desde o pico do Jaraguá até às barrancas do Rio Grande.

No citado ano, Salvador Pires (Filho) e sua esposa, dona Ignes Monteiro Alvarenga se estabeleceram no morro do Ajuá, próximo a Perú. Como vemos, este local estava situado no "Sertão de Jundiaí". Igualmente o "Sítio Jaraguá, próximo a Quitauna, onde Rafael de Oliveira, o Velho, se estabeleceu cinco anos depois, ou melhor em 1614, como vemos em seu inventário-testamento.

Se esta entrada ao falado sertão significa a fundação de cidades, (no caso Jundiaí), então Salvador Pires que entrou no "sertão de Jundiaí" em 1610, e em terras mais avançadas, no "morro do Ajuá", teria mais direto a ser tido por fundador de Jundiaí do que Rafael de Oliveira, o Velho, que se instalou comodamente em Quitaúna, muito mais próxima da Capital... (MORAIS, 1974, p. 49).

Porém ao afirmar que Sebastião Fernandes Correa recebeu terras nas “cabeceiras de Petronilha Antunes” cortando a ponta de terra de Hibiturucaia, a região ocupava um território muito maior do que se localiza o bairro na atualidade, segundo Stafuzza (1974),

Apuramos, demonstramos e já provamos em "Museu de Jundiaí" que "as Taperas de um índio chamado Maracanã, Rio Acima, CHAMADA JUNDIAÍ é Rio Acima mesmo: "A cabeceira do (rio) Jundiaí é no local chamado Terra preta e Tapera Grande". E lá está a estação de Maracanã - não "Marafada" como tresleram os marafadados autores de "Elementos para a História de Jundiaí". Claro, evidente, que este SÍTIO do Rio Acima não é a NOSSA JUNDIAÍ do km 63 (STAFUZZA, 1974, p. 32).

Trazendo mais elementos de localização, Morais (1974) apresenta,

⁴ Elaborado por Kátia Cristina da Silva Izaías e Ana Cristina Gentile Ferreira. Mapa que demonstra o território sob a jurisdição da então Villa Ferosa de N. S. do Destêro do Mato Grosso de Jundiahy (e posteriormente cidade de Jundiahy), antes do desmembramento de Mogi Mirim (1768). O destaque em vermelho representa o atual território do município. No mapa de localização identificamos melhor a extensão deste território dentro do território atual do estado de São Paulo. Fonte: IZAIAS, Katia Cristina da Silva. **População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiaí – 1615/1890**. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

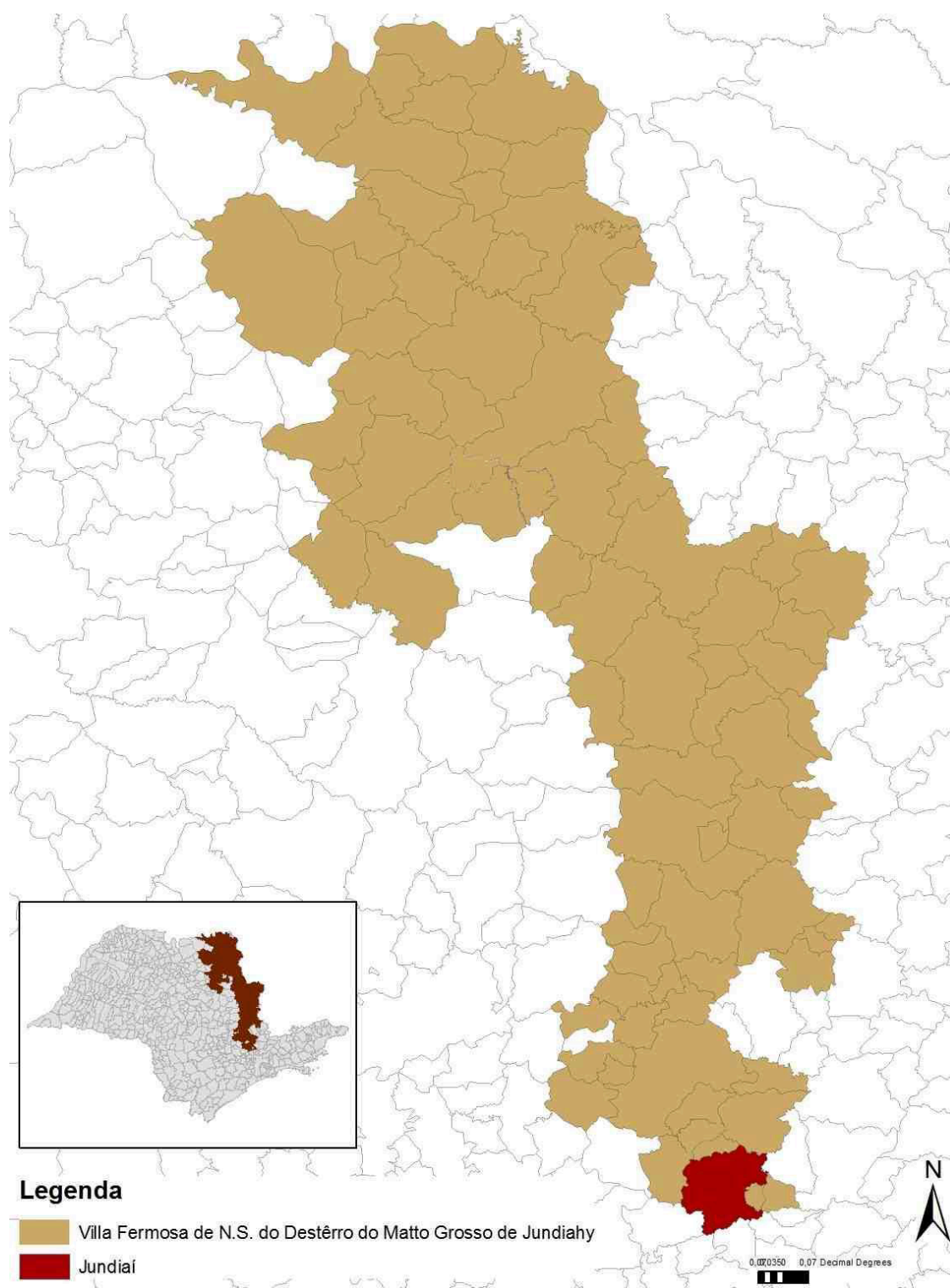


Figura 12 - Mapa de Jundiá antes de 1768. Fonte: IZAIAS, Katia Cristina da Silva. População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiá – 1615/1890. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - IFCH, Unicamp, 2012.

Para conseguir concretizar a imagem pelos dados obtidos e poder compará-los com o mapa criado por Morais & Mazzuia (1974) (Fig. 13), segue o trecho,

Em “Sesmarias” (Vol. I, pg. 103, de 1642) consta o nome de diversas pessoas pedindo terras para lavras, NAS CABECEI RAS de Petronilha Antunes, que confrontava com Pedro Madeira, Amador Bueno (por dois lados) e a Tapera de um índio chamado MARACANÃ...

LOCAL: “Tapera de um índio Maracanã (Rio Acima) chamada Jundiáí...”

Nossos pesquisadores Innocencio Mazzuia e Joaquim Pires de Morais estiveram lá, localizando o “PONTO” ocupado por Petronilha, sítio entre Nazaré Paulista, Perdões e Atibaia. Próximo ao “Ponto” acha-se a estação de Maracanã...

Medindo o mapa (escala de 1:100,000) impõem-se várias conclusões:

1) O “Rio Acima, chamada Jundiáí” não tem nada que ver com a CIDADE DE JUNDIAÍ.

2) . O “Rio Acima, chamada Jundiáí”, onde pompeava Petronilha Antunes Rodrigues está muito mais perto de Atibaia – Bom Jesus dos Perdões - Piracaia - Bragança Paulista - Campo Largo - Jarinu - Campo Limpo - Mairiporã - Franco da Rocha e Caieiras do que da CIDADE DE JUNDIAÍ... (MORAIS, 1974, p. 49).

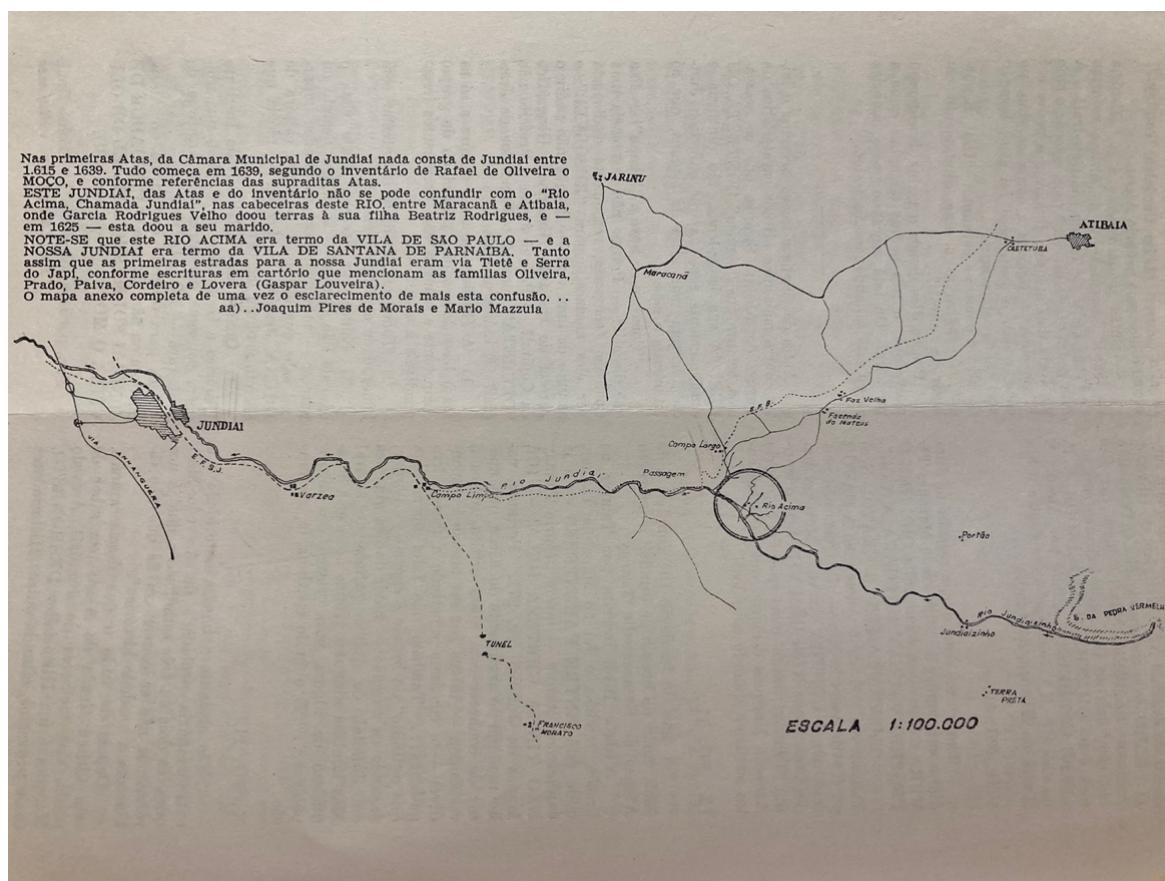


Figura 13 - Representação sobre a localização de Jundiáí, relacionando com pontos de identificação atuais, produzido por Joaquim Pires de Morais e Mario Mazzuia. Fonte: Museu de Jundiáí.

Com o mapa de Morais (1974) é possível identificar como estavam alocados junto ao rio Jundiáí, todavia ainda não apresenta qual o território do que seria a região de Hiburucuaia durante o período de cessão das Sesmarias, mas Gossner (1974) contribui da seguinte maneira,

A parte de Jundiaí, entre os rios Jundiá-Guaçu, Jundiá-Mirim, o Rio Atibaia, e o Morro do Jaraguá era chamado Hibiturucaia, Buturucaia, Voturucaia, Hoviturucaia, Bitarulaia e Ivturucaia, mudando pronuncia e grafia conforme os entendimentos dos primeiros povoadores brancos. Pela análise das sílabas o nome parece indicar "rios que descem dos morros queimados". É fato conhecido que os aborígenes já tinham o costume de por fogo às matas e aos descampados, para fazerem as suas toscas roças de mandioca e milho, hábito que transmitiram aos colonizadores europeus e que, até hoje, tão grandes prejuízos causa ao Brasil.

[...]

Já no século XVII passou pelo bairro uma das mais importantes vias do Brasil: a Estrada de Atibaia. Por ela passavam as tropas de mulas, do Rio Grande do Sul e dos "Campos Gerais" do Paraná, que foram adquiridas pelos tropeiros, nas famosas feiras de Sorocaba. Passavam por ela, em sentido inverso, as tropas, carregadas de café, do sul das "Minas Gerais" e da região bragantina, com destino ao porto de Santos. A estrada de Atibaia era o prolongamento da estrada de Itú (hoje "Marechal Rondon") e teve, no norte de Jundiaí, o seguinte percurso: passava pela vila que hoje se chama "Colônia". Dali virava à direita pela atual "Rua Atibaia". Depois, margeando a "Chácara do Tamaró", subia até o "Alto da Boa Vista", aí descendo para "Ponte Alta", onde rumava pelo espigão, ao lado da "Lagoa Seca" e passava no meio da "Fazenda do Tanque" (hoje Fazenda "Campo Verde"), na Roseira, até chegar à vila de Jarinu. Hoje boa parte desta histórica estrada está intransitável, coberta de capoeira e impedida por cercas de arame farpado que, nos últimos decênios, os proprietários das terras erigiram, ilegalmente, para impedir a passagem (GOSSNER, 1974, p. 69).

De acordo com as informações trazidas por Bueno (2010), Stafuzza (1974), Gossner (1974) e o mapa (Fig. 13) é possível conceber o que seria o território da região de Hibiturucaia no período das Sesmarias, pois se as terras de Petronilha estariam na região de Nazaré Paulista, Perdões e Atibaia, e as terras recebidas por Sebastião Fernandes Corrêa, seu genro dom Simão de Toledo Piza, seu cunhado Antonio Pedroso de Freitas e seu cunhado Francisco de Barros seriam a noroeste das propriedades de Petronilha e ocupariam parte das terras da região de Hibiturucaia, sendo Quitaúna a sudoeste e Jaraguá ao sul – a presença ao sul é verificável pela presença de uma pequena área em Franco da Rocha chamada de Aldeia de Ivturucaia –, Hibiturucaia entre os rios informados por Gossner (1974), e a passagem da estrada de Atibaia pelo que hoje vem a ser o bairro Núcleo Colonial Barão de Jundiaí pela rua Atibaia, o território seria em torno de 2 mil Km², como pode-se ver no mapa da Figura 14. Com o surgimento de ocupações informadas por Gossner (1974) e o surgimento de novos municípios, assim como Jundiaí o território de Hibiturucaia passa a ser, por meio de sua corruptela, Ivturucaia. Um bairro de Jundiaí, não com mais de 18 Km² e que guarda conexão com as ocupações das Sesmarias por terem os descendentes ainda vivendo na região. Diferentemente da Aldeia de Ivturucaia, em Franco da Rocha, que mantém ainda a relação com o nome, porém não há na ocupação atual do território ligação com o passado discutido anteriormente.

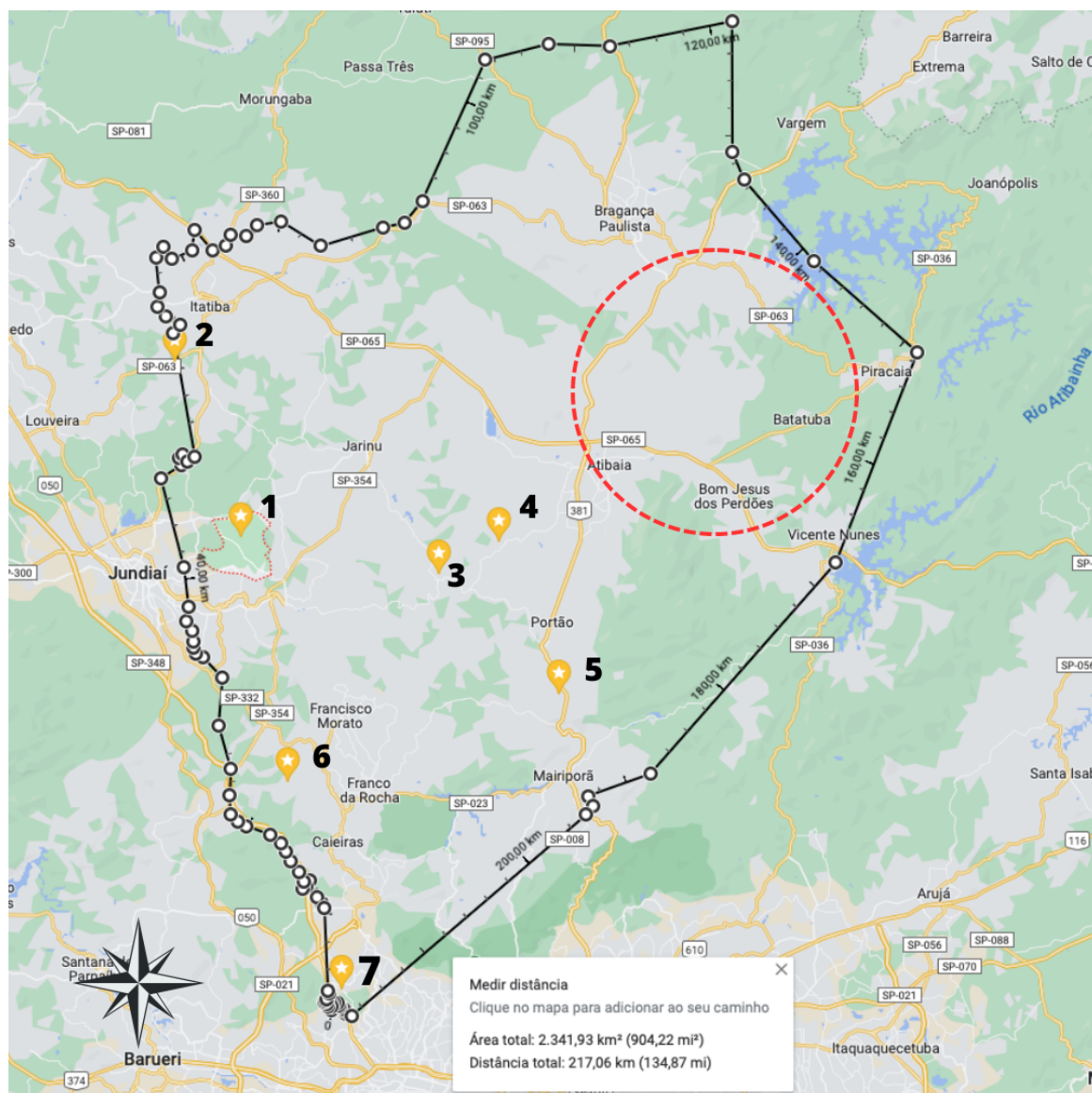


Figura 14 - Mapa concebido de acordo com as informações apresentadas por Stafuzza (1974), Morais (1974), Gossner (1974) e Bueno (2010). Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare. Ferramenta utilizada: Google Maps.

Legenda

- - Território de Hibiturucaia
- - Terras de Petronilha Antunes
- 1 - Ivoturucaia atual
- 2 - Tapera grande (Atual Itatiba)
- 3 - Campo Largo (Atual Jarinu)
- 4 - Maracanã (Atual Atibaia)
- 5 - Terra Preta (Atual Mairiporã)
- 6 - Aldeia de Ivoturucaia (Atual Franco da Rocha)
- 7 - Morro do Jaraguá (Atual Parque Estadual Jaraguá)

Nas Figuras 15 e 16 é possível verificar em Jundiá o espaço físico ocupado por Ivoturucuia em relação ao território antes denominado por Hibiturucuia, segundo os dados presentes nas afirmações de Gossner (1974), Moraes (1974), Stafuzza (1974) e Bueno (2010).

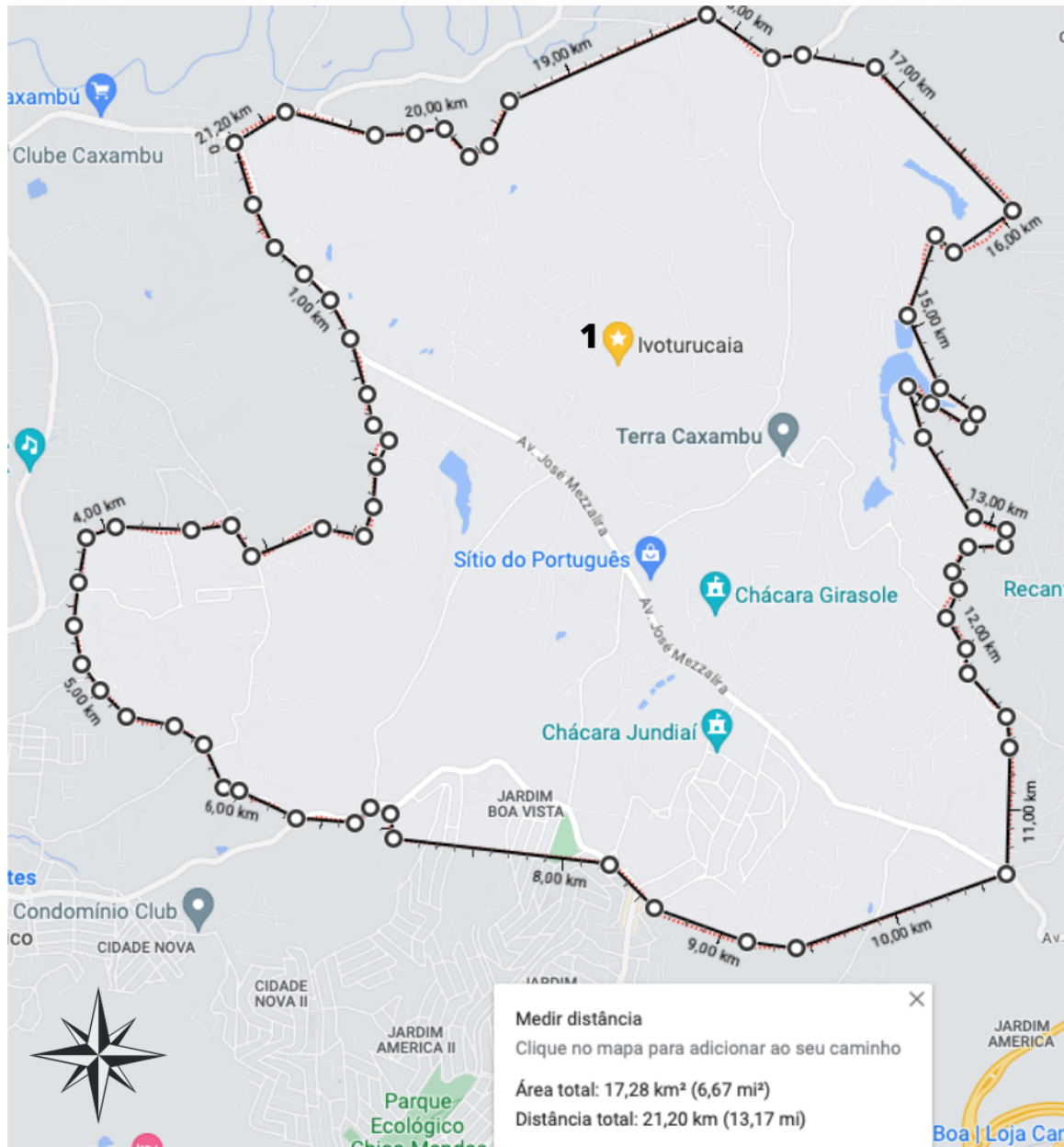


Figura 15 - Território de Ivoturucuia (atual). Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare. Ferramenta utilizada: Google Maps.

e da ferrovia e, mais e mais, esse bairro de Ivaturucaia segue sua sina de esquecimento e fornecimento de mão de obra,

[...] Ivaturucaia também participava da nova onda. Mas com o depauperamento da terra, decorrente desta cultura intensa, porém erradamente tratada por métodos extensivos, as colheitas iam definhando. A cultura do café, em Ivaturucaia acabou, definitivamente, com a grande geada de 1918, que ‘queimou’ os cafeeiros até a raiz, não só nas baixadas, mas igualmente nas encostas e barrocas (GOSSNER, 1974, p. 70).

[...] na Ivaturucaia os lavradores plantavam, além dos artigos necessários á subsistência, como milho, mandioca, batata-doce etc., muitas fruteiras e verduras, para venda nos mercados e nas feiras (GOSSNER, 1974, p. 71).

A cidade de Jundiaí, a partir da primeira metade do século XX, fortalece seu caminho industrial, apresentando atualmente um dos maiores centros industriais do país com forte setor de serviços, comércio, cultura e diversão. Mas em Ivaturucaia: “É provável que ninguém em Ivaturucaia se tenha apercebido de que a sua fartura também tinha chegado ao fim, pois ninguém possuía rádio ou lia jornal” (GOSSNER, 1974, p. 71). Restrito não mais aos arredores da ferrovia, mas ao entorno da avenida Nove de Julho – que por sinal está distante 40 minutos de carro, não em horários de grande fluxo do periférico de Ivaturucaia, o mundo jundiaiense se consolida. O bairro ficou distante também de pontos culturais, de diversão e de serviços sociais como a Casa da Cultura, o Teatro Polytheama, a Biblioteca Municipal Nelson Foot, o Poupatempo, a FATEC, o Museu ferroviário, o Parque da cidade etc. O distrito industrial também se configura longe do centro, porém, não eliminando a vontade de crescimento.

*Ivaturucaia, onde fica isso? [...] Somente resta, em muitos cérebros a dúvida a que Município Ivaturucaia pertence. Ora! Também esta situação está definitivamente resolvida, com a claríssima Lei da Assembléia do Estado de São Paulo que criou os novos Municípios de Campo Limpo e de Várzea Paulista. O “Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (I.B.G.E.) colocou marcos bem visíveis. Por isso, pode-se dizer, sem medo de ser equivocado: *Todo o bairro de Ivaturucaia pertence ao Município de Jundiaí*, por lei e por vontade, praticamente unânime, do povo. Por isso, o bairro merece bem o cognome honroso, que se lhe deu: *Fidelíssima Ivaturucaia* (GOSSNER, 1974, p. 73).*

De acordo com dados da prefeitura de Jundiaí, a população da cidade superou 430 mil habitantes, com a população de Ivaturucaia por volta de 15 mil habitantes (dado constante dos levantamentos dos moradores, o censo de 2022 não teve computado ainda os dados dos bairros). Atualmente, considerada Perímetro Urbano, segundo Gossner (1974), com predomínio de moradias (muitas chácaras), uma escola estadual de ensino fundamental e médio (Monsenhor Venerando Nalini), responsável pela formação de grande maioria dos jovens do bairro e proximidades. Uma escola municipal de educação básica (Luzia Francisca de Souza Martins), mantida pela prefeitura de Jundiaí, mas geograficamente em Várzea Paulista, atendendo as

crianças da região e o complexo educacional e esportivo Mário Milani, este último com poucos anos de funcionamento. Conta apenas com uma unidade básica de saúde próxima à escola estadual.

Há na prefeitura de Jundiaí, um material que se propôs a divulgar informações sobre os bairros, o projeto é nomeado **Conheça seu Bairro**⁶ (Fig. 17, 18 e 19) trazendo dados sobre a população utilizando os dados do IBGE dos anos de 1996 e de 2010. O material disponível está no formato PDF e apresenta alguns pontos turísticos, além de dados sobre o bairro.

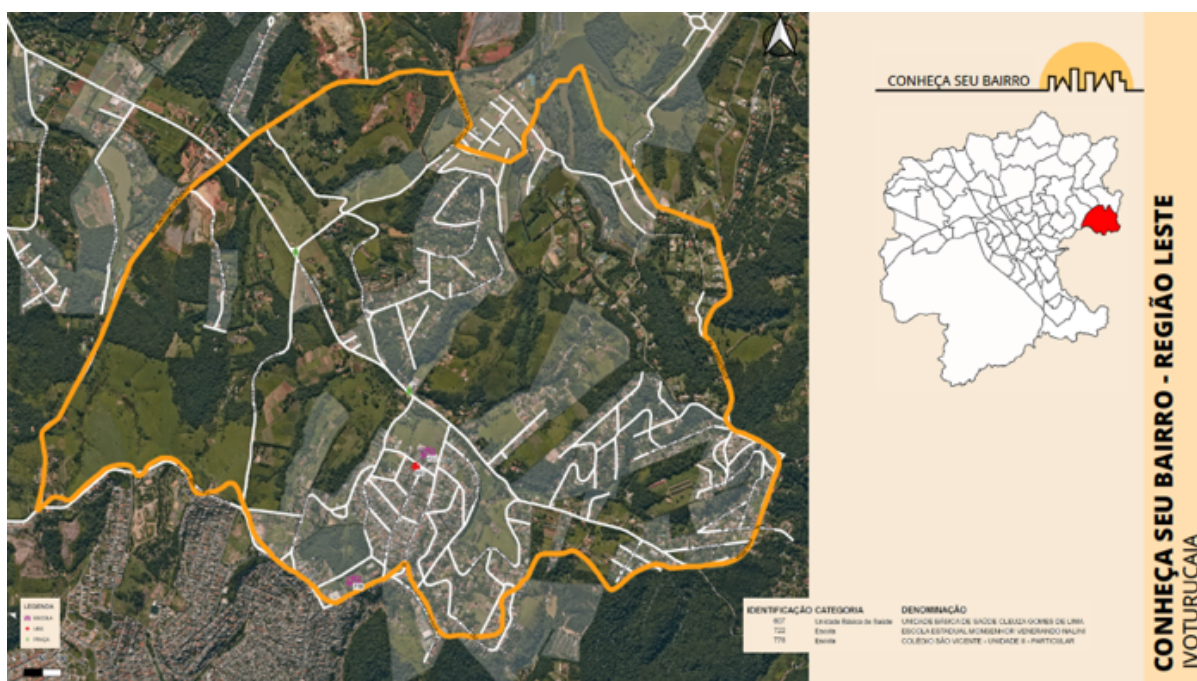


Figura 17 - Primeira página do material Conheça seu Bairro - Região Leste, Ivoirurucaia. Fonte: Prefeitura de Jundiaí.

6 O projeto Conheça seu Bairro tem por objetivo oferecer à população de Jundiaí um instrumento para o conhecimento de sua própria realidade e, consequentemente, o fortalecimento das práticas de cidadania. Este conhecimento é, certamente, fundamental para que possamos, todos, planejar o futuro da cidade que é, também, o nosso próprio futuro.

O Conheça seu Bairro teve sua primeira versão em 1996, desenvolvida pela Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Nessa época, a população era de 291.946 habitantes* e havia 52 bairros no município, sendo 6 deles chamados de bairros isolados (Currupira, Ivoirurucaia, Poste, Rio Acima, Santa Gertrudes, Traviú) conforme a Lei Complementar nº 188, de 1996. Em 2004, foi publicada a segunda versão do Conheça seu Bairro, apresentada em uma pequena caixa com folhetos que traziam informações, imagens e mapas relativos a cada um dos bairros do município de Jundiaí, agrupados de acordo com as regiões nas quais se localizam. Em 2021, o projeto foi retomado para atualização dos dados, em formato digital. Em face do adiamento do Censo Demográfico pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por conta da pandemia de Covid-19, as informações disponíveis ainda são do Censo de 2010, quando a população de Jundiaí era de 370.126 habitantes, mas já permitem uma análise do crescimento urbano nas últimas décadas.

A coleta do próximo Censo Demográfico está prevista para ocorrer entre os meses de agosto a outubro de 2022. Tão logo os resultados da pesquisa nacional sejam publicados, o projeto Conheça seu Bairro será novamente atualizado.

Atualmente, com base no abairramento definido pela Lei Complementar nº 461, de 2008, o município tem 73 bairros, mais a Serra do Japi. Esperamos que este material possa contribuir para ampliar o conhecimento de moradores e visitantes sobre nossa cidade e despertar o interesse de todos por áreas ainda a serem descobertas. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/conhecaseubairro/>. Acesso em: 11 jul. 2023.



Figura 18 - Segunda página do material Conheça seu Bairro - Região Leste, Ioturucaia. Fonte: Prefeitura de Jundiá.

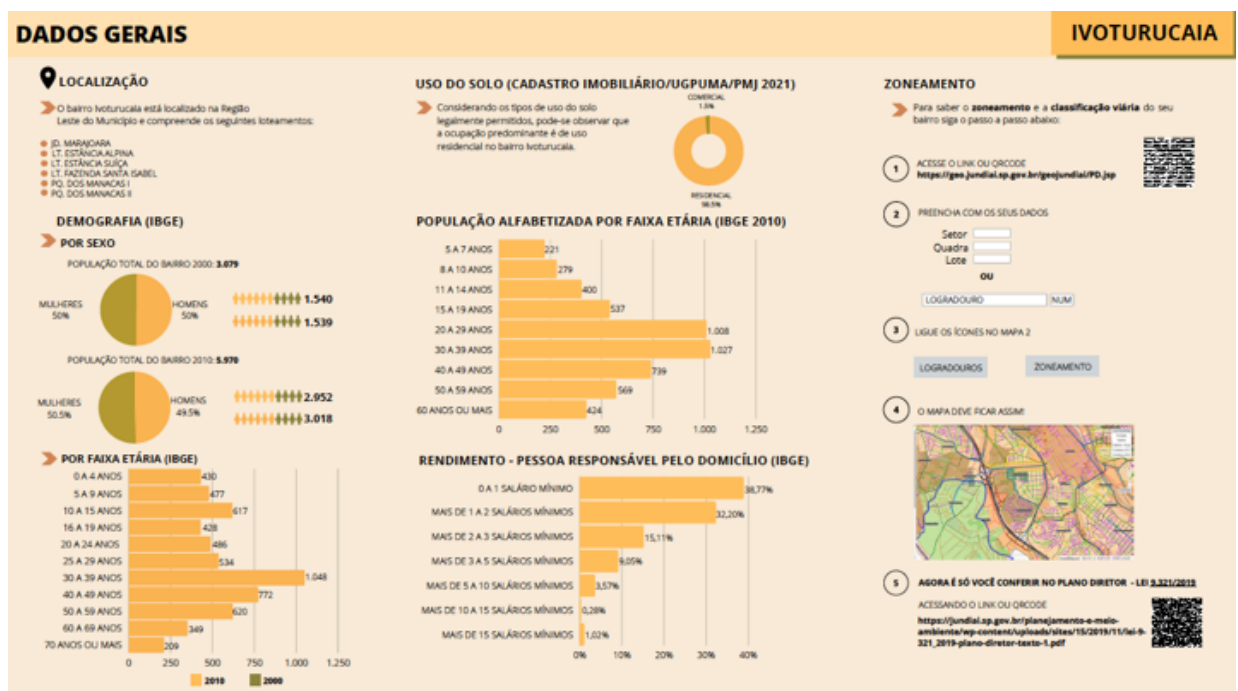


Figura 19 - Terceira e última página do material Conheça seu Bairro - Região Leste, Ivoiturucaia. Fonte: Prefeitura de Jundiá.

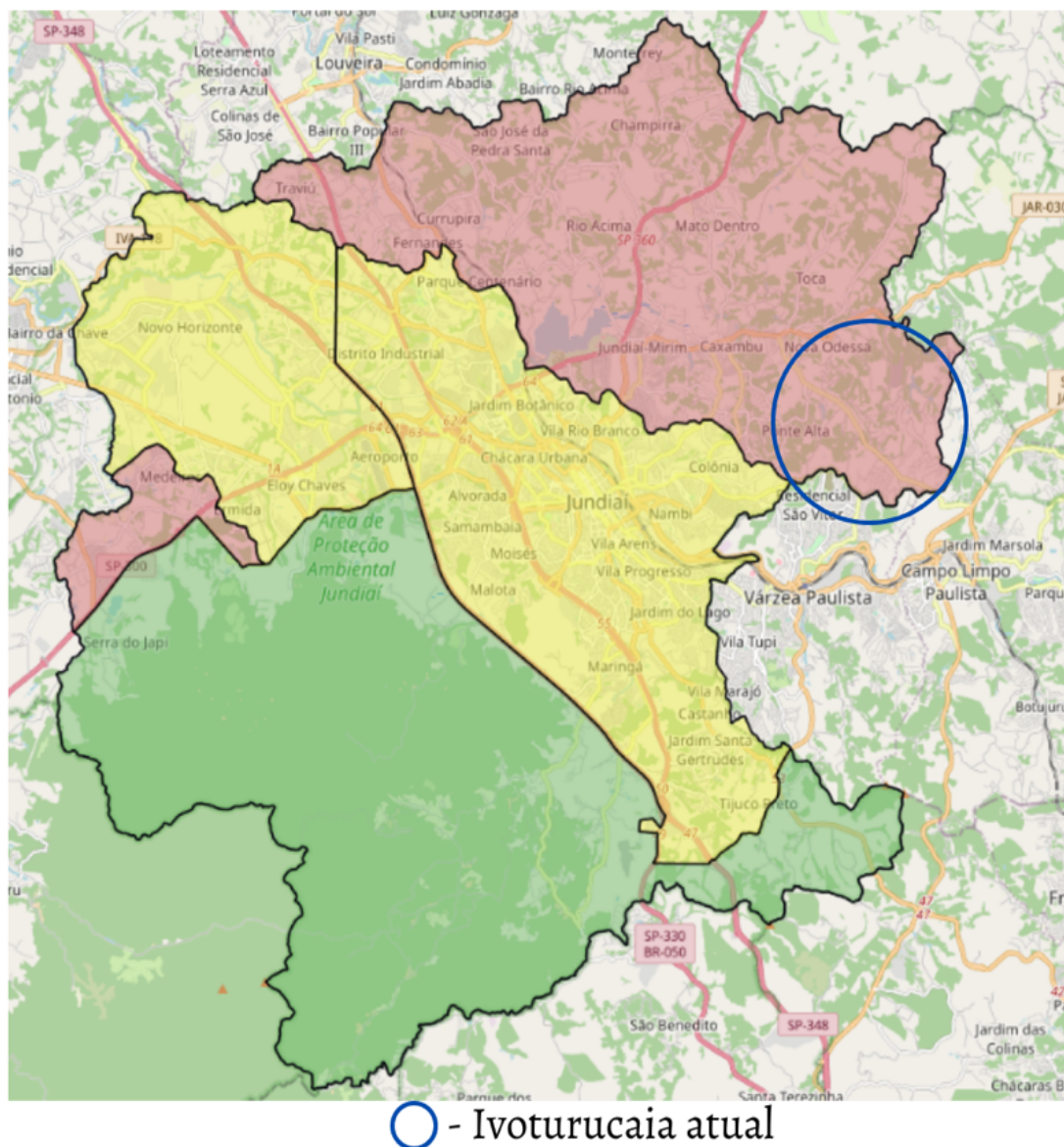


Figura 20 - Zonas de Conservação. Igoturucuia integra a Zona de Conservação Hídrica. Fonte: <https://geo.jundiai.sp.gov.br/geojundiai/>.

O bairro integra a área de proteção ambiental de Jundiaí, de acordo com a lei estadual n. 4095, de 12 de junho de 1984, sendo principalmente Zona de Conservação Hídrica (Fig. 20).

Ainda como área de preservação ambiental, segundo a prefeitura de Jundiaí, Igoturucuia apresenta como cobertura vegetal: Mata Atlântica; Vegetação pioneira, gramíneas, jardins e árvores isoladas; Silvicultura; Agricultura; Pecuária e espelhos d'água (Fig. 21).

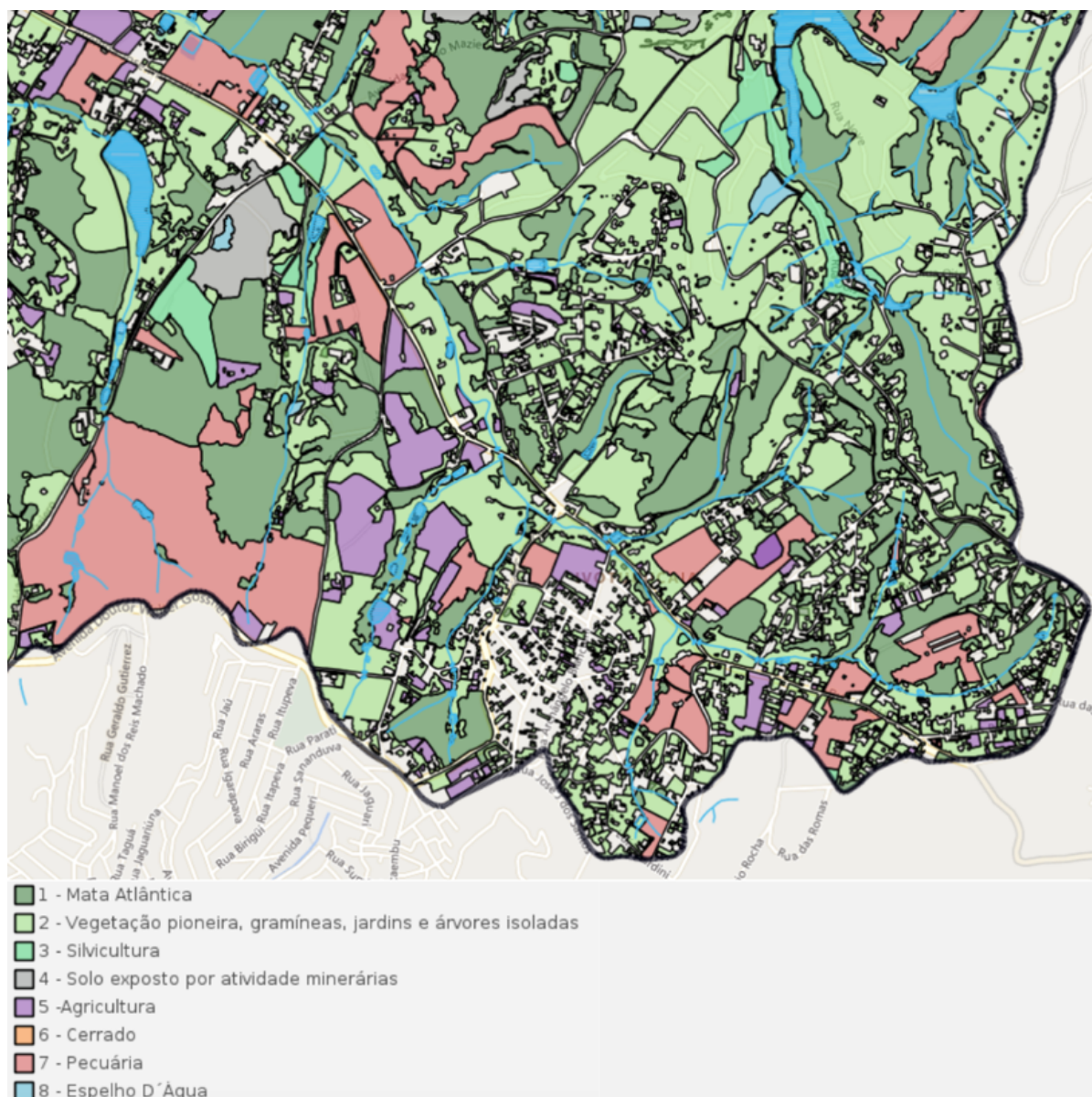


Figura 21 - Uso do território de Ioturucaia. Fonte: <https://geo.jundiai.sp.gov.br/geojundiai/>.

Apesar da ocupação antiga na região, há loteamentos irregulares, como por exemplo, os loteamentos dos Bianchini e De Carli, presentes no bairro há mais de 100 anos no mesmo espaço físico. As chácaras pertencentes ao suíço Dr. Walter Gossner e sua esposa, Emma Gossner, a propriedade menor, conhecida como Estância suíça encontra-se irregular, na qual viveram a maior parte do tempo em que moraram em Ioturucaia. A Estância Alpina, a maior propriedade, está em processo de regularização, sendo parte dessa área sendo doada em vida para entidades assistenciais, inclusive para a construção de duas escolas, a EMEB Luzia

Francisca de Souza Martins e o Centro Comunitário Casa do Trabalhador – Vicentinos, espaço no qual Dr. Walter Gossner viveu após o falecimento de sua esposa (Fig. 22).

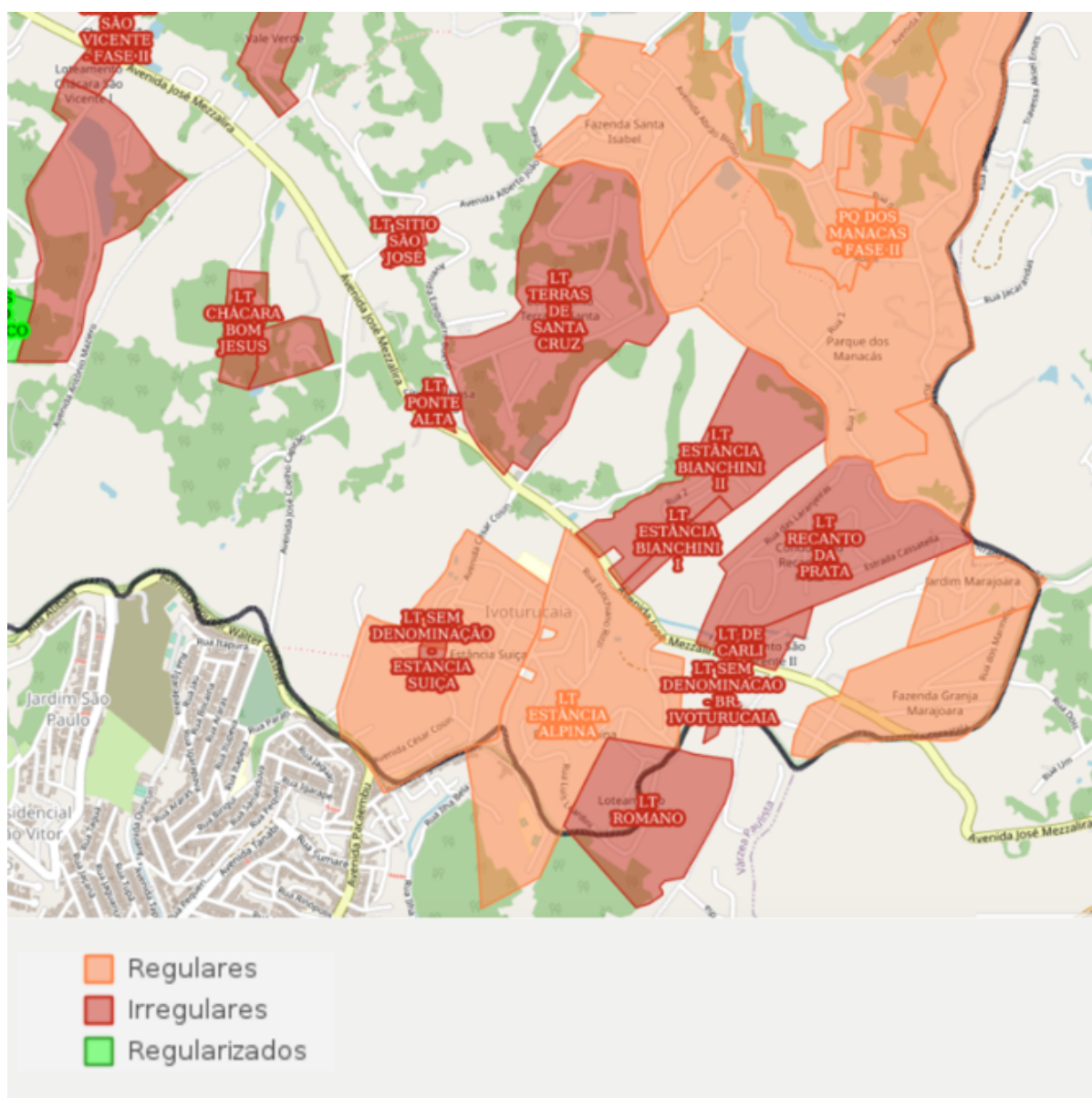


Figura 22 - Situação dos loteamentos no bairro. Fonte: <https://geo.jundiai.sp.gov.br/geojundiai/>.

O adensamento populacional no bairro se inicia em finais dos anos de 1980 e se acentua nas décadas seguintes, no território que delimitava Híbiturucáia, o crescimento é evidente ao conhecer os municípios emancipados, sendo Várzea Paulista o mais recente, ocorrendo em 1965. Na Figura 24, a ortofoto de 2019 traz o que vem a ser o bairro atualmente.



Figura 23 - Imagem área da região atual de Ivoirucaia em 1983. Fonte: <https://geo.jundiai.sp.gov.br/geojundiai/>.

Diferentemente das primeiras imagens áreas feitas em 1983 (Fig. 23), pela prefeitura. É possível perceber o número de construções presentes na ortofoto de 2019 e na imagem aérea anterior. Segundo Gossner (1974), a população durante muito tempo foi flutuante, acompanhando colheitas de policulturas e da uva, por isso não houve durante muito tempo a fixação de famílias e residências com hoje, ocupação que aconteceu devido à dificuldade de moradias disponíveis no centro e nos bairros centrais da cidade.

No fim da década de 1870, foi fundado o “Núcleo Colonial Barão de Jundiá”, com centro atual na vila Colônia (bairro de Jundiá). [...] Depois de esgotados os lotes das regiões da Colônia e Caxambu, várias famílias adquiriram sítios em Igoturucuia e muito além. Para Igoturucuia, vieram os Bianchinis, Di Carli, Ricci, Bugliero, Articano, Tosin, Ledra, Zanata, Dea, Chiarraria, Furlan, Aricó, Ferigatto e mais tarde, os Biazin, Serraferrero, Leardini e outros. Lá se deram perfeitamente bem com as famílias de origem portuguesa, os Pedroso, De Freitas, Rocha, Da Luz, Trigo, etc. Com a entrada dos italianos começou um novo ciclo para Igoturucuia – O Ciclo da Uva (Gossner, 1974, p. 26).

Apesar de integrar o município de Jundiá, Igoturucuia não acompanhou os movimentos e situações que definiram a realidade de Jundiá como integrante de seu espaço, seja ele físico ou social e não se caracterizou, apesar do grande número de famílias de origem italiana, como uma região com tal identidade, mas sim com culturas, identidades e memórias próprias. Talvez, como o Brasil não caracterize o que seria o São Paulo, Jundiá não caracteriza o que vem a ser Igoturucuia, mas o contrário, dentro da sua escala e proporção possa ser uma afirmação verdadeira, já que as partes possam ser visíveis na composição do todo, desde que não sejam subjugadas em nome de outra parte.

Análise da presença territorial de Hibiturucaia e Igoturucuia na multiculturalidade, nas (re)composições identitárias e no resgate memorístico por meio das entrevistas

Há muito tempo, com efeito, nossos grandes precursores, Michelet, Fustel de Coulanges, nos ensinaram a reconhecer: o objeto da história é por natureza, o homem. Digamos melhor: os homens. Mais que singular, favorável à abstração, o plural, que é o modo gramatical da relatividade, convém a uma ciência da diversidade. Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, [os artefatos ou as máquinas], por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e as instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviço da erudição (BLOCH, 2001, p. 54).

Apresentar à população a importância e a necessidade de se conhecer a própria história, mas de maneira que ela seja construída coletivamente e não imposta. Para que não se romantize, mas também para que não aliene aqueles que detêm as memórias e conhecem o local, a história pertence a eles, e são eles que devem apresentá-las à sociedade. Essa pesquisa é uma ferramenta nessa busca, no entanto, os construtores dessa história são os habitantes locais, caminhando de volta ao passado, com um retorno ao presente e no caminho para um futuro, no qual, o passado não será mais uma incógnita. Com o estreitamento da relação passado-presente será possível viabilizar algo que vem se perdendo – segundo os próprios moradores – ao longo do tempo, essa aproximação entre todos de forma humana, pensando que

isso possa servir como uma maneira de preservação das relações pessoas e suas culturas, identidades e memórias.

O interesse de compreender as características da população local surgiu após ouvir de alguns moradores mais velhos que a estruturação de resposta às necessidades locais adveio de mobilização dos próprios locais. A partir disso, as conversas se intensificaram, a proposta de pesquisa aos alunos foi posta em prática e mais elementos de interesse surgiram, para dar continuidade o trabalho de História de expressão oral começou, pois bibliografia e informações mais profundas estavam presentes nas memórias da população. E nos curtos textos de Gossner (1974) há uma referência sobre tal característica,

Pouco a pouco, principalmente desde a segunda Guerra Mundial, a situação normalizou-se. Em 1954 foi fundada a “Sociedade Amigos da Região de Ivoturucaia”, que construiu, sem qualquer ajuda dos poderes públicos, a linha de força, de Caxambu Ivoturucaia. Com isto, os ivoturucaienses continuavam uma longa tradição do “mutirão”, uma espécie de cooperação, sem estatutos, baseada unicamente nos interesses comuns a todos e, na solidariedade entre vizinhos. Assim sempre tinham-se conservado as estradas que saíam de Ivoturucaia, em direção à Várzea, à Colônia, a Campo Verde e a Caxambú. Igualmente todos acudiam quando se deu o alarme de fogo em algum sítio. O bairro também construiu no lugar da velha capela, uma igreja e a iniciativa privada abriu armazém e bar. Foi aberto um grupo escolar, no começo com 3 e, mais tarde, 4 classes primárias. O prefeito Dr. Omair Zomignani foi o primeiro governador de Jundiá que fez alguma coisa para Ivoturucaia, pondo em ótimo estado, com grande alargamento, a quase intransitável estrada que, da Colônia, leva a Ivoturucaia. Ele mandou, também, construir o prédio da escola estadual, à sombra da centenária Paineira, que tudo encanta com suas flores róseas e sua chuva de flocos, brancos como a neve (GOSSNER, 1974, p. 72).

Entre as ações mobilizadas pela população local, encontram-se a construção de uma capela (Fig. 25 e 26) – encabeçada pelo Sr. Arcangelo Bianchini, ele e sua família chegaram à região em 1892 –, a primeira linha de ônibus (Fig. 27), a estação de energia e um prédio destinado à escola. Todas essas ações foram constituídas ainda na primeira metade do século XX. As primeiras interlocuções com o poder público foram nas gestões do Prefeito Dr. Omar Zomignani, que administrou a cidade entre 1960 e 1963. Posteriormente, com o Prefeito Professor Pedro Fávaro, que governou a cidade entre 1964 e 1969, tendo o segundo mandato de 1977 a 1983, como afirma Gossner (1974),

O prefeito Dr. Omair Zomignani foi o primeiro governador de Jundiá que fez alguma coisa para Ivoturucaia, pondo em ótimo estado, com grande alargamento, a quase intransitável estrada que, da Colônia, leva a Ivoturucaia. Ele mandou, também, construir o prédio da escola estadual, à sombra da centenária Paineira, que tudo encanta com suas flores róseas e sua chuva de flocos, brancos como a neve. Quando o atual prefeito, Professor Pedro Fávaro, assumiu a governança do município, em janeiro de 1964, ele logo se reuniu com o povo de Ivoturucaia, para saber das suas mais prementes necessidades. O principal ponto dos desejandos já se tornou uma esplêndida realidade: uma estrada, com traçado quase reto, e com a largura de 14 metros de leito e 4 de margem, de Caxambú até o centro de Ivoturucaia, com comprimento de mais de 5 quilômetros. Também ele ajudou a construir um bom

campo de futebol e vai ainda dotar o bairro com telefone público, praça central, linha de ônibus e outras benfeitorias (GOSSNER, 1974, p. 72).



Figura 25 - Famílias do bairro ao final de algum dos eventos semanais da comunidade na primeira capela construída. Fonte: Arquivo pessoal da família Bianchini.



Figura 26 - Primeira capela construída no atual bairro de Igoturucaia, início do século XX. Fonte: Arquivo pessoal da família Bianchini.

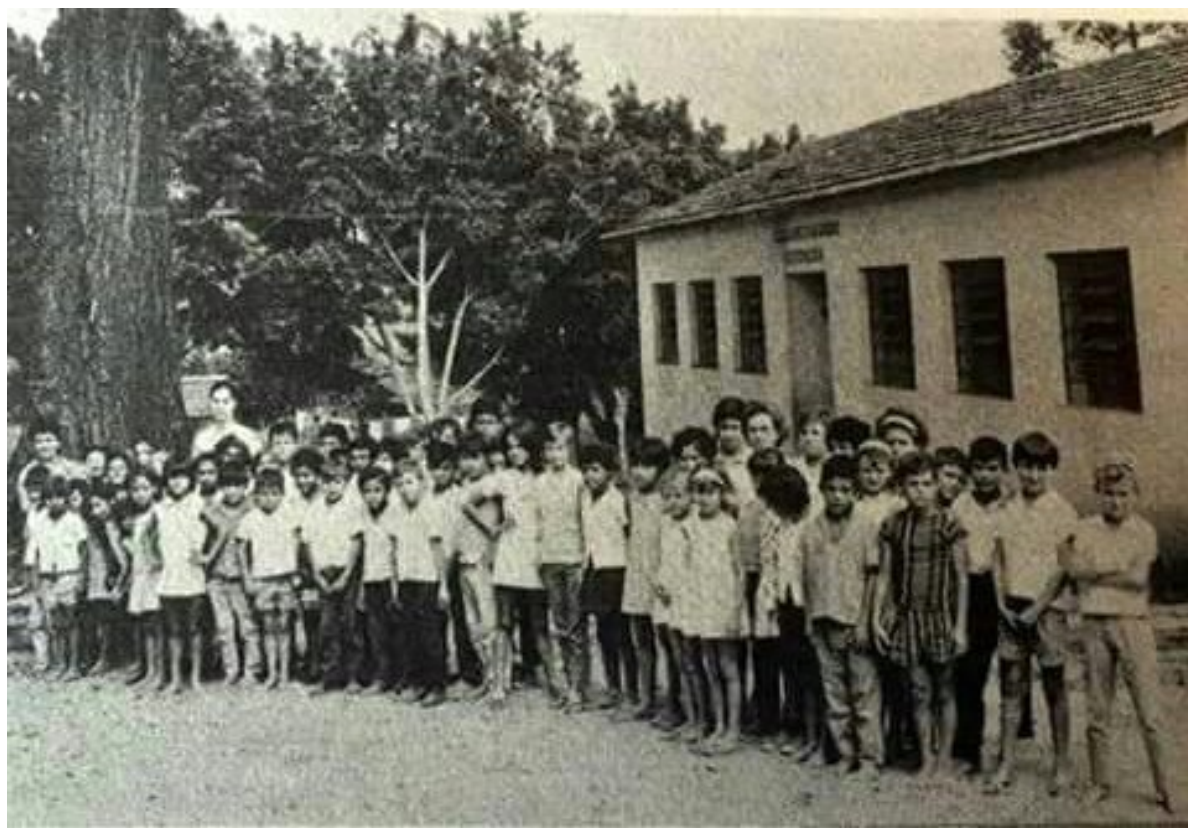


Figura 27 - Prédio escolar e ao fundo a paineira. Fonte: Arquivo pessoal da família Bianchini.



Figura 28 - Ônibus que atendia a região com a saída pela manhã e retorno ao final da tarde. Fonte: Arquivo da família Bianchini.



Figura 30 - Construção que integra a primeira linha de força a atender o bairro. Fonte: Arquivo da família Bianchini.



Figura 29 - Turma multisseriada do grupo escolar. A professora Valderez Augusta Campos de Castro Lopes responsável pela classe, a quarta menina à direita é a Sr. Rute Maria Bianchini de Souza. Sr. Lotário (direita) foi o responsável pela formação do grupo escolar.

Algumas décadas se passaram e as mobilizações sociais continuam, na busca de iluminação pública, rede de esgotos, segurança e lazer entre outros. Algo característico da multiculturalidade, da composição identitária e atualmente, do resgate memorístico e da (re)composição identitária, pois as ações ocorrem desde o povoamento recente da região em finais do século XIX e representam essa nova realidade amostral compõem esse conjunto $Cultura \cap Identidade \cap Memória$, sendo a interseccionalidade, os moradores no bairro atual de Ivoituruaia. Para ilustrar o raciocínio analógico da relação estabelecida, os conjuntos presentes nas Figuras 31 a 35 apresentam imagetivamente as interseccionalidades discutidas neste capítulo.



Figura 31 - Nova realidade amostral concebida pela intersecção dos círculos Cultura, Identidade e Memória. Fonte: Jose Felício Ribeiro De Cezare.

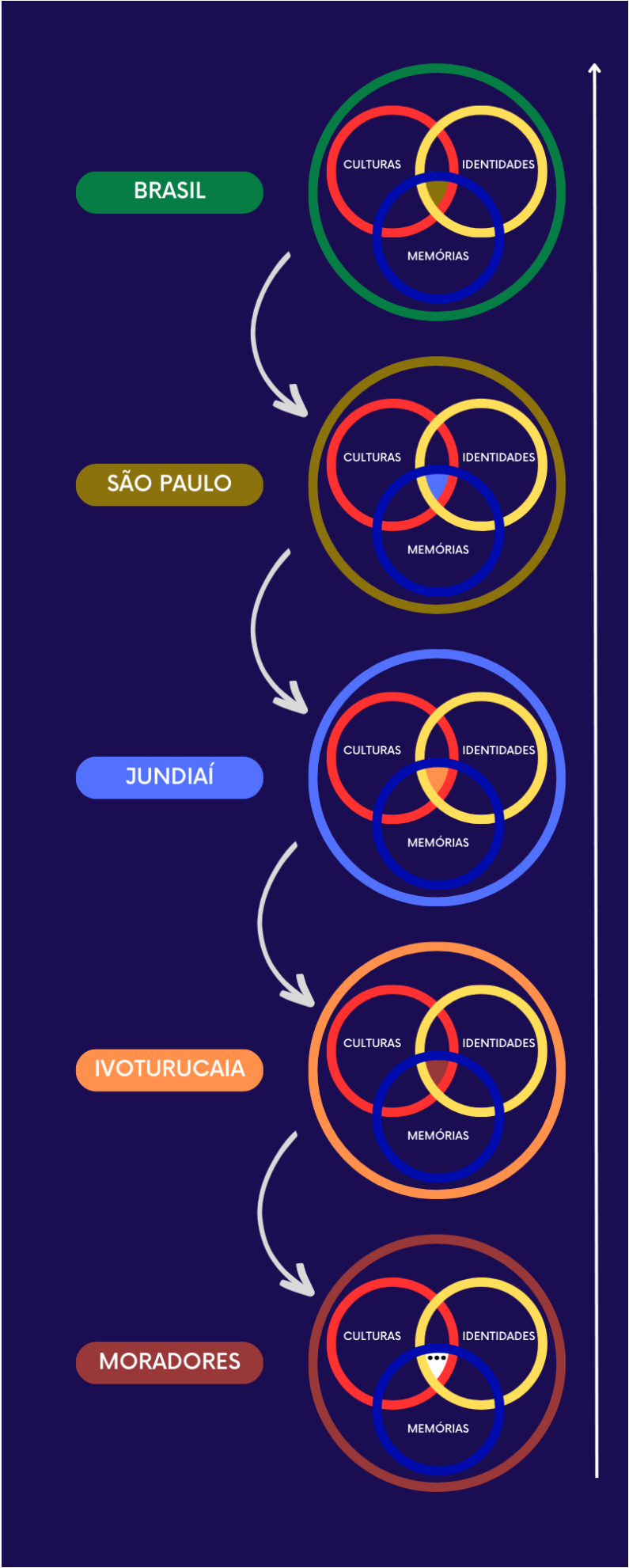


Figura 32 - Culturas, Identidades e Memórias e a influência decrescente do aspecto federal (nação) até o local (comunidade). Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.

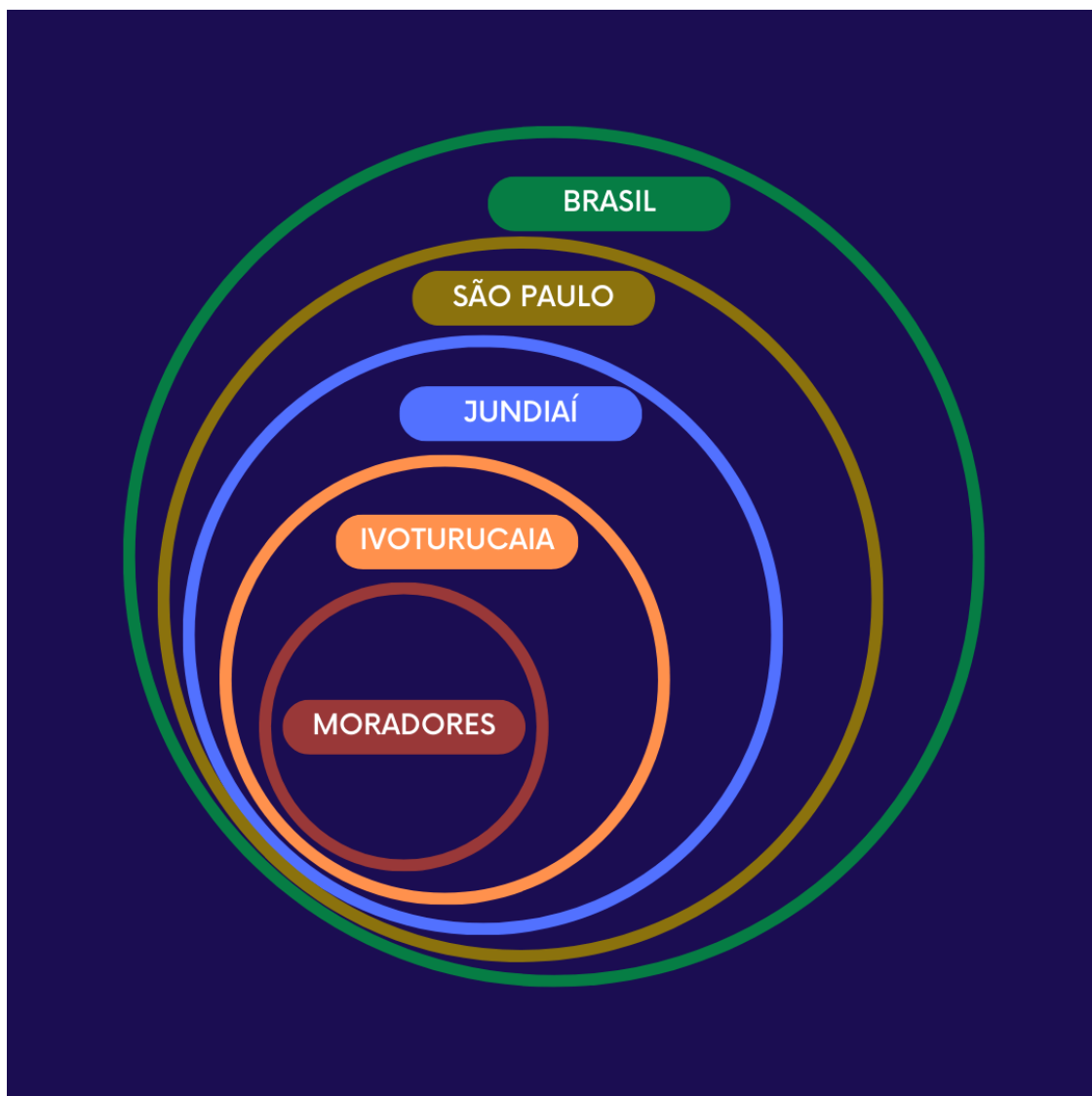


Figura 33 - Conjuntos Brasil, São Paulo, Jundiaí, Iboturucaia e Moradores, contemplando cada um em si os campos Culturas, Identidades e Memórias de cada esfera. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.

O bairro ocupa a ponta leste do município de Jundiaí/SP, Brasil e não necessariamente tem presente em si todas as culturas, identidades e memórias relativas à nação ou ao estado de São Paulo, mesmo inserido na realidade brasileira e paulista. Compartilha da mesma língua – o que não era comum no período colonial, por exemplo –, e não foge à regra dos eventos econômicos, políticos e sociais ocorridos em Jundiaí, São Paulo ou Brasil. Mas possui características e aspectos próprios, destoantes das realidades constituídas por uma identidade estadual e uma identidade federal, por exemplo.

Entrevistas e complexidade

Nas tribos primitivas, os velhos são os guardiães das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros, mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também estimamos um velho porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças. Como, então, os homens idosos não se interessariam apaixonadamente por esse passado, tesouro comum de que se constituíram depositários, e não se esforçariam por preencher, em plena consciência, a função que lhes confere o único prestígio daí em diante? (HALBWACHS, 2004, p. 129).

A quem a sociedade relega a manutenção da multiculturalidade, da composição identitária e da (re)composição – (re) pela dúvida da recomposição em si ou da busca perene pela permanência e contra a ruptura da identidade – e do resgate memorístico?

Apesar das mudanças sociais e dos avanços tecnológicos, os mais velhos ainda conectam o mundo atual ao passado. Os aplicativos de relacionamento como Facebook ou Instagram, assim como tantos outros, conectam indivíduos numa rede complexa, porém não como um campo territorial físico e local, mas globalizado e encaminha as pessoas – independentemente da idade – à submissão do uso despótico da informação, impedindo o reconhecimento de sua multiculturalidade, suas (re)composições identitárias e resgates memorísticos, como afirma Santos (2011),

Um dos traços marcantes do atual período histórico é, pois, o papel verdadeiramente despótico da informação. Conforme já vimos, as novas condições técnicas deveriam permitir a ampliação do conhecimento do planeta, dos objetos que o formam, das sociedades que o habitam e dos homens em sua realidade intrínseca.

Todavia nas condições atuais, as técnicas da informação são principalmente utilizadas por um punhado de atores em função de seus objetivos particulares. Essas técnicas da informação (por enquanto) são apropriadas por alguns Estados e por algumas empresas, aprofundando assim os processos de criação de desigualdades. É desse modo que a periferia do sistema capitalista acaba se tornando ainda mais periférica, seja porque não dispõe totalmente dos novos meios produção, seja porque lhe escapa a possibilidade de controle.

O que é transmitido à maioria da humanidade é, de fato, uma informação manipulada que, em lugar de esclarecer, confunde. Isso tanto é mais grave porque, nas condições atuais da vida econômica e social, a informação constitui um dado essencial e imprescindível. Mas na medida em que o que chega às pessoas, como também às empresas e instituições hegemônicas, é, já, o resultado de uma manipulação, tal informação se apresenta como ideologia. O fato de que, no mundo de hoje, o discurso antecede quase obrigatoriamente uma parte substancial das ações humanas – sejam elas a técnica, a produção, o consumo, o poder – explica o porquê da presença generalizada do ideológico em todos esses pontos. Não é de estranhar, pois, que realidade e ideologia se confundam na apreciação do homem comum, sobretudo porque a ideologia se insere nos objetos e apresenta-se como coisa (SANTOS, 2011, pp. 38 e 39).

Tomando o objeto deste trabalho como signo – Ivo Turucaia –, uma região na periferia de Jundiá, seu afastamento existe fisicamente e a homogeneização ou até a mesmo a dissolução da sua realidade na esfera maior é uma violência e a globalização da informação,

apesar de ofertar acessos que antes não seriam possíveis devido ao afastamento físico, impede o reconhecimento de suas culturas, identidades e memórias. Estes elementos, presentes somente em escassos escritos e nas memórias dos mais velhos.

Mas as culturas, identidades e memórias oriundas das pessoas em Ivoturucaia também poderiam ser manipuladas e não representar uma realidade factual, mas sim uma ideologicamente imposta? Sim, poderia. No entanto, a preservação da multiculturalidade, das identidades ali compostas e das memórias construídas e resgatadas são ferramentas de resistência ante ao afirmado por Santos (2011) e objeto de defesa dos mais velhos frente ao esquecimento de si mesmos e daquilo erigido entre eles numa rede complexa de comunicação seguindo a afirmação de Morin (2013):

Sugiro que essa comunicação seja feita em circuito. Primeiro movimento: é preciso enraizar a esfera antropossocial na esfera biológica, porque somos seres vivos, animais sexuados, vertebrados, mamíferos, primatas. De modo semelhante, é preciso enraizar a esfera viva na *physis*, porque, se a organização viva é original em relação à toda organização físico-química, ela é também uma organização físico-química, saída do mundo físico e dependente dele. Operar o enraizamento não implica operar nenhuma redução: não se trata de reduzir o humano a interações físico-químicas, mas se reconhecer os níveis de emergência dessas interações (MORIN, 2011, p. 57).

Ou seja, a existência física e as relações manifestas pelas culturas, identidades e memórias precisam ocorrer num espaço no qual os indivíduos sejam vistos e percebidos, existindo como causa dos fenômenos, o núnemo, e não apenas como resultado ou influenciado por ele. Morin (2011) afirma, como Weil (2010), a necessidade do enraizamento, da presença física e sua relação com a cultura, identidade e memória,

Devemos ir do físico ao social e também ao antropológico, porque todo o conhecimento depende das condições, possibilidades e limites do nosso entendimento, do nosso espírito-cérebro de homo-sapiens. É necessário enraizar o conhecimento físico e biológico numa cultura, numa sociedade, numa história, numa humanidade (MORIN, 2011, p. 57).

Assim, a necessidade de perceber os grupos menores e indivíduos ainda reside na incerteza de que sejam separados de uma realidade macro, todavia o macro se reflete no micro e ambos trocam influências, rupturas e permanências,

Basta lembrar do famoso paradoxo do cretense que pretende que todos os cretenses sejam mentirosos, ou então todos os teoremas da indecidibilidade dos quais o mais célebre é o de Gödel.

[...] Por meio desse paradoxo espantoso, defrontamo-nos também com o paradoxo do indivíduo e da espécie. Se vemos apenas os indivíduos, não vemos a espécie que encarna a continuidade. Mas se paramos de ver os indivíduos e olhamos para um espaço mais vasto de tempo, não há mais indivíduos, só espécies. Certos sociólogos pensam até que os indivíduos não existem, são apenas marionetes e fantoches da sociedade, essa sim a única realidade. Em contrapartida, para alguns psicólogos, a sociedade deixa de existir pois conseguem enxergar apenas os indivíduos.

Compreende-se por esses exemplos que o desafio da complexidade reside no duplo desafio da relação e da incerteza. É preciso religar o que era considerado como

separado. Ao mesmo tempo, e preciso aprender a fazer com que as certezas interajam com a incerteza. O conhecimento é, com efeito, uma viagem que se efetiva num oceano de incerteza salpicado de arquipélagos de certeza. Não resta dúvida que nossa lógica nos é indispensável para verificar e controlar, mas, ao fim e ao cabo, o pensamento acaba por operar transgressões nela. A racionalidade não se reduz à lógica, mas a utiliza como um instrumento. A ciência reconheceu oficiosamente este desafio da complexidade que hoje penetra no conhecimento científico, embora não seja ainda reconhecido oficialmente.

O desafio da complexidade se intensifica no mundo contemporâneo já que nos encontramos numa época de mundialização, que prefiro chamar de era planetária. Isto significa que todos os problemas fundamentais que se colocam num contexto francês ou europeu o ultrapassam, pois decorrem cada um a seu modo, dos processos mundiais. Os problemas mundiais agem sobre os processos locais que retroagem por sua vez sobre os processos mundiais. Responder a este desafio contextualizando-o em escala mundial, quer dizer globalizando-o, tornou-se algo absolutamente essencial, apesar de sua extrema dificuldade (MORIN, 2011, p. 65).

Assim, as culturas, identidades e memórias ivoturucaïenses retroagem sobre a existência coletiva, sendo relevante e urgente a compreensão dos micros e seus impactos no macro, no todo, as semelhanças e diferenças entre ambos dialogam como os exemplos no campo da Física, como exemplifica Heisenberg (2016),

Wolfgang e eu sempre havíamos achado que as simetrias representadas por essas partículas simples, de massa nula, também deviam ser propriedades da lei natural subjacente. Ora, se essas partículas eram realmente desprovidas de simetria especular, tínhamos que contar com a possibilidade de que esta simetria não fosse um aspecto primário das leis fundamentais da natureza, mas entrasse neles secundariamente, através, por exemplo, das interações e da massa resultante. Nesse caso, a simetria especular se originaria num processo subsequente de duplicação [*Verdoppelung*] que poderia surgir matematicamente, por exemplo, mediante o fato de que uma equação admite duas soluções equivalentes. Essa possibilidade nos parecia muito animadora, pois equivalia a uma simplificação das leis fundamentais da natureza. Há muito tempo nossos estudos nos haviam ensinado que devemos prestar criteriosa atenção a qualquer simplificação inesperada que surja durante uma pesquisa, pois nesses casos é possível que tenhamos chegado a um ponto de onde possamos vislumbrar conexões mais amplas. No presente caso, tínhamos a sensação de que a descoberta de Lee-Yang⁷ poderia levar-nos a novos achados decisivos (HEISENBERG, 2016, p. 268).

Para que tais relações ocorram é necessário um espaço físico, um local, um território. Não obstante, é preciso compreender tal espaço como um campo de luta de existência, resistência, de manifestações das culturas, das (re)composições das identidades e da construção e resgate das memórias. Como afirma Carlos (2001),

Entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de viver, agir e pensar. Significa entender o processo de produção do humano num

⁷ Eles haviam formulado a sugestão de que a simetria especular, ou direita-esquerda, sempre considerada uma arte quase evidente da natureza, podia ser perturbada por interações tão fracas como as que são responsáveis, por exemplo, por fenômenos radioativos. De fato, os experimentos posteriores de Wu mostraram com muita clareza que a desintegração radioativa beta é acompanhada por desvios [*Abweichung*], ou quebras, dessa simetria. Tudo parecia indicar que as partículas sem massa emitidas durante a desintegração beta - os chamados neutrinos - existiam apenas numa forma, digamos, a forma esquerda, enquanto os antineutrinos só ocorriam na forma direita (HEISENBERG, 2016, p. 267).

contexto mais amplo: o da produção da história, de como os homens produziram e produzem as condições materiais de sua existência (CARLOS, 2001, p. 79).



Figura 34 - Nova realidade amostral sob a influência do território.

Fonte: Jose Felício Ribeiro De Cezare

No objeto de estudo deste trabalho está Igoturucuia sob a perspectiva de seus moradores, especificamente Sr. Edson Alves de Souza e sua esposa, Sra. Rute Maria Bianchini de Souza; Sr. Sérgio Ricci (*in memoriam*) e sua filha Dani Ricci; Sra. Bárbara Ezquerro Verano; Sra. Maria de Lourdes de Oliveira; Sra. Jacinta de Freitas Veiga e Claudinei Maria. Para estes grupos – são grupos, pois trazem não apenas o seu ponto vista, suas culturas, identidades e memórias, mas de todos que integram o seu núcleo familiar – foi no bairro que encontraram o espaço de construção e produção de suas vidas. Assim, o território caracterizou

Dentro desse quadro a (re)produção do espaço é também o da reprodução da vida humana. O homem vive onde ele pode morar e isso será determinado por sua renda e pelos sacrifícios que pode fazer. Como ele pode morar e em que condições vive depende do acesso aos serviços coletivos produzidos (CARLOS, 2001, p. 79).

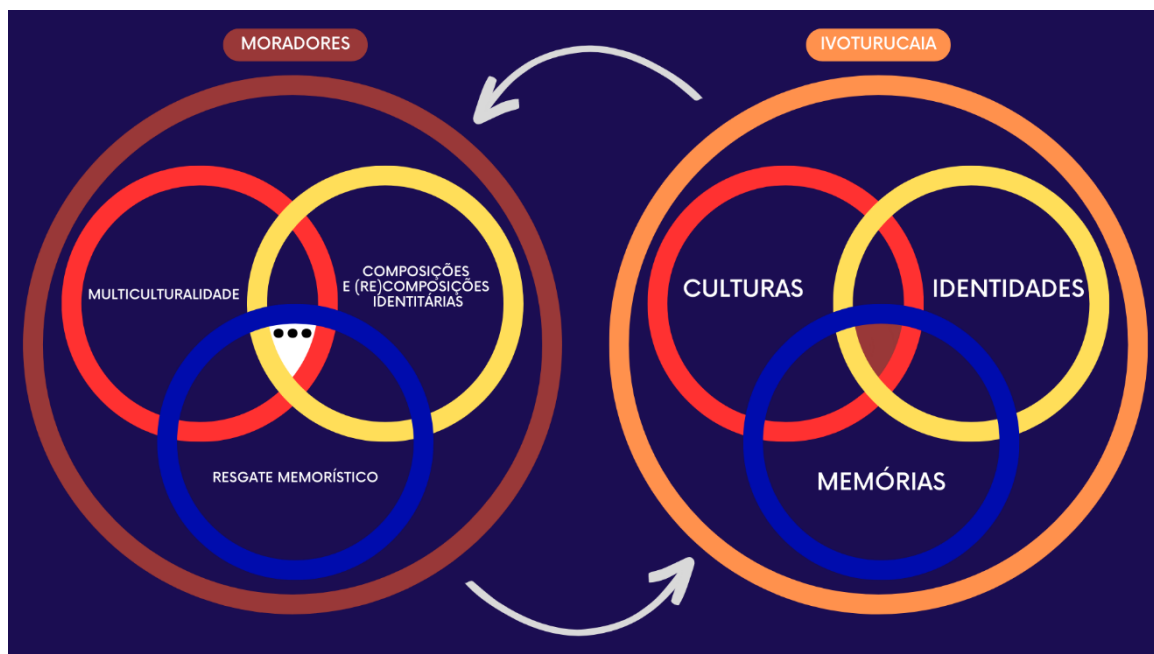


Figura 35 - Moradores pertencem a Ivoturuaia, sendo influenciados e influenciadores das culturas, identidades e memórias do território. Fonte: Jose Felício Ribeiro De Cezare.

Para cada grupo – a nova realidade amostral histórica e geográfica (Fig. 34) –, processos diferentes ocorreram e mesmo ocupando o mesmo território como moradores, acabam por compartilhar características e troca de influências com o território em que vivem, mas mantendo suas especificidades, numa rede complexa interação entre si e com os outros (Fig. 36), $\text{Moradores} \in \text{Ivoturuaia}$ por estarem na intersecção de suas culturas, identidades e memórias (Fig. 35).

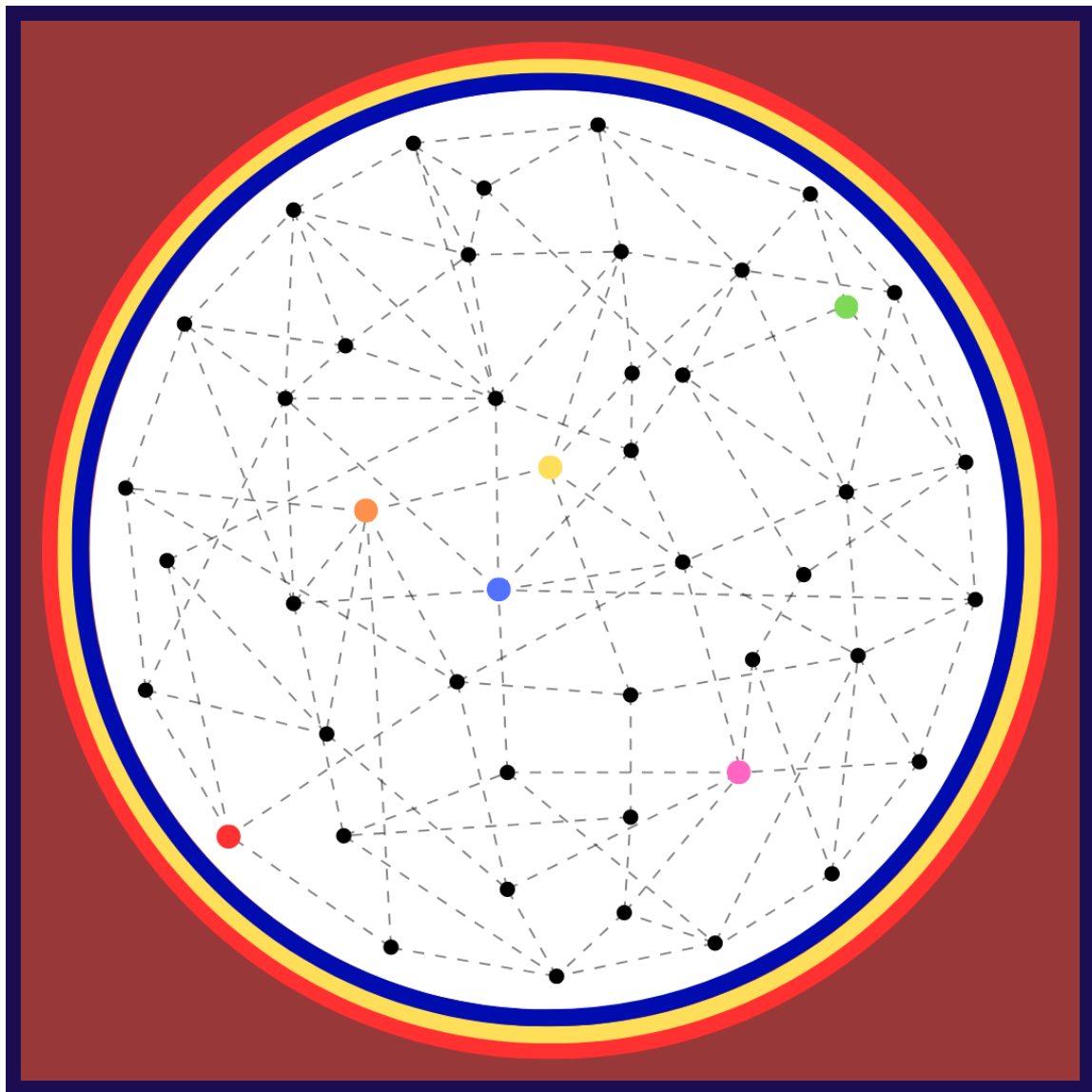


Figura 36 - Intersecção Culturas, Identidades e Memórias contendo a interação dos grupos dentro da esfera Moradores. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.



O primeiro grupo a ser acessado foi o Sr. Edson e a Sra. Rute, a princípio eram a conexão principal e mais antiga do local, contendo em sua localização espacial e central do atual Ivoturuaia, sua proximidade com a escola estadual e posto de saúde, a rua central é nomeada em homenagem ao Arcangelo Bianchini, o primeiro da família a ocupar o local, articulando as ações de mobilização social e socorro aos que apresentavam poucos ou nenhum recurso. Apesar de ser um dos principais articuladores, segundo a Sra. Rute, neta do patriarca, a situação financeira não era grandiosa, mas garantia alguns animais e uma charrete. Eram, em finais do século XIX e início do século XX, uns dos principais produtores de tijolos na região e maior proprietário de terras no bairro.



Figura 37 - Sr. Edson Alves de Souza e Sra. Maria Rute Bianchini de Souza. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.

Às vezes, tem muita coisa que a gente sabe, coisas a gente sabe pelos outros daqui também não lembram. Mas a cada dia que passa a gente vai sabendo alguma coisa, eu não sabia que Ivoturuaia tinha um cemitério, antes desse aí! O cemitério, o sítio era dum tio meu, tio da Rute, aqui nessa baixada, aquela subida ali, naquela parte debaixo quando deu aquele problema em 1920, 1925... aquela febre amarela, você que é professor de história, deve saber! Então, conversando com a minha esposa, ela falou que o pai dela falava que já enterrava bem enterrado por causa, pra não contaminar. Perto do sítio aqui, um amigo da gente, não sabia que aquela descida era um cemitério, um cemitério assim, foi enterrado muita gente que morreu de febre amarela e morria e eles enterrava já rápido pra não contaminar. Deixava o pessoal muito assustado. Deixaram perto do rio. Coisa que fiquei sabendo agora, meu sogro falava foi enterrado bastante gente ali. Só fazia a cova e enterrava, não tem vestígio nenhum agora. Tem o sítio e uma chácara que é de uma amiga da gente. Aquela baixada ali, muita gente enterrada (Edson Souza, jul. 2023).

Para a Sra. Rute, nascer, crescer, estudar (Fig. 30) e viver no bairro foram as bases existências para a composição de sua identidade, de percepção da sua cultura e das culturas com as quais se relacionou e as memórias construídas – e agora resgatadas. Ser descendente de uma

das principais famílias a se estabelecer na região em finais do século XIX, apresentou a ela a segurança ante os conflitos e contradições impostas pela dinâmica social.

Da escola então... eu me chamo Maria Rute Bianchini de Souza, todo mundo fala Rute, né! E você é o Sr. Edson (risos)... eu fico muito feliz de falar sobre a escola e as coisas do bairro, eu nasci aqui e fico muito feliz em falar, em relembrar as coisas assim, que passou. Eu nasci aqui, a gente morava numa casa de barro, né, aí onde não tinha energia elétrica, não tinha escola, então ficou marcado na minha memória quando o Aziz Jorge, um senhor que morava, que tinha sítio aqui também, a família era de São Paulo, mas estava sempre aqui no bairro. Ele vendo a situação das crianças aqui no bairro não tinham escola, né! Ele se prontificou, né a ir... passar de casa em casa, depois procurar saber o que tinha que fazer na delegacia de ensino em São Paulo, aí ele passou de casa em casa colhendo os nomes, né, das crianças pra ver se dava um número que pudesse montar uma escola aqui. Aí, então eu lembro quando ele veio na casa do meu pai, né, até eu lembro assim, a gente na porta, aquele portãozinho, porta sabe? Ele explicou o que era, então meu pai ficou interessado, mas pessoa simples de sítio, assim, ficou com um pouquinho de medo, né! Aí ele falou “que com sete anos que começa a estudar, né... e ela não tem idade ainda, ela está com seis anos ainda” que eu lembro por causa disso, da palavra do meu pai. Meu pai falou assim: “ela está com seis anos, né! Aí o Seu Aziz – meu pai se chama João Bianchini, chamavam ele de Joanin –, falou assim: “não, é... eu vou colher os nomes, quanto mais nomes eu tiver, melhor vai ser pra eu conseguir a escola, pra funcionar a escola aqui no bairro”. Tinha um monte de criança. Então meu pai passou o nome, meu e da minha irmã, irmã Sonia. Aí foi muito rápido, no bairro todo, aí ele conseguiu assim com rapidez. Não sei se era dele onde foi essa escola ou ele emprestou de alguém, aí já não sei. Não sei se era dele ou não, o prédio. Aí, então já montou tudo e já começou a funcionar, eu fui da primeira turma. Então eu me lembro assim, depois da escola, como que era, como foi montada, era uma sala grande, bem grande e tinha aquela lousa enorme na parede e aí foi uma fileira de carteiras, aquelas carteiras de ferro, de madeira com dois lugares. Daí, se sentavam de dois em dois, aí ficou uma fileira de alunos. Depois, com aqueles que aí foi passando de ano, não sei se ainda fala assim... aí mais uma fileira na mesma sala para o segundo, uma fileira de carteira para o primeiro ano, uma fileira de carteira para o segundo ano, a mesma professora dava aula no mesmo horário, no mesmo ambiente para as duas turmas. Para o terceiro foi a mesma coisa (Rute Souza, jul. 2023).

O que difere da Sra. Maria, por exemplo, natural da região de Marília/SP, Brasil. Para a Sra. Maria, o território se apresentou como modo de vida, processo de trabalho. Sua propriedade, muito menor que as terras da família Bianchini, teve como objetivo atender as demandas de um núcleo familiar em construção. A busca por novas oportunidades (década de 1970) fez com que ela e o esposo procurassem melhores condições de vida, a princípio em outros estados, mas em Iboturucáia, em dezembro de 1975, encontraram bom preço. Lembrou as dificuldades que vivera sobre lavar roupa no riozinho em frente às terras dos Bianchini, e a distância das vagas de trabalho.

A Sra. Maria vivenciou uma cultura representada pelo trabalho e sobrevivência ao lado do marido, cuidando dos filhos, da casa e dos netos, pouco lazer e busca na religiosidade para amenizar as agruras da vida. Sua identidade se compôs sob a desigualdade, mas com a permanência da família por perto, um núcleo familiar grande e vivendo num pequeno espaço.



Figura 39 - Sra. Maria de Lourdes de Oliveira. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.



Figura 38 - Homenagem recebida pela Sra. Maria de Lourdes de Oliveira. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.

O reconhecimento recebido pelas suas atividades locais fica em destaque na sua estante e muito a alegra, pois sempre deixa evidente o quão complexo tem sido a sua existência (Fig.39). Suas memórias se construíram a partir de experiências duras de vida, perda do marido quando seus filhos eram pequenos e durante a pandemia o falecimento de três filhos. Sua interdependência com o território também diverge da relação estabelecida pela Sra. Bárbara,

A vida é assim, pensa que não acontece com a gente, acontece, *né!* Agradece a Deus quem tem uma, um barraquinho pra morar, que hoje *as coisa tá... tá mior* de um jeito

e *tá pió* de outro. Feliz é quem tem sua casinha, porque *tá* difícil! Nosso governo não conserta nada, porque pelo pouco que estudei na minha, fui *na* escola um ano e pouco só, porque na roça era muito difícil, mas eu acho uma coisa, um absurdo o valor do aluguel hoje. Como o senhor pode manter um aluguel que é acima do salário? Acima do salário, *quarquer* casinha mais ou menos é oitocentos e pouco, e ganha novecentos e pouco, um salário e meio, como um pai de *família* vai sustentar uma casa? Eu acho muito fora... não sei, um governante que tivesse um estudo, tem pessoas, vamos supor, se eu fosse bem de vida, comprasse meu terreno aqui, *né*, em 75, eu tivesse poder de fazer *casa pra mim alugar*, eu tinha pago meu terreno, minha casa... e *tava* quase grátis pra mim. Vou alugar uma casa minha mais alta daquele que paguei no meu terreno... você olha na cidade, quantas casas que são centenárias e as pessoas pagam dois mil, dois mil e pouco de aluguel ou até mais, eu acho muito fora. Acho que o estudo precisava avançar mais nesse ponto que as pessoas têm que sobreviver, mas tem uma hora que pôr o salário... não vai ter condições de pagar o aluguel. Não tem como, é muito sem... *é um estudo que precisava ser estudado pra ver...* apartamento. Não sei se é certo quem compra apartamento ou pedacinho de chão. Acho *mió* comprar um pedaço de terra! Bem *mió*, viu! O apartamento você põe lá e tem de pagar de tudo *naquelas quatro parede*, não tem liberdade nenhuma. E uma cadeia, não é, apartamento? Os *pais que morar* em apartamento não pode ter mais que dois filhos, três, quatro não dá! Eu sei que só vê o povo acabando com essa luta que a gente tem de ter cuidado com a água, ter cuidado com isso, daqui uns *tempo não vamo* ter água potável e eles *loteano* tudo. Você viu esse novo loteamento que vai aparecer aqui em Jundiá? Vai acabar com a natureza, sei não. Lá tem muita água, vai sujar tudo... eu não sei não o que vai ser de nós, *as ambição* de quem tem dinheiro, poder, aquela ambição, aquela coisa... não sei! (Maria Oliveira, out. 2022).

Nascida na Espanha, na região de La Rioja, a Sra. Bárbara também chegou na região do bairro de Iboturucuia na década de 1955, sua chegada ao Brasil foi pelo navio Provence (Fig. 44), após 13 dias de viagem, saindo de Barcelona e aportando em Santos. Suas memórias transitam entre seus primeiros anos de vida na Espanha e sua residência na região de Atibaia, bairro Colônia – bairro de Jundiá – e em Iboturucuia. As lembranças de ter vivenciado alguns anos da ditadura de Francisco Franco ainda permanecem fortes em suas falas, assim como a alegria de terem tido a oportunidade de fugir. Quando chegaram foram levados de Santos até Maracanã/SP, Brasil (região que em séculos anteriores era Híbiturucuia). Pelas dificuldades do cultivo se mudaram para Jundiá, onde se estabeleceram.

Foram seis anos em Maracanã, de 55 até 61 e oito anos no Colônia. Foi bom ali, já veio e já comprou. De lá, de Maracanã, veio com um Chevrolet gigante. Trouxe até sapé do rancho aqui em Jundiá, pra embalar verdura, tudo essas coisas. Ovo. Fez granja de galinha, com telhado de sapé e parede de barro com os pauzinhos de eucalipto... cortina fiz com saco de estopa costurada. Mas aqui a história já é outra, né. Aqui quando viemos, essa estrada aqui era a estrada Ponte Alta, não tinha a Avenida José Mezzalira, e era só tinha sitiantes. Então a gente pagava o ônibus, dois por dia, fora a passagem... pra melhorar nossa condução, comprou um carrinho, um fusquinha, parece. Depois uma Kombi, a situação foi melhorando (Bárbara Ezquerro, jul. 2023).

A família da Sra. Bárbara produziu alimentos e aves, o que propiciou a ela, além de trabalho constante, uma vida mais confortável daquela vivenciada pela Sra. Maria. A Sra. Bárbara reconhece o bairro como a possibilidade da família de se manter e construir uma vida confortável. Apesar de viver no Brasil a maior parte de sua vida, sua identidade se conecta à

vida que viveu na Espanha, sua infância e os poucos anos que pode frequentar a escola, desejo que permaneceu por muitos anos, mas não se concretizou (Fig. 41).

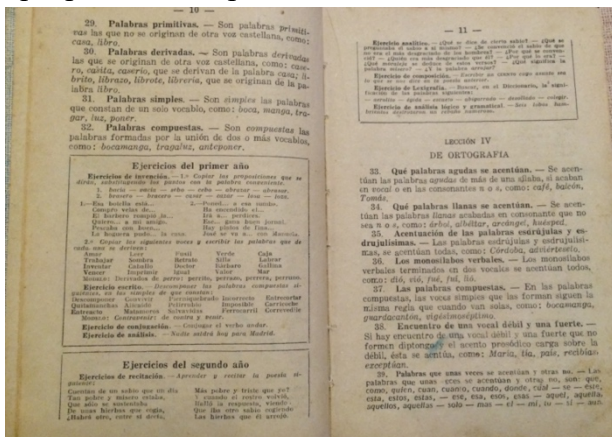


Figura 43 – Páginas do livro que utilizou quando criança na Espanha. Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Bárbara.



Figura 40 - Família Ezquerro pronta para participar de um dos eventos no pátio da igreja. Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Bárbara.



Figura 42 - Imagem aérea de Igoturrucaia mostrando onde estavam localizados os galpões da família Ezquerro. Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Bárbara.



Figura 41 - Cartão do navio Provence. Fonte: Arquivo pessoal da Sra. Ezquerro.

Mantém cultura religiosa católica muito presente em seu cotidiano, atuando em diversos grupos de ajuda como faziam seus pais. A nostalgia é muito presente em suas recordações, seu resgate memorístico se atem ao período em que seus pais estavam vivos e se considerava mais ativa nos trabalhos diários e apresenta grande satisfação por tudo que conseguiu estabelecer, pois o mesmo espaço em que morava podia trabalhar e encontrava opções de lazer. conseguiu estabelecer, pois o mesmo espaço em que morava podia trabalhar e encontrava opções de lazer.

Para a família Ricci, principalmente para a Dani Ricci, devido ao falecimento do Sr. Sérgio Ricci há alguns anos, não foi possível entrevistá-lo e as informações trazidas anteriormente por ele permaneceram apenas como conversas informais do início do projeto. Assim como a família Bianchini, os imigrantes italianos da família Ricci também chegaram ao

bairro em finais do século XIX e tiveram a oportunidade de possuir grande propriedade. Produziram uva e, posteriormente, mel e são elementos marcantes de sua presença na região.



Figura 44 - Sra. Bárbara Ezquerro Verano. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.

A família Ricci, traz nas palavras da Dani Ricci, possuir em sua cultura as ações mobilizadoras de promoção social, mantendo o movimento dos seus antepassados e das festas e eventos para a comunidade. Da mesma forma que os grupos citados, sua composição identitária não dialoga diretamente com as esferas federal, estadual e municipal, mas com a local, comunitária. Mesmo a ligação com a Itália da qual a cidade afirma ser, informalmente, colônia, as famílias percebem-se resultado do local em que vivem. A identidade da família não se define como de Jundiaí, mas de Ivaturucaia. As memórias da família Ricci estão localizadas no bairro e quando resgatadas definem-se em torno da igreja Santo Antônio de Pádua e da escola estadual.

O pai e mãe estavam sempre trabalhando, sempre preocupados em fazer algo pelo bairro e pelas pessoas. Nas festas, principalmente, a gente fazia de tudo, o frango era o melhor, uma delícia. O pai até deu uma entrevista para o Jornal da Cidade, que ele respondeu ao jornalista que a prefeitura não havia feito nada pelo bairro e que a prefeitura de Jundiaí deveria se lembrar de Ivaturucaia (Dani Ricci, jul. 2023).



Figura 45 - Casamento dos pais de Dani Ricci. Fonte: Arquivo pessoal da família Ricci.



Figura 47 - Formatura de Dani Ricci no antigo prédio escolar. Ao lado, o primo Mário e a Sra. Luzia Francisca de Souza Martins, presença relevante na educação local. Fonte: Arquivo pessoal da família Ricci.



Figura 46 - Sr. Sérgio no parreiral de uva da família. Fonte: Arquivo pessoal da família Ricci.

A escola estadual Monsenhor Venerando Nalini, mais um resultado da mobilização local – antes dela a escola de turma multisseriada da qual a Sra. Rute Bianchini fez parte e a escola trazida pelo prefeito Omair como afirmou Gossner (1974) – é objeto de memória da Sra. Jacinta que é professora, psicopedagoga e artista plástica. Reside no bairro desde 1975 e lecionou na escola na década de 1980, sempre foi articuladora de diversos projetos, eventos e parcerias, inclusive teve como anfitriões a família Coelho Capitão, também portugueses. A família da Sra. Jacinta é oriunda da Ilha da Madeira e esteve sempre envolvida nos eventos religiosos e artísticos, nas ações de mobilização por infraestrutura e no apoio aos mais necessitados.



Figura 48 - Sra. Jacinta Freitas de Veiga. Fonte: Jose Felício Ribeiro De Cezare.

A Sra. Jacinta, professora, poetisa, artista plástica e psicopedagoga, tem sua relação com o bairro como manifestação de garantia dos direitos humanos e exercício de cidadania, suas memórias estão conectadas com os projetos sociais de que participou ou organizou, identificando-se com a representação de que Igoturucaia é seu campo de ação na melhoria da sociedade, inclusive tendo em suas manifestações culturais o conagraçamento da multiculturalidade local. Sua construção como pessoa deu-se primeiro na Ilha de Madeira e depois em São Paulo, quando chegou ainda muito jovem, porém sua família seguiu o caminho dos portugueses que habitaram a região de Hibiturucaia a partir do século XVII,

Nós começamos a frequentar Igoturucaia, isso lá pelo ano de 1970, 71. Quando surgiu a oportunidade, minha irmã Teresa comprou um sítio, do lado, na Avenida José Mezzalira, ao lado do sítio do Sr. José Coelho. Chegando aqui no bairro, nós notávamos as dificuldades das famílias, sem asfalto, a escola de madeira. Como eu trabalhava numa escola muito grande em São Paulo, escola do Estado, maravilhosa,

eu me sentia deprimida de ver as crianças estudando naquele abandono, do lado da igreja da capela Santo Antônio, de Igoturucaia, e havia algumas reuniões com as pessoas, que era o Sr. José Coelho Capitão, o Seu Dito Santana e também o Seu Joanin. E as pessoas se preocupavam, realmente, com as melhorias do bairro. Ninguém queria melhorias pra si, mas sim para que o bairro crescesse. Foi uma luta constante, eu fiz o levantamento pra escola de casa em casa, vi quantas crianças nós tínhamos e precisava-se mesmo construir uma escola no bairro. Não podíamos continuar com a escola de madeira, era uma paisagem linda! Duas paineiras na frente da capela, sempre floridas e a escolinha de madeira. Aqui no bairro, merecia uma escola melhor. Levei esse levantamento na administração do Pedro Fávoro e quem me atendeu na prefeitura foi Sr. Ary Fossen, pessoa pela qual tenho um carinho até hoje, porque foi ele que começou a se interessar e desenvolver a nossa ideia do bairro de construção da escola. E a escola acabou surgindo. Eu vim removida de São Paulo (Jacinta Veiga, out. 2022).

Há ainda na região, morador que mantém conexão com os primeiros povoadores brancos portugueses do século XVII, que constam nas Sesmarias, vol. 1. Para Claudinei Maria, a sua composição identitária, sua culturalidade e suas memórias, apesar de sua família não ter habitado a região por todos esses séculos, fazem-se concretas após seu trabalho genealógico no qual identificou ser descendente de Francisco de Barros (Freire) e parente colateral de Antonio Pedroso de Freitas e de Sebastião Corrêa. Claudinei vivencia o território de maneira diferente, tem sua identidade com o local pelo parentesco descoberto após ir morar na região quando adulto. Com a descoberta genealógica, houve algo muito parecido com o que aconteceu a Sra. Jacinta e a Sra. Bárbara, a sua (re)composição identitária. Vivendo em Jundiá, porém em outro bairro suas memórias, cultura e identidade vieram da ideia de uma cidade majoritariamente descendente de italianos, e assim designou-se como tal por ter em sua ascendência os imigrantes da península, porém com a nova descoberta e morando em Igoturucaia, as suas memórias, culturalidade e sua identidade se movimentaram pelo território.



Figura 49 - Claudinei Maria, descendente de Francisco de Barros (Freire) e parente colateral de Antonio Pedroso de Freitas e de Sebastião Corrêa. Fonte: Jose Felicio Ribeiro De Cezare.

Este meu antepassado, foi um dos primeiros povoadores de São Paulo de Piratininga, eles tinham terras lá, mas vieram sertão adentro até onde é o bairro Igoturucaia/Hibiturucaia pra cultivar, provavelmente, cana-de-açúcar e lavouras de subsistência. Então, decerta forma descobri que sou paulista, de família quatrocentona, como se diz né... dos primeiros povoadores. Tenho bandeirante na família. Minha família faz parte da história do nosso Estado, do no país e engraçado, justamente eu moro no Caxambú, bem perto de Igoturucaia, não fazia ideia que tinha ligação no passado com aquela terra, com aquele bairro. Fazendo essa pesquisa, descobri que há quatrocentos anos os meus familiares já tinham terras ali e a história acabou que estou morando ali perto (Claudinei Maria, out. 2022).

Numa outra entrevista, Claudinei afirmou:

Apesar de viver hoje aqui, não estive sempre nessa região, vivi muito tempo na Vila Arens e a conexão com a ideia de ser parte de uma família quatrocentona não faz parte de meu dia a dia, pelo contrário. Mas é engraçado estar aqui hoje. Vim morar aqui já adulto, então a ligação é recente, foi depois pesquisa genealógica (Claudinei Maria, jul. 2023).

As memórias podem adquirir novos contornos e familiarmente, conexões foram concebidas com um novo passado ancestral, mas o impacto se acentua em sua culturalidade e identificação transitam de uma identidade italiana para portuguesa e com ares de que tais sesmeiros teriam características da cristandade nova devido à inquisição (ainda conjecturas, segundo Claudinei).

Outro personagem que traz em si uma (re)composição indentitária é o Sr. Edson, sua chegada – ainda muito jovem – ao bairro é oriunda de sua família buscar novos caminhos pela melhoria de vida e seu acolhimento vem permeado por uma proximidade com o Dr. Walter Gossner e empenho nas ações junto das famílias Bianchini e Ricci, por exemplo, para auxiliar a comunidade. Tais experiências propiciaram uma culturalidade e compreensão das diversas manifestações muito abrangente, além de estar em contato até os dias atuais com a preservação memorística do bairro e dos eventos religiosos e de promoção social.

As existências apresentadas dialogam com o afirmado por Carlos (2001),

O espaço não se (re)produz sem conflitos e as contradições inerentes a uma sociedade de classes. As práticas não se reduzem apenas à produção imediata, dentro da fábrica. É na vida cotidiana como um todo, que essas contradições se manifestam mais profundamente, nas diferenciações entre os modos de morar, o tempo de locomoção, o acesso à infraestrutura, ao lazer, à quantidade e tipos de produtos consumidos, etc. Quanto mais a sociedade se desenvolve, mais aprofunda as diferenças entre os indivíduos (fundamentalmente nos países subdesenvolvidos).

O espaço enquanto reprodução da vida coloca-nos diante de um quadro formado pela interrelação do modo de vida com o processo de trabalho. A habitação como uma das necessidades básicas e fundamentais do homem dá-nos uma visão precisa sobre o modo de vida urbano, o local de moradia é associado ao preço da terra. Este será determinado pelo jogo de mercado e apoiado nos valores criados e veiculados pela sociedade, num determinado momento histórico.

Enquanto meio de consumo, a cidade é local de moradia percurso (casa-trabalho, casa-escola, casa-compras, casa-lazer etc.), trabalho, lazer, cultura. Mas é também poluição, congestionamento, desconforto. Seu consumo pode tanto dar-se através da troca (caso da habitação, transporte, infraestrutura, saúde, escola) como através do uso

sem a mediação do mercado, caso, por exemplo de bens de consumo produzidos pelo Estado (escolas, prontos-socorros, etc.) ou onde a sociedade cria um uso possível (áreas de lazer, praças, etc.).

[...]

As formas assumidas pelo processo de produção do espaço urbano – em função da divisão social e territorial do trabalho – refletem, necessariamente, a contradição entre um processo de produção socializado e sua apropriação privada. Implicam a contradição entre os interesses e necessidades da reprodução do capital, de um lado, e do desenvolvimento da sociedade como um todo, de outro. Logo, o que está em jogo é o processo de produção da cidade e sua apropriação do espaço para determinado uso (CARLOS, 2001, pp. 79-80).

A existência de histórias, (re)composições identitárias, memórias e seus resgates são resultados da relação dos seres com a natureza, com o espaço que habitam e com o que pretendem erigir como sociedade e legado, agrega-se a isso a intersecção dos campos Culturas, Identidades e Memórias, a interação entre os grupos e as trocas entre as esferas/conjuntos. Chegando por meio da incompletude e da aquisição da incerteza à nova realidade amostral historiográfica e geográfica Carlos (2001) afirma,

Sociedade e espaço não podem ser vistos desvinculadamente pois a cada estágio do desenvolvimento da sociedade, corresponderá um estágio de desenvolvimento da produção espacial. A tendência normal de desvincular-se os dois pontos dessa relação dialética levará a uma compreensão errônea do que seja o espaço geográfico.

Esse desvinculamento, ao nosso ver, será impossível se se pensar inicialmente que a sociedade humana não existe fora da natureza que permite sua existência. Toda relação social de produção dá-se entre os homens (através da divisão do trabalho) com meios de produção, instrumentos de trabalho em relação ao meio circundante. Se não fosse levada em conta a natureza, essa sociedade não teria condições de fazer história, pois sua existência e sobrevivência são produtos da sua relação com a natureza. De um lado a sociedade com o seu trabalho, suas técnicas, seus instrumentos; de outro lado o meio natural. Da relação – do homem com a natureza – produz-se:

- a) Os produtos necessários à sobrevivência da sociedade, capazes de satisfazer suas necessidades;
- b) A natureza modificada, transformada, reproduzida;
- c) Novas relações sociais, modos de pensar e de vida, cultura, idéias, etc.

O espaço geográfico não é estático, mas uma produção humana contínua, um “fazer incessante”. É um produto histórico que se originou historicamente; não é um palco das atividades humanas. Além disso, o espaço geográfico, apesar de construído na consciência do homem, existe independentemente desta, visto que ele não é fruto de uma abstração intelectual existindo realmente fora do indivíduo, de uma maneira concreta, como uma produção social real.

Em síntese, o espaço geográfico é o produto, num dado momento, do estado da sociedade, portanto, um produto histórico; é resultado da atividade de uma série de gerações que através de seu trabalho acumulado têm agido sobre ele, modificando-o, transformando-o, humanizando-o, tornando-o um produto cada vez mais distanciado do meio natural. Suas relações com a sociedade se apresentam de forma diversa sob diferentes graus de desenvolvimento.

O homem, nesse contexto, é um ser social agente da vida econômica e da produção do espaço, que tendo por base as relações sociais, realiza profundas modificações no quadro econômico-político e social. O espaço é, pois, uma criação humana e sua produção coincide com o próprio modo pelo qual os homens produzem sua existência e a si mesmos (CARLOS, 2001, pp. 31-32).

Trazendo a análise de Morin (2013)

A aquisição da incerteza é uma das maiores conquistas da consciência, porque a aventura humana, desde seu começo, sempre foi desconhecida. As grandes civilizações tradicionais acreditavam num ciclo permanente de reconstituição, dado o caráter rotativo do tempo. Com o tempo do progresso, passou-se a pensar num tempo ascensional. O tempo rotativo teve apenas um tempo e o tempo ascensional desmoronou.

Isto não quer dizer que não haverá progresso, mas que este progresso depende de inúmeras condições e, sem dúvida, de muita paciência e boa vontade. E preciso ensinar também que sabemos hoje que a aventura humana é desconhecida e que dispomos apenas de dois instrumentos para enfrentar o inesperado: o primeiro é a consciência do risco e do acaso. Trata-se de assumir o desafio de Pascal nos domínios da cultura, da liberdade e da fraternidade. O segundo instrumento é a estratégia e isso implica ser capaz de modificar o comportamento em função das informações e dos conhecimentos novos que o desenvolvimento da ação nos propicia (MORIN, 2013, p. 104).

A nova realidade amostral se faz complexa⁸ e parafraseando o teorema de Gödel, a proposta aqui apresentada, mesmo sendo recursivamente argumentativa e capaz de expressar algumas verdades básicas, não é completa e consistente. Visto que para uma nova realidade amostral historiográfica e geográfica consistente sempre há proposições que não podem ser demonstradas nem verdadeiras, nem falsas. Assim, para que a nova realidade amostral historiográfica e geográfica possa ser recursivamente argumentativa e provar sua consistência por meio de verdades básicas, deve ser inconsistente, pois lida com o dinamismo das manifestações multiculturais, das (re)composições identitárias e das construções e dos resgates memorísticos, sempre sob a influência imposta pelo território e suas condições. Morin (2008) afirma,

O método da complexidade pede para pensarmos nos conceitos, sem nunca dá-los por concluídos, para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecermos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. É a concentração na direção do saber total, e, ao mesmo tempo, é a consciência antagonista e, como disse Adorno, “a totalidade é não-verdade”. A totalidade é, ao mesmo tempo, verdade e não-verdade, e a complexidade é isso: a junção de conceitos que lutam entre si (MORIN, 2008, p. 192).

⁸ O que é a complexidade? A um primeiro olhar, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido conjunto) de constituições heterogêneas inseparavelmente associadas: ela coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Num segundo momento, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico. Mas então a complexidade se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, desordem, da ambiguidade, da incerteza (MORIN, 2007, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O território pode se apresentar como espaço de existência, de lutas e resistências constituindo o espaço físico no qual o metafísico possa acontecer, concretizar-se e transmutar-se na multiculturalidade, nas (re)composições identitárias e nas construções e resgates memorísticos. E tal ocorrência vem da interdependência das famílias com o local que ocupam.

Os termos Cultura, Identidade e Memória podem ser utilizados em diversos contextos e não necessariamente contribuirão com uma análise das singularidades, visto que encerram em si, certa generalidade. Para o objeto deste trabalho, substituí-los pelas suas formas no plural exemplifica adequadamente as demandas apresentadas pelas discussões ocorridas entre os referenciais teóricos e as entrevistas com os moradores da atual Iboturucaia. Pois ao analisar o recorte Moradores∈Iboturucaia∈Jundiaí∈São Paulo∈Brasil, era necessário atender à nova realidade amostral historiográfica e geográfica dos Moradores no bairro de Iboturucaia e para tal havia a necessidade de aprofundamento na intersecção da multiculturalidade com as (re)composições identitárias e com os resgates memorísticos articulados dialeticamente com o território de Iboturucaia.

O trabalho possibilitou discutir e demonstrar a relação das culturas no espaço e como interagem entre si, por meio das influências das esferas federal, estadual e municipal, mas principalmente na esfera local física (Iboturucaia) e na esfera relacional (interação entre os moradores).

Para os moradores foi possível constituir um caminho de encontro ao pertencimento e história local ao se afirmarem como moradores e perceberem suas identidades compostas pelas vivências e acontecimentos locais, possibilitando agora que este trabalho chegue aos mais jovens e iniciem também esse processo como um conjunto de abordagens contínuas e presentes no cotidiano escolar, seja do bairro e também de outras áreas da cidade por meio desta dissertação e sua readequação como material didático e paradidático, da mesma maneira, as entrevistas como possível documentário e sua disponibilização ao Arquivo Histórico de Jundiaí e entidades mantenedoras das histórias municipal, estadual e federal.

Como desdobramentos, espera-se que esta dissertação possa ser utilizada como material promotor e orientador de ações de conscientização social, levando os moradores a reconhecerem em seu território a relevância social de suas mobilizações, de suas experiências culturais, de sua relação com a terra e a necessidade de preservação de suas histórias, assim como do espaço quem ocupam. Alguns fatores delimitaram um maior aprofundamento na

discussão, por exemplo, a frágil existência de documentação acerca do local, a baixa quantidade de pessoas com informações sobre o local ou que trouxessem dados referentes à sua existência ou estabelecimento de mais famílias.

Possíveis linhas de continuidade se constroem a partir do aprofundamento da proteção ambiental (fauna, flora e recursos hídricos); da permanente discussão em projetos pedagógicos sobre a relação territorial com os conceitos de culturas, identidades e memórias de maneira histórica, crítica e dialética; da pesquisa geológica e a preservação e adequação do uso da terra; a manutenção do levantamento de dados acerca da relação já explicitada com as gerações seguintes para que a discussão possa se atualizar dentro das rupturas e permanências das mudanças sociais, econômicas e culturais.

O resgate memorístico se consolidou a partir das coletividades e individualidades da multiculturalidade e das identidades compostas e (re)compostas, seja pela presença dos antepassados no local e sua permanência – ou não e retorno –, seja pela presença dos atuais grupos que passam a fincar suas bases recentemente.

Para os moradores entrevistados, a realidade existencial de suas famílias, de suas culturas, identidades e memórias são oriundas da relação de interdependência com o bairro de Igoturucuia e não diretamente com Jundiá, o que coloca por terra a ideia de uma cidade interiorana e colônia italiana. De forma diametralmente oposta, para os moradores, Jundiá se mostrou como um espaço urbano excludente, de viés cosmopolita que silencia e apaga a existência de Igoturucuia, mesmo a região possuindo impacto considerável na execução de Jundiá e dos municípios fronteiriços na conformação como cidades ao longo dos anos.

Obviamente, os moradores de Igoturucuia – quando são nascidos na cidade – se afirmam jundiaenses; paulistas caso tenham nascidos em São Paulo; brasileiros se tiverem nascido no Brasil... mas é interessante compreender que o impacto do local, da vida numa esfera micro apresenta participação direta, impactando consideravelmente nas culturas, identidades e memórias quando há a preservação, manutenção desses elementos por meio da transmissão por meio dos mais velhos e seu reconhecimento como guardiões dessa conexão nem sempre permanente, nem sempre completa, nem sempre certa.

Ao se estabelecer os limites do que viria a ser a região de Híbiturucuia, a delimitação do território referente às posses de Petronilha Antunes, define-se por informações que não constam em número adequado de fontes, todavia integra esparsamente os dados da ocupação do sertão paulista.

A existência das culturas, das (re)composições identitárias, memórias e seus resgates são resultados da relação dos seres com a natureza, com o local que habitam e com o que pretendem erigir como sociedade e o que deixar como legado, como herança cultural. Agregando-se a isso a nova realidade amostral complexa e capaz de expressar algumas verdades básicas, não sendo completa e consistente, porém vem a ser uma nova realidade amostral historiográfica e geográfica consistente com proposições que não podem ser demonstradas nem verdadeiras, nem falsas, mesmo assim comprovando sua consistência por meio de verdades básicas, sendo inconsistente, visto que dialoga com o dinamismo da multiculturalidade, das (re)composições identitárias e das construções e dos resgates memorísticos, sempre sob a influência imposta pelo território e suas condições possibilitadoras ou não de ação dos moradores sobre o território.

Referências

- ADORNO, T. W. **Dialética Negativa**. Tradução de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- ALESP, Lei Complementar nº 1.362/2021 – **Cria a Região Metropolitana de Jundiaí e dá providências correlatas**, 2021. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000390999>. Acesso em: 20 abr. 2022.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira, 1998.
- ANDERSON, B. **Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism**. London: Verso, 1991.
- ARANTES, A. A. Revitalização da Capela de São Miguel Paulista. In: _____ (Org.) **Produzindo o passado**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. **The Tourist-Historic City: Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City**, 2000.
- ARGOLLO FERRÃO, A. M. de. **Arquitetura do café**. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.
- AUGÉ, M. **Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 8a. ed. (Trad.). Mário Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 2010.
- BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERDOULAY, V.; ENRIKIN, J. N. Lugar e sujeito: perspectivas teóricas. In: MARANDOLA JR., E.; WERTHER, H.; OLIVEIRA, L. **Qual o espaço do lugar?** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- BLOCH, M. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BLOOM, B. S., ENGLEHART, M.D., FURST, E. J., HILL, W. J. e KRATHWOHL, D. R. **Taxonomy of Educational Objectives**. New York: McKay, 1956
- BORNHEIM, G. A. **Sartre**. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular: leitura de operárias**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOSI, E. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 3a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto

Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

Disponível em:

https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf.

Acesso em: 30 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base nacional comum curricular: educação é a base. Brasília: MEC, 2018. _____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história, geografia**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRUCK, M. S. Profa. Eclea Bosi - Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. **Dispositiva**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, p. 196 - 199, nov. 2012. ISSN 2237-9967. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301>. Acesso em: 08 dez. 2022.

BUENO, R. F. **Villa Ferosa de Nossa Senhora do Destêrro do Matto Grosso de Jundiahy da Capittania de Sam Vicente**. Jundiaí: In House, 2010.

BURKE, P. **Testemunha ocular: os usos de imagens como evidência histórica**. São Paulo: UNESP, 2017.

BUTTIMER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1985.

BUTTIMER, A. **Geography and the human spirit**. Harrisonburg: The Johns Hopkings University Press, 1993.

CAMPANHOLE, A; SANTOS, W; GIOCOVATE, M. **Aditamentos à história da fundação de Jundiaí**. Jundiaí: Literarte, 1994.

CANCLINI, N. G. **A sociedade sem relato**. Antropologia e estética da iminência. São Paulo: Edusp, 2012.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 6ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. (Trad.). Klauss Brandini Gerhardt – São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CLASTRES, P. **A Sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política**. (Trad.). Theo Santiago. São Paulo: Cosac-Naify, 2003.

CONDEPHAAT, Processo de tombamento nº 07857/69. Livro do Tombo Histórico. São Paulo: **Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo**. Disponível em: <http://condephaat.sp.gov.br/benstombados/solar-do-barao-jundiai/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

- CORDÃO, F. A. Resolução CNE/CEB 7/2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, 15 de dezembro de 2010, Seção 1, p. 34. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.
- COULON, A. **Etnometodologia**. (Trad.). Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1995.
- CRONON, W. **Nature's Metropolis: Chicago and the Great West**. Chicago: W.W. Norton & Company, 1992.
- DEL PRIORE, M.; VENANCIO, R. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2010.
- DESILVEY, C.; EDENSOR, T. **Reckoning with ruins**. Progress in Human Geography, 2013, Vol. 37, N°. 4. <https://doi.org/10.1177/0309132512462271>. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0309132512462271>. Acesso em: 28 dez. 2022.
- DIAMOND, J. **Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies**. New York: W.W. Norton & Company, 1997.
- ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- EVANS-PRITCHARD, E. **The Structure of Stateless Society**. In: Raymond Boudon & Mohamed Cherkaoui (eds.). Central Currents in Social Theory. Londres: Sage. p. 6–5, 2000.
- FONSENCA, M. C. L. **O patrimônio em processo**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1998.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 58ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.
- GARCÍA CANCLINI, N. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- GATTAL, Z. **Anarquistas graças a Deus**. 28ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- GATTOLINI, G. G. **A História de Jundiá: a formação econômica e social – Perspectiva e realidade**. 3ª ed. Jundiá: Calíope, 1998.
- GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1973.
- GEUSS, R. Kultur, Bildung, Geist. **History and Theory**, 35(2), 151–164. 1996. <https://doi.org/10.2307/2505359>. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2505359>. Acesso em: 10 dez. 2022.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GLASS, R. **Introduction: Aspects of change in Centre for Urban Studies (ed.)**. London: Aspects of change. London: MacGibbon and Kee, 1964.
- GONÇALVES, M. de A. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria F. C.; GASPARELLO, Arlette Medeiros;

- MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **Ensino de história: sujeitos, saberes e práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2007.
- GOSSNER, W. O bairro mais antigo de Jundiaí. In: STAFUZZA, Pde. A. T. (Org.). Museu de Jundiaí II. **Efemérides**. Jundiaí: Tipografia Edanee S. A., 1974.
- HABERMAS, S. J. **Teoria de la acción comunicativa**. Madrid: Taurus, Vol. II, 1988.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. (Trad.). Manuel Antonio Baeza y Michel Mujica. Barcelona: Anthropos Editorial; Concepción: Universidad de la Concepción; Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004. Disponível em: <https://archive.org/details/LosMarcosSocialesDeLaMemoria/page/n63/mode/2up>. Acesso em: 10 jan. 2023.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 22, nº2, p. 15-46, jul./dez. 1997.
- HALL, S. Cultural Identity and Diaspora. In: Rutherford, J. (Ed.). **Identity: Community, Culture, Difference**. London: Lawrence and Wishart, 1990.
- HARARI, Y. N. **Sapiens – Uma breve história da humanidade**. (Trad.). Janaína Marcoantonio. 19a. ed. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- HARRIS, M. **The Rise of Anthropological Theory: A History of Theories of Culture**. Florida: Rowman Altamira, 2002.
- HEISENBERG, W. **A parte e o todo: encontros e conversas sobre física, filosofia, religião e política**. 6ª ed. (Trad.). Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.
- HERDER, J. G. **Ensaio sobre a origem da linguagem**. Trad. José M. Justo. Lisboa: Antígona, 1987.
- HERDER, J. G. **Selected Writings on Aesthetics**, edited and translated by G. Moore. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2006.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUYSEN, A. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- IPHAN. **Legislação**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ac/legislacao>. Acesso em: 30 dez. 2022.
- IZAIAS, K. C. da S. **População e dinâmica econômica na formação da cidade de Jundiaí – 1615/1890**. 2012. 208 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

- KOSHIBA, L. **O índio e a conquista portuguesa**. São Paulo: Atual, 1994.
- LE GOFF, J. **História e memória**. (Trad.). Bernardo Leitão [et al.]. 5a. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- LESSING, D. **Andando na sombra**. Segundo volume da minha autobiografia, 1949-1956. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- LEWIS, C. I. A Survey of Symbolic Logic. Berkeley: **University of California Press**, 1918. Disponível em: <https://archive.org/details/asurveyofsymboli00lewiuoft>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- LOW, S. **Behind the Gates: Life, Security, and the Pursuit of Happiness in Fortress America**. Routledge, 2003.
- LOWENTHAL, D. **The Heritage Crusade and the Spoils of History**. London: Cambridge University Press, 1998.
- MACDONALD, S. (2009). **Memorylands: Heritage and identity in Europe today**. London: Routledge, 2013.
- MANN, C. C. 1491: **New Revelations of the Americas Before Columbus**. New York, Vintage Books, 2005.
- MAZZUIA, M. **Jundiá através de documentos**. Jundiá, São Paulo: Palmeiras, 1976.
- MEIHY, J. C. S. B.; SEAWRIGHT, L. **Memórias e narrativas: história oral aplicada**. São Paulo: Contexto, 2020.
- MENESES, U. T. B. O campo do Patrimônio Cultural: uma revisão de premissas. In: IPHAN. **I Fórum Nacional do Patrimônio Cultural: Sistema Nacional de Patrimônio Cultural: desafios, estratégias e experiências para uma nova gestão**, Ouro Preto/MG, 2009. Brasília: IPHAN, 2012.
- MORALES, W. F. **A escravidão esquecida: a administração indígena na Vila de Jundiá durante o século XVIII**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo/Programa de Pós-graduação em Arqueologia, 2000 (dissertação de mestrado).
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. (Trad.). Maria D. Alexa Alice Sampaio Dória. 11ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MORIN, E. **Educação e Complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. (Trad.). Edgard de Assis Carvalho. (Orgs.). Edgard de Assis Carvalho; Maria da Conceição de Almeida. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. (Trad.). Eliane Lisboa. 3ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MOUSINHO, S. H. A interdisciplinaridade ao alcance de todos. **Revista Educação Pública**, Diretoria de Extensão da Fundação Cecierj – Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/12/a-interdisciplinaridade-ao-alcance-de-todos>. Acesso em: 20 jul. 2023.

MULLALLY, S. L.; MAGUIRE, E. A. **Memory, Imagination and predicting the future: A common brain mechanism?** *The Neuroscientist*, 20 (3), 220-234, 2014.

<https://doi.org/10.1177/1073858413495091>. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1073858413495091>. Acesso em: 20 dez. 2022.

NETO, M. P. Bernard Stiegler, pensador da tecnologia e do humano. **Dois Pontos**: Revista dos Departamentos de Filosofia da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Federal de São Carlos. Vol. 12, número 01, p. 111-118, 2015. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/36813/25409>. Acesso em: 23 dez. 2022).

NORA, P. Entre Mémoire et Histoire: la problématique des lieux. In: NORA, Pierre (dir.). **Le lieux de mémoire – I: La République**. Paris: Gallimard, 1984.

NORA, P. Les lieux de mémoire, ou Comment ils m'ont échappé. In: _____. **Présent, nation, mémoire**. Paris: Gallimard, 2011.

PREFEITURA DE JUNDIAÍ, **Visitantes conhecem o interior da Casa Rosa na Rua Barão de Jundiaí**, 2021. Disponível em: <https://jundiai.sp.gov.br/noticias/2021/08/28/visitantes-conhecem-o-interior-da-casa-rosa-na-rua-barao-de-jundiai/>. Acesso em: 13 dez. 2022.

RANGER, T. O. Memória pessoal da experiência popular na África Centro Oriental. **Caderno histórico**, XII, 35, 1977, pp. 359 - 402.

RUBINO, S. Políticas de enobrecimento. In: FORTUNA, C e LEITE, R. P. (Org.). **Plural de cidades: léxicos e culturas urbanas**. Coimbra: Almedina, 2009. p. 25 - 40.

RUBENSTEIN, J. M. **The Cultural Landscape: An Introduction to Human Geography**. New York: Pearson, 2014.

RELPH, E. **Place and placelessness**. London: Pion Limited, 1976.

SANTOS, C. N. F. Quando e como o arquiteto vira antropólogo? In: Velho, G.

(Org.). **O Desafio da cidade**: Novas perspectivas da antropologia brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1980, pp. 37-57.

SANTOS, C. N. F. **Preservar não é tomar, renovar não é pôr tudo abaixo**. GT – Estudos Urbanos: Representação e Políticas Públicas. IX Encontro Anual da ANPOCS. Rio de Janeiro, 1985.

- SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 16a. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- SANTOS, M. **Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência**. XVI Encontro Estadual de Professores de Geografia. Boletim Gaúcho de Geografia (UFRGS), Porto Alegre, nº 21 p.7-192, agosto 1996. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/bgg/article/view/38613/26350>. Acesso em: 10 nov. 2022.
- SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- SEAMON, D. Place attachment and phenomenology: the synergistic dynamism of place. In: MANZO, L. C.; DEVINE-WRIGHT, P. (Org.). **Place attachment: advances in theory, methods and applications**. New York: Routledge, 2014.
- SESMARIAS. **Cartas e datas (1602 – 1642)**. Vol. 1. Arquivo do Estado de São Paulo, 1921.
- SHULMAN, L. S. Knowledge and Teaching Foundations of the New Reform, a **Harvard Educational Review**, v. 57, n. 1, p. 1-22, 1987 (Copyright by the President and Fellows of Harvard College). Traduzido e publicado com autorização. Tradução de Leda Beck e revisão técnica de Paula Louzano.
- SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SMITH, L. **Uses of heritage**. Nova York: Routledge, 2006.
- SMITH, N. **The new urban frontier**. Gentrification and the revanchist city. London/ New York: Routledge, 2000.
- SMITH, N; WILLIAMS, P. (Orgs.). **The gentrification and the city**. Boston: Allen & Unwin, 2013.
- SPIX, J.; MARTIUS, C. E. P. **Viagem pelo Brasil**. 2a. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1981. Volume 1.
- STAFUZZA, Pde. A. T. (Org.). Museu de Jundiaí II. **Efemérides**. Jundiaí: Tipografia Edanee S. A., 1974.
- STIEGLER, B. La Técnica y el Tiempo, 1. **El pecado de Epimeteo**. (Trad.). Beatriz Morales Bastos. Argitaletxe Hiru, 2002.
- TUAN, Y. **Space and Place: The Perspective of Experience**. University of Minnesota Press, 1977.

- VENÂNCIO, R. P. **Presença portuguesa**: de colonizadores a imigrantes. In: Instituto Brasileiro De Geografia e Estatística. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.
- VENN, J. M.A. I. On the diagrammatic and mechanical representation of propositions and reasonings. **Philosophical Magazine** Series 5, 10:59, 1-18, 1880. DOI: 10.1080/14786448008626877. Londres: Taylor & Francis, 2009.
- WEIL, S. O Enraizamento. In: BOSI, E. (Org.). **Simone Weil**: a condição operária e outros estudos sobre a opressão. (Trad.). Therezinha G. G. Langlada. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- WILLIAMS, R. **Cultura e Sociedade**. São Paulo: Editora Nacional, 1969.
- WOLFF, F. **Aristóteles e a política**. 2a. ed. São Paulo: Discurso Editorial, 2001.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

HIBITURUCAIA:
O TERRITÓRIO E SUA PRESENÇA NA MULTICULTURALIDADE, NO RESGATE
MEMORÍSTICO E NAS COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS

Jose Felicio Ribeiro De Cezare
Número do CAAE: 59399622.8.0000.8142

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. Este documento, chamado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa e é elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante/responsável legal, sendo que uma via deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

O trabalho, na busca pela compreensão do território como espaço amostral de uma nova realidade histórica e geográfica, apresentará e discutirá os conceitos de identidade, cultura e memória e sua intersecção. Tal intento advém da necessidade – identificada junto aos alunos da escola pública local – de compreensão e pertencimento da história local (para os moradores em geral), assim como sua conexão com seus antepassados e as ações mobilizadoras reivindicatórias de melhoria do espaço que habitavam e ainda reverberam no cotidiano local apesar da não percepção direta da população mais jovem.

Procedimentos:

Participando do estudo você está sendo convidado a: compartilhar voluntariamente com o pesquisador memórias, lembranças e histórias que conectem a vivência da família e de seus antepassados com o território atualmente conhecido como Ivoiturucaia, Jundiá/SP, Brasil. Assim como, fotos, diários, registros, objetos e quaisquer elementos que corroborem com os dados apresentados pelos entrevistados. Não haverá a necessidade de questionário, pois o

compartilhamento das informações se dará de modo a não haver condução por parte do pesquisador e sim, pelo resgate memorístico dos entrevistados.

Observações:

- Visitas semanais para entrevistas com os grupos de moradores voluntários, de acordo com agendamento prévio e dentro das possibilidades dos participantes.
- As entrevistas serão presenciais e terão a duração máxima de 90 minutos, objetivando responder 3 questões principais: a) qual a relação de interdependência estabelecida (moradia, trabalho etc.) entre a família e o território, seja a ocupação pela geração atual ou por antepassados; b) motivações para a ocupação do território e a identificação com o espaço; c) breve histórico da família, elencando genealogia e as memórias individuais e coletivas relacionadas ao local. As entrevistas serão gravadas em vídeo e áudio e serão devolvidas aos entrevistados após a conclusão do trabalho, da mesma forma os materiais digitalizados – previsão dezembro de 2022. As entrevistas permanecerão armazenadas até o final da pesquisa na nuvem (armazenamento virtual) do pesquisador em servidor seguro e pago – serviço escolhido pelo pesquisador: iCloud/iOS.

Desconfortos e riscos:

A pesquisa não apresenta riscos previsíveis. Todos os dados coletados estão armazenados virtualmente em nuvem, com servidor seguro e pago.

Benefícios:

Não há benefícios diretos aos participantes da pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Nomes, datas, fatos relacionados serão mencionados, pois por se tratar de entrevistas que versam sobre a histórias das famílias ocupantes do território e a sua relação com o espaço territorial, a discussão dos resultados baseia-se nos relatos apresentados. Você tem a garantia de que os pesquisadores buscarão garantir o sigilo de sua identidade e nenhuma informação identificada ou identificável será fornecida a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. A equipe é constituída pelo mestrando em Ensino e História de Ciências da Terra, pesquisador Jose Felicio Ribeiro De Cezare e pelo orientador da pesquisa, Prof. Dr. André Munhoz de Argollo Ferrão.

Ressarcimento e Indenização:

A pesquisa ocorrerá nos momentos disponibilizados pelos entrevistados, não acarretando ônus aos participantes. Você terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa.

Em caso de falecimento ou condição incapacitante, os direitos sobre o material armazenado deverão ser dados a: _____.

Acompanhamento e assistência:

Você tem o direito à assistência integral, imediata e gratuita devido a danos diretos e indiretos, imediatos e tardios, pelo tempo que for necessário. Você poderá entrar em contato com o pesquisador para esclarecimentos e assistência sobre qualquer aspecto da pesquisa, através dos contatos abaixo.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador Jose Felicio Ribeiro De Cezare, Rua Tiradentes nº 100, Coordenação pedagógica, tel.: (11) 96541-5156, e-mail: jfdecezare@hotmail.com.

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretária do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da UNICAMP das 08h30 às 11h30 e das 13h às 17h na Rua Bertrand Russell, 801, Bloco C, 2º piso, sala 05, CEP 13083-865, Campinas – SP; telefone (19) 3521-6836; e-mail: cepchs@unicamp.br.

Havendo a necessidade de intermediação da comunicação em Libras você pode fazer contato com a Central TILS da Unicamp no site <https://www.prg.unicamp.br/tils/>.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas.

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome _____ do _____ (a) _____ participante:

Data:

_____/_____/_____.

(Assinatura do participante da pesquisa ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

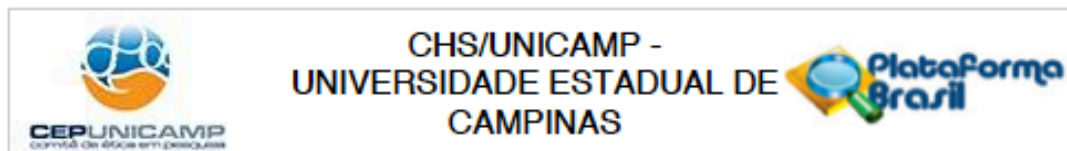
Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante da pesquisa. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado

e pela CONEP, quando pertinente. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante da pesquisa.

_____ Data: ____/____/____.
(Assinatura do pesquisador)

ANEXO B



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: HIBITURUCAIA: O TERRITÓRIO E SUA PRESENÇA NA MULTICULTURALIDADE, NO RESGATE MEMORÍSTICO E NAS COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS

Pesquisador: JOSE FELICIO RIBEIRO DE CEZARE

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 59399622.8.0000.8142

Instituição Proponente: Instituto de Geociências

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.623.529

Apresentação do Projeto:

INTRODUÇÃO:

Este trabalho objetiva analisar junto aos moradores as relações de interdependência das identidades, das culturas e das memórias com o território por eles ocupado e sua interseccionalidade demonstrada como um novo espaço amostral, por meio de: a) levantando os conceitos de identidade, cultura e memória nos níveis nacional, regional e local com as entrevistas colhidas; b) descrever as relações de interdependência; c) explicar por meio da discussão do referencial teórico e das entrevistas colhidas o papel do território como novo espaço amostral e d) construir material referencial de pesquisa como bibliografia para compor o espaço disposto na BNCC de estudo das realidades locais. Este é um trabalho decorrente de um processo coletivo na construção de saberes representativos de grupos distintos formadores de uma, sendo a ferramenta principal na educação e conhecimento de si mesmo, para tal ocorrerá: i) entrevistas com os moradores do bairro (História oral); ii) coleta de documentos em seus variados aspectos, diários, fotos, mapas, certidões, cartas, objetos entre outros; iii) pesquisa em jornais, periódicos e revistas; iv) análise do discurso (semântica, ideologia e contexto) e v) discussão com o referencial teórico: Marc Augé, Simone Weil, Eduard Tylor, Jürgen Habermas, Manuel Oliván, Eclea Bosi, Milton Santos, Johan Gottfried von Herder, Walter Benjamin, Ulpiano Meneses, Laurajane Smith, André Argollo, Lucien Febvre, Marc Bloch, Mikhail Bakhtin, José Carlos Meihy, Werner Heisenberg e John

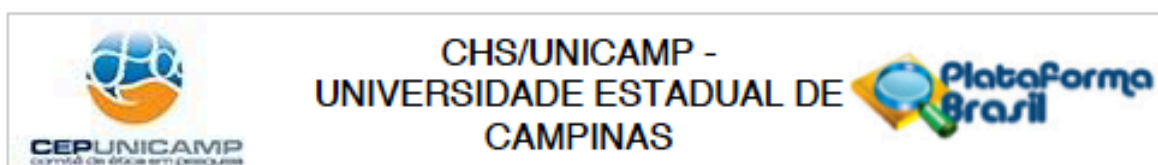
Endereço: Av. Betrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zelmaro Vaz" **CEP:** 13.083-865

UF: SP **Município:** CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.623.529

Venn. Espera-se com esta pesquisa, a compreensão – da população local – de como o território afeta e é afetado por meio das manifestações identitárias, processos multiculturais, memórias criadas e reconstruídas, suas interdependências e a interseccionalidade ocasionadora da nova realidade gerada pelos agentes do processo.

HIPÓTESE:

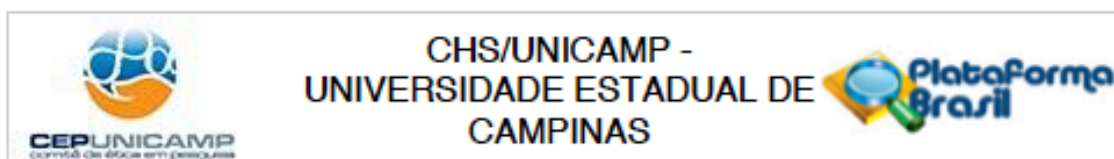
- Quando discutido e apresentado as relações entre os conceitos de identidade, cultura e memória e relacioná-los com a entrevistas colhidas será possível construir um arcabouço teórico capaz de sustentar uma nova compreensão sobre os termos e suas singularidades;
- Demonstrar a partir das relações de interdependência, a necessidade de se conhecer a própria história e assim ter as bases adequadas para um aprendizado (formal e não formal) viabilizador de mudanças estruturais, emancipador e passível de replicabilidade em outras localidades; - Ocupar a lacuna ofertada pela Base Nacional Comum Curricular, objetivando discutir historicamente as realidades locais sobrepujando o senso comum e alicerçando um aprendizado dialogado com o fruidor e não imposto por determinações longínquas e desconexas dos agentes locais.

METODOLOGIA:

Sendo uma pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa. Sendo delineada por bibliografia específica (quando existente) e por pesquisa de campo (ex post facto, participante/ação, etnográfica e com levantamentos), com métodos observacional, indutivo, dialético, comparativo e fenomenológico o que decorrerá num processo coletivo na construção de saberes representativos de grupos distintos formadores de uma comunidade – na definição

de Herder (1769) no livro Diário de minha viagem no ano de 1769 e explicado resumidamente por Gómez (2011) – sendo a ferramenta principal na educação, conhecer o povo, [...] tendo em vista a conformação de uma comunidade e sua educação, o autor considerava que era necessário, antes de qualquer coisa, o conhecimento do seu povo. Dessa forma, no intuito de conhecer os homens e suas virtudes humanas procurou recolher informações de todas as épocas para que assim pudesse correlacioná-las com a atualidade e finalmente cumprir sua missão: ensinar e formar (bilden). A informação recolhida lhe permitiria construir uma imagem da moral, dos costumes, das virtudes, dos vícios e da felicidade da humanidade, que pela primeira vez serviriam como ferramentas para cumprir sua missão (GÓMEZ, 2011, p. 3). - Entrevistas com os moradores do bairro;

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-6836 **E-mail:** cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.623.529

- Visitas aos espaços/locais considerados relevantes para a população local - Pesquisa em jornais, periódicos e revistas; - Análise do discurso (semântica, ideologia e contexto) – MEDS. - Discussão com o referencial teórico: Marc Augé, Simone Weil, Eduard Tylor, Jürgen Habermas, Manuel Oliván, Eclea Bosi, Milton Santos, Johan Gottfried von Herder, Walter Benjamin, Ulpiano Meneses, Laura Jane Smith, André Argollo, Lucien Febvre, Marc Bloch, Mikhail Bakhtin, José Carlos Meihy, Werner Heisenberg, John Venn, entre outros.

Metodologia de Análise de Dados:

MEDS

Pesquisa aplicada, qualitativa e explicativa.

Bibliografia específica (quando existente) e documentação variada.

Pesquisa de campo (ex post facto, participante/ação, etnográfica e com levantamentos).

Métodos observacional, indutivo, dialético, comparativo e fenomenológico.

CRITÉRIO DE INCLUSÃO: não foi informado pelo pesquisador.

CRITÉRIO DE EXCLUSÃO: não foi informado pelo pesquisador.

Objetivo da Pesquisa:

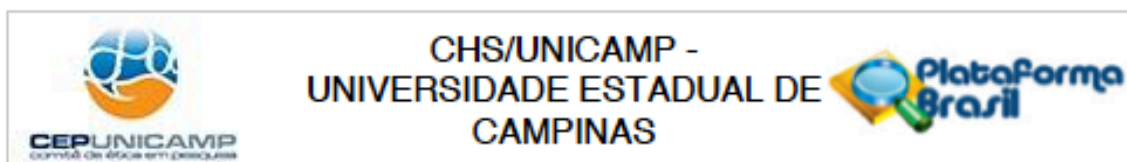
OBJETIVO PRIMÁRIO

Analisar junto aos moradores as relações de interdependência das identidades, das culturas e das memórias com o território por eles ocupado e sua interseccionalidade demonstrada como um novo espaço amostral historiográfico e geográfico.

OBJETIVO SECUNDÁRIO:

- Identificar nas entrevistas colhidas os conceitos de identidade, cultura e memória nos níveis nacional, regional e local; - Descrever as relações de interdependência dos conceitos de identidade, cultura e memória no nível local; - Explicar por meio da discussão do referencial

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-6836 **E-mail:** cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.628.529

teórico e das entrevistas colhidas o papel do território como novo espaço amostral historiográfico e geográfico.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

A pesquisa não apresenta riscos previsíveis. Todos os dados coletados estão armazenados virtualmente em nuvem, com servidor seguro e pago. Nenhum dado será divulgado sem a prévia autorização dos participantes.

Benefícios:

Não há benefícios diretos aos participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este protocolo se refere ao Projeto de Pesquisa "HIBITURUCAIA: O TERRITÓRIO E SUA PRESENÇA NA MULTICULTURALIDADE, NO RESGATE MEMORÍSTICO E NAS COMPOSIÇÕES IDENTITÁRIAS" cujo pesquisador responsável é JOSE FELICIO RIBEIRO DE CEZARE com a colaboração do pesquisador participante André Munhoz de Argollo Ferrão. A pesquisa foi enquadrada na Área grande área 1 – Ciências Exatas e da Terra e Grande área 6 – Ciências Sociais Aplicadas e embasará a pesquisa de mestrado do pesquisador. A Instituição Proponente é o Instituto de Geociências. Segundo as Informações Básicas do Projeto, a pesquisa será desenvolvida com recursos financiamento próprio. O cronograma apresentado contempla o início da 10/08/2022, com término em 30/11/2022. Serão abordados ao todo 60 participantes.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Foram analisados os seguintes documentos de apresentação obrigatória:

- 1 – Folha de Rosto Para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos: devidamente apresentado.
- 2 – Projeto de Pesquisa: devidamente apresentado.

- 3 – Orçamento financeiro – de acordo com o pesquisador a pesquisa será realizada com recursos

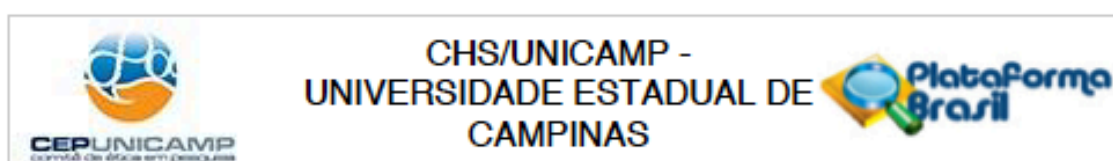
Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865

UF: SP **Município:** CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.628.529

financiamento próprio.

4 – Cronograma – o início da 10/08/2022, com término em 30/11/2022.

5 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: devidamente apresentado e feitas as adequações solicitadas.

6 – Currículo do pesquisador principal e demais colaboradores: devidamente apresentados.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

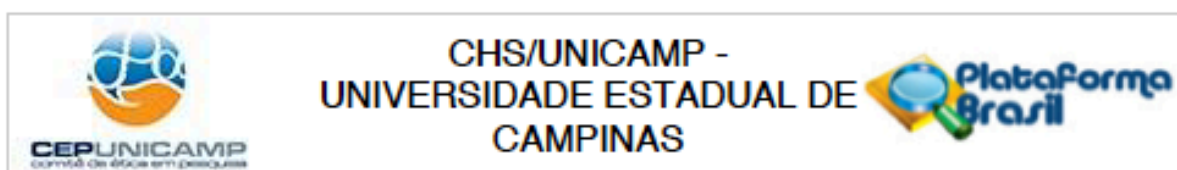
Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1920803.pdf	11/07/2022 16:02:06		Aceito
Outros	cartaresposta4.pdf	11/07/2022 16:01:43	JOSE FELICIO RIBEIRO DE	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeconsentimentoHibiturucaia.docx	11/07/2022 15:57:56	JOSE FELICIO RIBEIRO DE CEZARE	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projetoaspectoseticoshibiturucaia.docx	11/07/2022 15:57:20	JOSE FELICIO RIBEIRO DE CEZARE	Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	cartaresposta3.pdf	04/06/2022 17:21:23	JOSE FELICIO RIBEIRO DE	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	AtestadoMatricula.pdf	19/04/2022 18:47:12	JOSE FELICIO RIBEIRO DE CEZARE	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOJOSEFELICIORIBEIRODECEZARE.pdf	19/04/2022 18:44:57	JOSE FELICIO RIBEIRO DE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" **CEP:** 13.083-865
UF: SP **Município:** CAMPINAS
Telefone: (19)3521-6836 **E-mail:** cepchs@unicamp.br



Continuação do Parecer: 5.629.529

Não

CAMPINAS, 04 de Setembro de 2022

Assinado por:
Sandra Fernandes Leite
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.

Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

CEP: 13.083-865

UF: SP

Município: CAMPINAS

Telefone: (19)3521-6836

E-mail: cepchs@unicamp.br